

Durante o governo Romeu Zema, a economia mineira registrou desempenho pior do que a média do país
Pág. 46

Juros sobre a dívida pública brasileira alcançam R\$ 1,037 trilhão nos últimos doze meses até fevereiro; dívida pública atinge 79% do PIB do país - e soma R\$ 10,2 trilhões
Pág. 51

Economia brasileira: devagar quase parando

Pág. 28



O VERDADEIRO SABOR
DA TRADIÇÃO
Mineira

www.tropeira.com (31) 3368-0000

EXPEDIENTE

BELO HORIZONTE - MINAS GERAIS
ABRIL DE 2026
33 ANOS - EDIÇÃO 356

Publicação Nacional de
Economia, Finanças e Negócios

Presidente/Editor Geral
Carlos Alberto Teixeira de Oliveira

Diretora de Desenvolvimento
Maria Auxiliadora Gontijo T. de Oliveira

Projeto gráfico/diagramação
Fio do Bigode Comunicação
(31) 99503-4003

Publicidade e Área Comercial
MinasPart Desenvolvimento Ltda.
Aline Cendon/Carlos Alberto
(31) 3281-6474
newsletter@mercadocomum.com

MercadoComum* é uma publicação
mensal de MinasPart Comunicação, Ltda.
CNPJ 70.954.383/0001-12
Inscrição Estadual: 062.985.126 0079
Inscrição Municipal: 109866001-0

Marca registrada no I.N.P.I. sob o número:
817452753 de 02.08.1993

Endereço:
Rua Padre Odorico, 128 - 10º andar
Bairro São Pedro - 30.330-040
Belo Horizonte - MG - Brasil
Telefone: 55-31-3281-6474
E-Mail: newsletter@mercadocomum.com
www.mercadocomum.com

**Os artigos assinados podem não refletir,
necessariamente, a opinião dos editores.
Proibida a reprodução parcial ou total sem
autorização prévia por escrito da direção desta
publicação. MercadoComum é uma publicação
independente, não associada a qualquer grupo
empresarial e não possui filiais/sucursais ou
representantes no país e no exterior*

SUMÁRIO

4

*A Economia com Todas
as Letras e Números*



18

*Mundo
Empresarial*



24

*Debate
Econômico*

40

Especial

78

Opinião

*Confira o ponto
de vista de grandes
nomes do cenário
nacional, sobre
vários assuntos.*

60

Destaques

86

Lançamentos

Investimento publicitário no mercado brasileiro cresceu 10% em 2025 e atinge R\$ 28,9 bilhões de reais

Levantamento com 330 agências no Brasil mostra que o setor, mais uma vez, descolou da média da economia nacional em 2025, com avanço quatro vezes superior ao do PIB

Em 2025, o investimento publicitário via agências no mercado brasileiro foi de R\$ 28,9 bilhões de reais, um avanço de 10% em relação ao ano anterior. A expansão é quatro vezes maior que o crescimento de 2,3% do PIB, recentemente anunciado pelo IBGE. Os dados compilados no painel Cenp-Meios, divulgado pelo Cenp, Fórum da Autorregulação do Mercado Publicitário, demonstram o dinamismo do setor e a confiança de anunciantes de todo o país na publicidade como alavanca do consumo e do fortalecimento de marcas.

O painel, que reúne dados de 330 agências no Brasil (258 matrizes e 72 filiais), reflete o faturamento efetivo dos Pedidos de Inserção (PIs), efetivamente veiculados e consolidados por meio, período, estado e região. As veiculações nacionais responderam por 68% do total investido. As realizadas na região Sudeste concentraram 19,4%, seguidas por Nordeste (4,5%), Sul (4%), Centro-Oeste (2,9%) e Norte (1,1%).

A expansão dos investimentos publicitários no ano passado acontece após um 2024 marcado por grandes eventos midiáticos, como os Jogos Olímpicos de Paris, e pelo calendário eleitoral.

“Mesmo num ano sem grandes marcos, o mercado publicitário brasileiro demonstrou resiliência e dinamismo”, diz Luiz Lara, presidente do Cenp. “Fazemos parte de um setor estratégico, que une negócios, criatividade e conexão com os consumidores, que gera empregos de qualidade e ajuda a impulsionar a economia. É um setor que cresce porque se trans-



DADOS RELATIVOS AO INVESTIMENTO PUBLICITÁRIO NO ANO DE 2025

JAN-DEZ/2025 - 330 AGÊNCIAS (258 Matrizes e 72 Filiais)				
Publicado em Março/26				
MEIO	Valor Faturado (R\$)	Valor Faturado (USD)	Share (%)	
CINEMA	R\$ 86.929	\$ 15.658	0,3%	
INTERNET	R\$ 11.746.718	\$ 2.118.078	40,6%	
INTERNET ÁUDIO	R\$ 34.896	\$ 6.314	0,3%	
INTERNET BUSCA	R\$ 738.897	\$ 132.467	6,3%	
INTERNET DISPLAY E OUTROS	R\$ 7.110.195	\$ 1.282.477	60,5%	
INTERNET SOCIAL	R\$ 2.870.183	\$ 517.708	24,4%	
INTERNET VÍDEO	R\$ 992.547	\$ 179.112	8,4%	
JORNAL	R\$ 415.106	\$ 74.954	1,4%	
OOH/MÍDIA EXTERIOR	R\$ 3.512.752	\$ 633.033	12,1%	
RÁDIO	R\$ 1.108.232	\$ 199.762	3,8%	
REVISTA	R\$ 99.511	\$ 18.044	0,3%	
TELEVISÃO	R\$ 11.956.520	\$ 2.154.718	41,3%	
TELEVISÃO ABERTA	R\$ 9.709.124	\$ 1.750.024	81,2%	
TELEVISÃO POR ASSINATURA	R\$ 2.247.396	\$ 404.694	18,8%	
Total	R\$ 28.925.768	\$ 5.214.247	100,0%	

forma e continua a gerar valor para as empresas e para a sociedade.”

O Painel Cenp-Meios é acompanhado pelo Núcleo de Qualificação Técnica (NQT), organismo estatutário especializado no setor de pesquisa,

mídia, circulação e métricas, composto por representantes de anunciantes, agências, elos digitais e veículos de comunicação. O Cenp-Meios também conta com a aferição da KPMG, responsável pela análise de integridade e pela segurança do sistema.

Escala 6x1: fim pode gerar impacto bilionário nos setores produtivos



Setores produtivos e de prestação de serviços começaram a calcular os impactos financeiros da possível extinção da escala 6x1, que prevê seis dias trabalhados para um de descanso. A proposta está em discussão no Congresso Nacional por meio de uma Proposta de Emenda Constitucional que trata da redução da jornada semanal de trabalho. Representantes empresariais apontam que a medida pode provocar aumento expressivo de custos, com reflexos na inflação, na competitividade das empresas e até na informalidade do mercado de trabalho.

De acordo com estimativa da Confederação Nacional da Indústria, a redução da jornada pode gerar um custo adicional anual de R\$ 178,2 bilhões para empresas da agropecuária, indústria, comércio e serviços, caso seja necessária a contratação de novos trabalhadores para manter o volume de horas atualmente trabalhadas. O valor representa uma elevação de 4,7% nos gastos com empregados

formais, com base na folha de pagamentos de 2024.

Para Armando Gomes da Rocha Júnior, sócio coordenador da área trabalhista do Marcelo Tostes Advogados, o tema reacende um debate estratégico sobre a organização do tempo de trabalho no Brasil. Segundo ele, sob a ótica empresarial, destacam-se preocupações relacionadas aos impactos financeiros, especialmente em setores com alta intensidade de mão de obra ou operação contínua. "Entre os principais pontos estão o aumento de custos, a necessidade de recomposição de equipes, ajustes logísticos e potenciais efeitos sobre competitividade e preços", afirma.

O especialista pondera que a discussão não se restringe apenas às despesas das empresas. "O tema também envolve fatores como produtividade, saúde ocupacional, retenção de talentos e modernização da gestão de pessoas. Experiências internacionais

demonstram que mudanças na jornada podem produzir resultados distintos conforme o setor, o modelo adotado e o ambiente regulatório", diz.

Do ponto de vista jurídico, Armando ressalta que eventuais alterações exigem atenção à transição normativa, à segurança jurídica e à compatibilização com regimes já vigentes, como turnos ininterruptos, banco de horas e negociações coletivas. "O equilíbrio entre legislação e autonomia negocial será determinante para qualquer desenho final da proposta", reitera.

O advogado recorda que a eventual mudança na escala de trabalho vai além da redução de horas semanais e envolve impactos econômicos, sociais e regulatórios relevantes. "A construção de soluções efetivas dependerá de análise técnica qualificada, baseada em evidências e em uma visão abrangente dos diferentes setores da economia", diz.

Riscos macroeconômicos e possíveis oportunidades comerciais para o Brasil com o conflito com o Irã

Especialistas apontam alta do petróleo, impacto cambial e encarecimento logístico como riscos imediatos, ao mesmo tempo em que veem oportunidades em energia, agro e minerais

A escalada militar envolvendo Estados Unidos, Israel e Irã deve produzir efeitos relevantes sobre a economia brasileira, combinando riscos macroeconômicos e possíveis oportunidades comerciais. A avaliação é de dois especialistas que analisam o cenário sob as perspectivas tributária e de comércio internacional.

Para o tributarista Luís Garcia, sócio do Tax Group, o Brasil é estruturalmente vulnerável às consequências do conflito. A principal preocupação está no mercado de energia, especialmente diante de eventuais tensões no Estreito de Ormuz, rota estratégica para o escoamento global de petróleo.

“O aumento do valor do barril gera pressão inflacionária imediata no Brasil, encarece combustíveis, eleva o frete e impacta os alimentos. Isso pode interromper a trajetória de queda dos juros e até pressionar por novas altas”, afirma.

Segundo ele, embora possa haver ganho pontual para a Petrobras com a valorização do petróleo no mercado externo, o efeito líquido para a economia tende a ser negativo. A alta do diesel e de outros derivados pressiona cadeias produtivas, reduz o ritmo da atividade econômica e pode afetar a arrecadação em um momento de necessidade de ajuste fiscal.

No comércio exterior, Garcia destaca três vetores de encarecimento: aumento do frete marítimo, elevação dos prêmios de seguro em razão do risco geopolítico e maior rigor no compliance bancário internacional com o avanço



de sanções. “O Brasil depende do transporte marítimo e é sensível à valorização do dólar, o que encarece importações e amplia a volatilidade”, explica.

Sob a ótica do comércio internacional, Ricardo Inglez de Souza, sócio do IW Melcheds Advogados, vê um cenário de riscos, mas também de reposicionamento estratégico. Ele aponta que, em momentos de instabilidade, países tendem a diversificar fornecedores e priorizar parceiros considerados estáveis.

“O Brasil pode ocupar espaços deixados por fornecedores afetados direta ou indiretamente pelo conflito, especialmente em petróleo, minerais e alimentos”, afirma. Como exportador relevante de ferro, níquel, cobre, carne e soja, o país pode ampliar sua presença em mercados que busquem alternativas mais seguras.

Inglez ressalta, contudo, que o ganho potencial não elimina os desafios. A alta do petróleo encarece combustíveis no mercado interno e impacta transporte rodoviário, setor aéreo e

cadeias logísticas. No agronegócio, fertilizantes e insumos importados de regiões afetadas também podem registrar aumento de preço.

No plano financeiro, ele chama atenção para a política monetária dos Estados Unidos. Caso os juros permaneçam elevados ou sofram nova pressão, o fluxo de capitais para economias emergentes pode diminuir, pressionando o câmbio brasileiro.

Para ambos os especialistas, o conflito expõe fragilidades estruturais da economia nacional, como dependência energética, exposição cambial e custos logísticos, mas também coloca o Brasil diante de uma encruzilhada estratégica.

“Não estamos no centro do conflito, mas estamos no centro das consequências econômicas dele”, resume Garcia. Já Inglez conclui: “A forma como o Brasil se posicionar institucionalmente e estruturar suas cadeias produtivas será determinante para transformar instabilidade global em ganho estratégico”.

Finep dispõe de mais de R\$ 10 bi para financiamento de projetos em 2026

Durante o Finep Pelo Brasil, a fundação apresentou editais e linhas de crédito voltados ao fomento de iniciativas de tecnologia e inovação



A Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) possui R\$ 10,3 bilhões disponíveis para o fomento a projetos de inovação e tecnologia em 2026, considerando os valores de editais de financiamento e linhas de crédito. A informação foi divulgada pelo gerente adjunto do departamento regional Sudeste, Márcio Ikegami, durante o evento Finep Pelo Brasil, realizado nesta quinta-feira (12), no Parque Tecnológico de Sorocaba (PTS).

Ikegami apresentou as modalidades de financiamento oferecidas pela empresa pública federal para cerca de 180 representantes de empresas, universidades e Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação (ICTs) presentes.

Segundo ele, as chamadas públicas abertas totalizam R\$ 3,3 bilhões, enquanto as linhas de crédito somam R\$ 7 bilhões. “Há recursos para empresas de todos os portes”, diz. Em 2025, inclusive, 75% dos valores destinados pela Finep para projetos atenderam a startups, além de empresas de pequeno e médio porte.

Essas opções são destinadas a projetos que se enquadrem nas seguintes áreas estratégicas: transição energética, cadeias agroindustriais, saúde, tecnologias digitais, base industrial de defesa, chamada regional, transformação mineral,

economia circular e cidades sustentáveis, mobilidade sustentável, semicondutores, desafio tecnológico eletrolisador e desafio tecnológico trator.

ADESAO

Para acessar as iniciativas de fomento, a empresa deve ter faturamento mínimo anual de R\$ 1 milhão. No caso dos editais, o valor é disponibilizado de acordo com o tipo do projeto e o porte da empresa, com repasses de R\$ 1 a R\$ 5 milhões. Quanto à contratação de crédito, é liberado o valor solicitado. As duas alternativas permanecem disponíveis até o esgotamento dos recursos; por isso, Ikegami orienta que os interessados se antecipem.

A adesão aos programas pode ser realizada pelo site www.finep.com.br, na sede da empresa pública na capital paulista (no Brascan Century Corporate — Rua Joaquim Floriano, 466, Itaim Bibi, São Paulo), e mediante agendamento de reuniões presenciais ou on-line, pelo telefone (11) 98237-1577, com Márcio Ikegami.

O gerente informa que as duas modalidades possuem vantagens atrativas. A maioria dos editais não exige a devolução do valor recebido. Já os em-

préstimos têm taxa de juros reduzida, de 3% ao ano, carência de até 48 meses e prazo total (carência + amortização) para pagamento de até 12 anos.

De acordo com ele, para efetivar a adesão sem problemas, o solicitante deve seguir exatamente os formulários da Finep e detalhar o projeto com clareza, para facilitar a análise técnica. Ele ainda aconselha o requerente a gravar um vídeo com a explicação.

CONCRETIZAÇÃO DE PROJETOS

Para Ikegami, o principal benefício dos programas é ajudar empresas a concretizar projetos parados por falta de dinheiro. “Tendo recurso, a empresa consegue colocar a iniciativa em prática, ficando mais competitiva no mercado, e a Finep cumpre a sua missão de aumentar essa competitividade, além de gerar melhor renda e empregos mais qualificados para a população”.

Ainda segundo ele, as iniciativas impulsionam o desenvolvimento de tecnologias nacionais, o que gera riqueza para o País. “Em vez de recorrer à tecnologia externa e pagar royalties por ela, a empresa brasileira consegue criar a sua própria e pode até começar a exportá-la”, aponta.

Conforme o presidente do Parque Tecnológico, Nelson Cancellara, a perspectiva de mais de R\$ 10 bilhões disponíveis para financiar projetos mostra a dimensão do apoio que a Finep oferece ao desenvolvimento tecnológico no Brasil e, agora, de Sorocaba e região. “Ter essa apresentação no PTS aproxima as empresas da região dessas oportunidades e pode ajudar a viabilizar projetos importantes para o crescimento econômico e tecnológico regional.”

Desenvolve SP completa 17 anos com mais de R\$ 9 bilhões injetados na economia paulista

Desde o início de suas operações, em 2009, a instituição tem atuado como parceira estratégica de empreendedores e gestores públicos, com taxas de juros atrativas e longo prazo e carência para pagamento

A Desenvolve SP completa 17 anos de existência nesta quarta-feira, 11 de março. Desde sua criação já foram mais de R\$ 9 bilhões injetados na economia paulista gerando emprego, renda e qualidade de vidas nos 645 municípios paulistas. Apenas nesta gestão estadual foram mais de R\$ 3,3 bilhões de investimento. Vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Governo de São Paulo, a agência de fomento tem como sua principal missão democratizar o crédito.

Desde o início de suas operações, em 2009, a instituição tem atuado como parceira estratégica de empreendedores e gestores públicos, oferecendo financiamento para projetos de investimento, modernização produtiva, inovação tecnológica, sustentabilidade e infraestrutura urbana. As linhas de crédito atendem principalmente micro, pequenas e médias empresas, além de apoiar prefeituras paulistas em obras e projetos estruturantes que melhoram a qualidade de vida da população.

Nesta gestão estadual, foram criadas linhas de crédito específicas para apoiar mulheres empreendedoras, como o Desenvolve Mulher. Para o agronegócio paulista, foram lançadas as linhas Agroindústria e Agromáquinas, voltadas à modernização do campo e das indústrias do setor, além do Irriga+, iniciativa focada em mitigar os efeitos da estiagem e incentivar a diversificação e a multicultura de grãos. A agência de fomento também passou a realizar Jornadas de



Crédito em diversas regiões do Estado, com o objetivo de informar e orientar empreendedores e produtores rurais interessados nas oportunidades de financiamento disponíveis.

Ao longo de sua trajetória, a agência já alcançou centenas de municípios e milhares de empresas, financiando projetos que ampliam a capacidade produtiva, estimulam a competitividade e fortalecem o desenvolvimento regional. Os recursos viabilizam iniciativas como compra de máquinas e equipamentos, ampliação de fábricas, implantação de novas unidades, modernização tecnológica e projetos de inovação e sustentabilidade, além de fôlego de caixa em momentos críticos como a pandemia do Covid-19.

Um dos principais diferenciais da Desenvolve SP é oferecer condições de financiamento mais vantajosas que as praticadas no mercado de crédito de varejo. As linhas contam com taxas de juros competitivas, prazos longos para pagamento e períodos de carência que permitem que o investimento comece a gerar resultados antes do início da amortização.

Outro ponto com o qual a Desen-

volve SP facilita o acesso ao crédito é a possibilidade de contratação de fundos garantidores, uma alternativa para os empresários que não possuem garantias reais suficientes para serem utilizadas nas operações de crédito.

Além de estimular o crescimento empresarial, a agência também direciona recursos para setores estratégicos da economia paulista, como agronegócio, indústria, tecnologia e projetos alinhados às práticas de sustentabilidade e inovação por meio da estratégia de blended finance: participa de alguns fundos estruturados, FIPs e FIDCs, em muitos casos, como investidora-âncora. Já foram mais de R\$ 600 milhões em 14 diferentes veículos de investimento apenas nesta gestão estadual.

Ao completar 17 anos, a Desenvolve SP reafirma seu papel como motor de fomento ao investimento produtivo, aproximando o crédito de quem quer expandir, inovar e gerar oportunidades. Mais do que financiar projetos, a instituição atua como um catalisador do desenvolvimento econômico sustentável, ajudando empresas e municípios a transformar planos em realidade e impulsionar o crescimento de São Paulo.

Pão de Açúcar pede reestruturação de R\$ 4,5 bilhões e acende alerta sobre gestão de dívidas no varejo

Pedido de recuperação extrajudicial busca reorganizar passivos financeiros do grupo em meio à pressão no caixa e sequência de prejuízos



O Grupo Pão de Açúcar (GPA), uma das maiores redes de supermercados do Brasil, protocolou (e já deferido) no dia 10 de março um pedido de recuperação extrajudicial para reorganizar cerca de R\$4,5 bilhões em dívidas financeiras. A medida ocorre em meio a prejuízos consecutivos, forte pressão sobre o

caixa e vencimentos relevantes previstos para os próximos meses. O movimento reforça uma tendência crescente entre grandes companhias brasileiras que recorrem a instrumentos legais para renegociar passivos e preservar operações.

O plano apresentado pela com-

panhia prevê a reestruturação de dívidas financeiras com credores e inclui a possibilidade de suspensão temporária de execuções durante o processo de negociação com credores, mecanismo utilizado para permitir que a empresa reorganize o fluxo financeiro enquanto conduz as tratativas. Segundo o comunicado, as

atividades operacionais continuam normalmente, com manutenção de pagamentos a fornecedores e salários de funcionários.

O pedido ocorre em um momento de deterioração financeira. O GPA enfrenta um déficit de capital de giro estimado entre R\$1,2 bilhão e R\$1,5 bilhão, enquanto cerca de R\$700 milhões em obrigações financeiras vencem nos próximos 12 meses. A combinação de endividamento elevado, queda de rentabilidade e custos financeiros pressionados pelos juros elevados reduziu a capacidade de geração de caixa da companhia.

A recuperação extrajudicial, mecanismo previsto na Lei 11.101/2005, permite que empresas renegociem dívidas diretamente com credores sem recorrer a um processo judicial completo. O instrumento costuma ser utilizado quando a companhia ainda mantém operação viável, mas precisa reorganizar passivos para evitar deterioração financeira mais profunda.

Para Marcos Pelozato, advogado, contador e especialista em reestruturação empresarial, o movimento do GPA evidencia que a reorganização de dívidas é uma ferramenta estratégica de gestão e não um sinal automático de falência. “Muitas empresas quebram não porque devem, mas porque não sabem estruturar uma estratégia para reorganizar seus passivos. A recuperação extrajudicial existe justamente para preservar empresas viáveis e evitar que uma crise financeira se transforme em falência”, afirma.

Segundo levantamento do Serasa Experian, o Brasil possui cerca de 7,3 milhões de empresas inadimplentes, acumulando aproximadamente R\$170 bilhões em dívidas. Ainda assim, o número de companhias que recorrem a mecanismos formais de reorganização financeira é pequeno em comparação ao volume de empresas em dificuldade.



A situação do GPA também ilustra um fenômeno que tem atingido empresas de diferentes setores: a crise de liquidez provocada pela combinação de juros elevados, consumo mais cauteloso e aumento dos custos operacionais. Esse cenário pressiona as margens e torna mais difícil a rolagem de dívidas no mercado financeiro.

Apesar da reorganização financeira, o impacto imediato para consumidores tende a ser limitado. Como a reestruturação envolve principalmente passivos financeiros, as operações comerciais continuam funcionando normalmente. As lojas permanecem abertas, fornecedores seguem recebendo e a cadeia de abastecimento não sofre interrupções no curto prazo.

O efeito mais amplo ocorre no mercado e na cadeia produtiva. Quando grandes empresas entram em processos de renegociação de dívidas, bancos e investidores tendem a reavaliar riscos de crédito no setor. Esse movimento pode elevar custos de financiamento e restringir acesso ao crédito para outras companhias do varejo.

Pelozato afirma que casos como o do GPA também servem de alerta para empresários de menor porte.

“Se até grandes companhias utilizam ferramentas legais para reorganizar dívidas quando o caixa aperta, empresas menores precisam entender que existem caminhos estruturados antes da falência. O problema raramente é apenas a dívida, mas a ausência de estratégia para lidar com ela”, afirma.

No Brasil, cerca de 2 milhões de empresas encerram atividades todos os anos, muitas vezes sem recorrer a mecanismos de reestruturação financeira. A mortalidade empresarial ainda é elevada nos primeiros anos de operação, frequentemente associada a problemas de gestão financeira e falta de planejamento estratégico.

Para especialistas, a decisão do GPA reforça uma mudança gradual na cultura empresarial brasileira. Em vez de esperar o colapso financeiro, companhias têm buscado mecanismos jurídicos para reorganizar dívidas e preservar suas operações.

“O estigma em torno da recuperação ainda é grande no Brasil, mas a lógica econômica é clara: preservar empresas viáveis significa preservar empregos, cadeias produtivas e arrecadação. Reestruturação não é fracasso, é gestão de crise”, conclui o especialista.

Endividamento recorde expõe barreira invisível e organização financeira ainda é vista como complexa no Brasil

Brasileiros admitem saber pouco sobre educação financeira enquanto empresas também enfrentam dificuldades para estruturar planejamento e reduzir riscos



O percentual de famílias brasileiras com dívidas alcançou 78,9% em janeiro de 2025, segundo a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo. Ao mesmo tempo, levantamento do Observatório Febraban mostra que 55% dos brasileiros admitem entender pouco ou nada sobre educação financeira. Os dados indicam que renda e acesso a crédito não garantem, por si só, organização.

Ricardo Hiraki, sócio-fundador

da Plano Fintech e especialista em educação financeira, afirma que o problema está na forma como o tema é apresentado. A empresa atua com metodologia voltada à simplificação da gestão financeira. “Quando se cria a ideia de que é preciso dominar ferramentas complexas, muita gente desiste antes de começar”, diz.

Na avaliação do especialista, essa percepção afeta tanto o orçamento doméstico quanto a gestão empresarial. No ambiente familiar, a ausência de método leva ao uso recorrente de

crédito rotativo e parcelamentos sucessivos.

Nas empresas, especialmente nas de pequeno e médio porte, a falta de controle estruturado do fluxo de caixa compromete margem e previsibilidade. “Organizar as finanças não é sofisticar a gestão, é ganhar clareza. Quando há clareza, a tomada de decisão melhora e o risco diminui”, afirma.

Ele observa que há também uma barreira comportamental relevante. Dinheiro ainda é tratado como tabu

em muitas casas e organizações, o que dificulta conversas abertas e planejamento antecipado. Mesmo com maior oferta de aplicativos e conteúdos digitais, a aplicação prática do conhecimento segue limitada.

IMPACTO DIRETO NAS EMPRESAS

No ambiente corporativo, a organização financeira influencia mais do que o cumprimento de obrigações fiscais. Ela impacta negociação com fornecedores, planejamento tributário e capacidade de investimento. Ao estruturar controles simples de receitas, despesas e projeções futuras, o empresário reduz decisões impulsivas e amplia margem de segurança.

Segundo o especialista, a clareza financeira também melhora o ambiente interno. “Quando o gestor entende exatamente seus custos e sua margem, ele para de operar no improviso. Isso traz estabilidade para contratar, investir e crescer com responsabilidade”, aponta.

POR ONDE COMEÇAR E QUAIS CUIDADOS OBSERVAR

O primeiro passo é realizar um diagnóstico detalhado. Mapear receitas, despesas fixas e variáveis e compromissos futuros permite enxergar o cenário real antes de qualquer mudança. A partir dessa fotografia, definem-se metas e cria-se rotina de acompanhamento.

Ele alerta que a busca por soluções imediatistas costuma gerar frustração. “Não existe ferramenta que substitua disciplina. O método precisa ser simples o suficiente para ser repetido todos os meses”, observa.

Na contratação de empresas especializadas, recomenda avaliar clareza metodológica, transparência na cobrança e capacidade de adaptação à realidade do cliente. O serviço deve simplificar o processo, não torná-lo mais complexo. “Se o cliente sai da



reunião mais confuso do que entrou, algo precisa ser revisto”, alerta.

O ESPECIALISTA APONTA CINCO PRÁTICAS PARA TRANSFORMAR ORGANIZAÇÃO EM ROTINA

A implementação da organização financeira exige ações conectadas entre si e aplicadas de forma contínua. Entre as principais recomendações estão:

MAPEAR O FLUXO DE CAIXA MENSAL

Registrar todas as entradas e saídas cria base objetiva para decisões e reduz surpresas no orçamento.

DEFINIR METAS FINANCEIRAS MENSURÁVEIS

Metas concretas, como formar reserva equivalente a três ou seis meses de despesas, ajudam a manter disciplina.

REVISAR DESPESAS PERIODICAMENTE

Contratos, assinaturas e custos fixos devem ser reavaliados para eliminar desperdícios.

CRIAR ROTINA DE ACOMPANHAMENTO

Revisões mensais permitem corrigir desvios antes que se tornem problemas estruturais.

SEPARAR FINANÇAS PESSOAIS DAS EMPRESARIAIS

A distinção clara evita distorções na análise de resultados e protege o caixa do negócio.

Para o especialista, simplificar o discurso sobre dinheiro é etapa decisiva para ampliar adesão. “Enquanto a organização financeira for vista como algo complicado, as pessoas continuarão adiando. Quando entendem que se trata de clareza e método acessível, o comportamento muda” conclui.

Com o endividamento das famílias em patamar elevado e juros ainda pressionando o custo do crédito, o debate sobre educação financeira ganha peso estratégico. Tornar o planejamento compreensível e aplicável pode ser um movimento determinante para reduzir vulnerabilidade e fortalecer decisões, tanto no âmbito pessoal quanto empresarial.

BNDES tem lucro recorrente de R\$ 15,2 bi em 2025, o maior da história

Resultado de 2025 é 15,4% superior a 2024 (R\$ 13,2 bilhões); no triênio (2023-2025), montante é 86% maior que o período 2019-2021

Consultas, aprovações e desembolsos no triênio 2023-2025 cresceram, respectivamente, 221%, 164% e 126% frente a 2019-2021

Ativos totais superam R\$ 962 bilhões, maior valor nominal da história, crescimento de mais de 40% desde 2022

Carteira de crédito, incluindo debêntures e recebíveis, alcança R\$ 664 bilhões, crescimento de 13,4% em 2025, maior patamar desde 2016

André Telles/BNDES



Mercadante: "BNDES fomenta o crédito em R\$ 1 bilhão por dia"

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) registrou em 2025 o maior lucro recorrente da história da instituição, com R\$ 15,2 bilhões, resultado 15,4% superior a 2024. O Banco encerrou o ano com recorde na injeção de crédito, totalizando R\$ 366 bilhões, alta de

32% em relação a 2024, maior valor nominal da história em ativos totais (R\$ 962 bilhões), carteira de crédito (R\$ 664 bilhões) no maior patamar desde 2016, caixa livre quadruplicado (R\$ 61 bilhões) em relação a 2022 e maior patamar histórico do Patrimônio Líquido (R\$ 172 bilhões).

O desempenho operacional em 2025 apresentou forte crescimento por demanda de crédito frente ao ano de 2024. As consultas somaram R\$ 389,2 bilhões (aumento de 19% em relação a 2024 e de 170% em relação a 2022). As aprovações de crédito alcançaram R\$ 237,9 bilhões (12% aci-

ma de 2024 e 80% maior que 2022), com destaque para o aumento de 215% na indústria (R\$ 71 bilhões), 125% em Comércio e Serviços (R\$ 41,2 bilhões) e 100% na agropecuária (R\$ 54,3 bilhões) em relação a 2022. Já os desembolsos do BNDES totalizaram R\$ 169,7 bilhões em 2025, aumento de 27% frente a 2024 e de 74% a 2022, com manutenção da trajetória de crescimento.

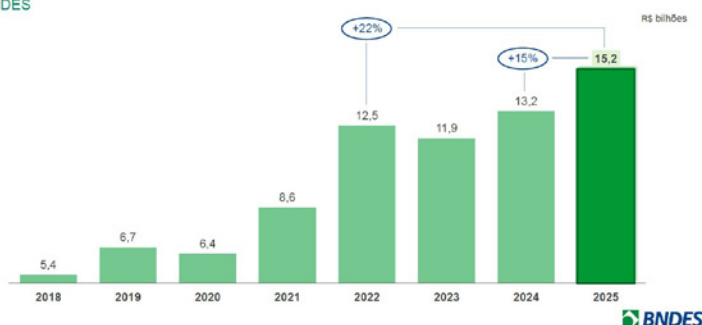
Ativos - Os ativos totais do Sistema BNDES somaram R\$ 962,5 bilhões em 31 de dezembro de 2025, maior valor nominal na história do Banco, com aumento de R\$ 121,6 bilhões (14,5%) em relação a dezembro de 2024, sobretudo pelo crescimento de R\$ 78,6 bilhões da carteira de crédito expandida, de R\$ 40,9 bilhões em Tesouraria, especialmente títulos públicos, e de R\$ 4,4 bilhões da carteira de participações societárias. Em relação a 2022, o aumento foi de 41%.

"Houve crescimento dos ativos, da carteira de crédito e da participação acionária do Banco. E esse crescimento vem acompanhado de um índice de basileia e inadimplência baixos. Ou seja, não é só crescer o ativo, o volume de empréstimo, é crescer com qualidade e isso é muito importante para qualquer banco, sobretudo para o BNDES que tem que prestar conta para a sociedade brasileira", disse o diretor Financeiro e de Mercado de Capitais do BNDES, Alexandre Abreu.

A carteira de crédito expandida, que abrange financiamentos, debêntures e outros ativos de crédito, alcançou o montante de R\$ 663,6 bilhões em 31 de dezembro de 2025 (13,4% acima de dezembro de 2024), representando, assim, 68,9% dos ativos totais. O aumento foi influenciado pela integralização de debêntures, pelo crescimento dos desembolsos e pela apropriação de juros e atualização monetária. A Carteira de Debêntures atingiu o maior valor da série histórica do BNDES, R\$ 53,2 bilhões em 31 de dezembro de 2025, ante R\$ 9,1 bilhões em 2022.

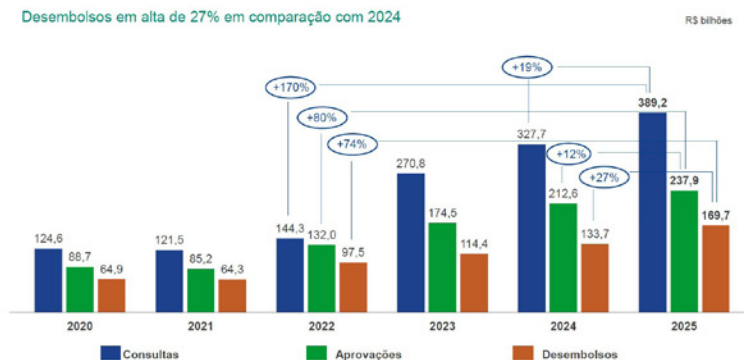
Lucro recorrente do BNDES é o maior da história

Aumento relevante em 5 anos reflete crescimento consistente e eficiência no desempenho operacional do BNDES



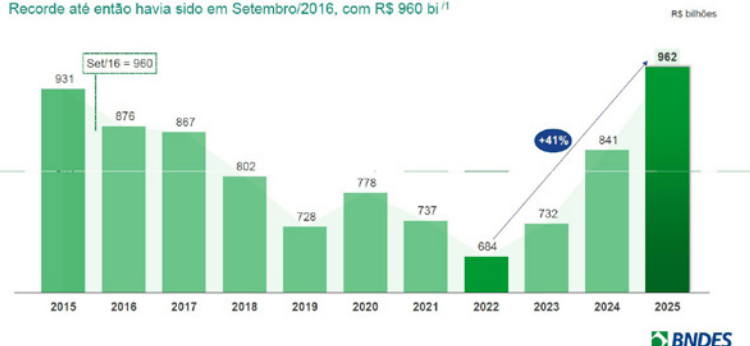
Forte aumento em todos os indicadores de concessão de crédito

Desembolsos em alta de 27% em comparação com 2024



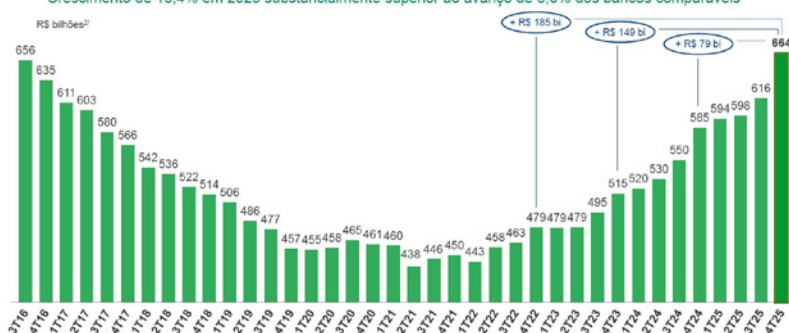
Ativos totais superam R\$ 962 bi, maior valor nominal na história do Banco

Recorde até então havia sido em Setembro/2016, com R\$ 960 bi^{1/}



Carteira de crédito atinge o maior patamar desde 2016

Crescimento de 13,4% em 2025 substancialmente superior ao avanço de 8,0% dos bancos comparáveis^{1/}



Selic a 14,75%: por que pagar contas à vista pode fazer você perder dinheiro em 2026

Análise aponta que, mesmo com o corte do Copom, rendimento líquido de 1% ao mês na renda fixa altera a lógica de descontos para pagamentos à vista e exige cautela contra movimentos impulsivos

Com o início do ciclo de queda da taxa básica de juros, investidores brasileiros são levados a um erro comum: antecipar decisões financeiras como se o dinheiro já tivesse ficado “barato”. Na prática, porém, a Selic ainda em 14,75% ao ano mantém o Brasil em um dos maiores patamares de juros reais do mundo, o que muda completamente a lógica de gastos, descontos e investimentos no início de 2026.

A decisão recente do Comitê de Política Monetária (Copom) ocorre em meio a um cenário de incerteza global, pressões inflacionárias persistentes, especialmente em serviços, e expectativas ainda acima da meta. Nesse contexto, o rendimento real continua sendo o principal guia para o investidor, exigindo uma revisão mais técnica do custo de oportunidade antes de qualquer movimentação.

Hoje, mesmo com o corte, aplicações conservadoras ainda entregam rendimento líquido próximo de 1% ao mês, um número que, segundo especialistas, deve orientar decisões financeiras do dia a dia, e não apenas estratégias de investimento.

Para André Bobek, consultor financeiro e fundador da Mhydas Planejamento Financeiro, o erro está em interpretar o início do ciclo como uma mudança já consolidada. “A queda da Selic não significa que o dinheiro perdeu valor. A 14,75%, a renda fixa ainda impõe uma régua muito alta. Qualquer decisão de investir, gastar



ou antecipar pagamento, precisa ser comparada com esse retorno”, afirma.

DESCONTO OU RENDIMENTO: A CONTA QUE POUCOS FAZEM

O primeiro trimestre concentra despesas relevantes para os brasileiros, como IPVA, IPTU, material escolar e a organização do Imposto de Renda. Tradicionalmente, o pagamento à vista é visto como uma decisão financeira mais “inteligente”, mas esse raciocínio pode não se sustentar no cenário atual.

Segundo Bobek, a conta é simples: se o desconto oferecido for menor do que o rendimento potencial do dinheiro investido, o pagamento antecipado pode gerar perda financeira.

“O investidor precisa sair do automático. Um desconto de 5% ou 8% parece vantajoso, mas, quando comparado a um rendimento de cerca de 1% ao mês, muitas vezes vale mais a pena manter o dinheiro aplicado e

parcelar sem juros. Quitar tudo à vista, nesse caso, pode significar abrir mão de ganho real”, explica.

CICLO DE QUEDA NÃO É CONVITE AO RISCO

Apesar de o início da flexibilização monetária, em teoria, beneficiar ativos como ações e fundos imobiliários, o ambiente ainda exige cautela. O próprio Banco Central sinaliza incertezas relevantes, especialmente ligadas ao cenário internacional e à trajetória da inflação.

Para o especialista, antecipar movimentos mais agressivos pode ser um erro estratégico. “Esse não é um momento de virada, é um momento de transição. O investidor que abandona a renda fixa cedo demais pode perder previsibilidade em troca de um risco que ainda não está sendo bem remunerado”, diz.

CAUTELA TAMBÉM CONTRA PROMESSAS FÁCEIS

O ambiente de transição também tende a abrir espaço para armadilhas no mercado financeiro, especialmente com o aumento de ofertas que prometem ganhos acima da média. “Ciclos como esse costumam atrair promessas de rentabilidade fora da curva. Se está muito acima da Selic, o risco também está, mesmo que não pareça. Em 2026, mais do que nunca, disciplina e critério técnico são o que protegem o patrimônio”, conclui Bobek.

Como a redução da Selic altera o cenário para investidores brasileiros em 2026

O Banco Central do Brasil realizou. Em 18 de março, mais uma reunião decisiva do Comitê de Política Monetária (Copom), em um momento em que o mercado ainda trabalhava com a possibilidade de início do ciclo de cortes da Selic, hoje em 15% ao ano, mas já sem consenso claro sobre a intensidade, e até mesmo sobre a conveniência imediata, desse movimento. A sinalização dada pelo próprio BC em janeiro foi de início da flexibilização monetária em março, porém a alta recente do petróleo, o agravamento das tensões geopolíticas e a necessidade de manter a inflação convergindo para a meta reforçaram uma leitura mais cautelosa entre analistas e instituições financeiras.

O debate, portanto, deixou de ser apenas se a Selic cairia, e passou a envolver qual seria o ritmo seguro de eventual redução dos juros num ambiente ainda marcado por incerteza externa, preços de energia sob pressão e expectativas inflacionárias acima do centro da meta. Em fevereiro, a inflação anual desacelerou para 3,81%, mas o dado mensal ainda mostrou pressão relevante, enquanto o cenário internacional segue impondo volatilidade ao câmbio, às commodities e às condições financeiras globais.

Para André Peniche, advogado tributarista e especialista em investimentos internacionais, o ponto central não é apenas a possível queda da Selic, mas a mudança de lógica na tomada de decisão econômica. “Quando o mercado começa a discutir o início de um ciclo de afrouxamento monetário, empresas e investidores precisam rever a estratégia de alocação de capital. A Selic não muda, por si só, a alíquota dos tributos, mas altera o custo do dinheiro, a atratividade re-



lativa dos ativos, a estrutura de endividamento e até o timing de decisões patrimoniais e societárias”, afirma.

No crédito, uma eventual redução da taxa básica tende a aliviar gradualmente o custo financeiro das operações, embora esse efeito não seja automático nem uniforme. O repasse depende do comportamento dos bancos, do risco de crédito, do prazo das operações e da percepção macroeconômica. Ainda assim, a perspectiva de juros menores costuma influenciar renegociações, captações, revisões de passivo e decisões de investimento produtivo, especialmente por empresas com exposição relevante a dívida indexada ou necessidade recorrente de financiamento.

Sob a ótica tributária, o cenário exige leitura mais sofisticada do que a simples associação entre juros menores e crédito mais barato. Empresas que revisam seu endividamento, trocam passivos, alongam prazos ou antecipam amortizações precisam medir o efeito dessas decisões sobre dedutibilidade de despesas financeiras, fluxo de caixa tributário e eficiência global da estrutura. Em ciclos de transição monetária, o erro mais comum é olhar apenas para a taxa

nominal e negligenciar os reflexos fiscais, contratuais e contábeis da reorganização financeira.

Outro ponto relevante é que a Selic continua servindo de referência para atualização de débitos tributários federais em atraso e, também, para a remuneração de valores restituídos ou compensados em determinadas hipóteses perante a Receita Federal. Em outras palavras, a taxa básica não impacta apenas investimentos: ela também interfere no custo financeiro do passivo fiscal e na dinâmica econômica dos créditos tributários.

No campo dos investimentos, a eventual abertura de um ciclo de queda tende a reduzir gradualmente a vantagem relativa do pós-fixado de curto prazo, o que pode estimular reavaliação de carteira, alongamento seletivo em renda fixa, maior exposição a bolsa, crédito privado e diversificação internacional. Mas o movimento não deve ser interpretado de forma automática. O Focus de 13 de março ainda apontava Selic de 12,13% no fim de 2026, o que sugere um processo possivelmente gradual e dependente de confirmação dos dados.

Segundo Peniche, esse é justamente o momento em que planejamento vale mais do que impulso. “Se a Selic começar a cair, o investidor não deve simplesmente abandonar a renda fixa nem correr para o risco sem critério. O correto é recalibrar a carteira com método, observando duration, liquidez, tributação, perfil de fluxo de caixa e diversificação geográfica. Em 2026, a diferença entre uma boa decisão e um erro caro estará menos na direção dos juros e mais na capacidade de adaptação da estratégia”, conclui.

Mineiros recorrem a nova forma de compra de veículos

Modalidade baseada em disciplina financeira tem sido cada vez mais buscada por consumidores



Ter um veículo, atualmente, vai além do conforto e da facilidade de deslocamento. Para muitos, os carros também se tornaram ferramentas de trabalho, fundamentais para atividades como transporte de passageiros, entregas e prestação de serviços.

Apesar disso, a aquisição de um veículo exige planejamento financeiro e, diante dos juros elevados, os brasileiros buscam alternativas de crédito mais versáteis, ou seja, soluções que permitam organizar e preservar o orçamento.

Nesse contexto, o consórcio tem se consolidado como uma opção para quem deseja adquirir um veículo de forma planejada. A modalidade possui variedade de prazos e não conta com a incidência de juros ou necessidade de entrada, o que contribui para uma menor descapitalização.

As vendas de cotas de consórcio registraram em janeiro o melhor de-

sempenho dos últimos dez anos. No total, foram comercializadas 476,85 mil cotas no período. Desse volume, a maior parte concentrou-se no segmento de veículos leves, responsável por 182,04 mil adesões, evidenciando a forte demanda dos consumidores por essa modalidade de aquisição de bens no início do ano.

A Ademicon, maior administradora independente de consórcio do Brasil em créditos ativos, também acompanha o avanço. Em Minas Gerais, a companhia comercializou R\$ 56 milhões em créditos no segmento de veículos nos primeiros dois meses de 2026, o que representa um crescimento de 45% em comparação com o mesmo período de 2025.

“Cada vez mais, o consórcio tem sido utilizado como uma estratégia de aquisição baseada em disciplina financeira, oferecendo ao consumidor previsibilidade, ausência de juros e flexibilidade na conquista do bem”, explica

Rafael Kovalski, diretor regional licenciado da Ademicon em Minas Gerais.

CASE DE SUCESSO

Camila Bruno Gischewski, empresária, 45 anos, recorreu ao consórcio após seu carro começar a apresentar problemas. “Eu tinha um carro de 2013 e sempre falava que precisava juntar dinheiro para trocar por outro. Quase 13 anos se passaram e eu não tinha conseguido guardar nada para isso, até que o veículo começou a dar problemas”, explica.

A empresária conta que decidiu fazer um consórcio, sendo contemplada por lance livre poucos meses depois. “O que achei interessante é que, por muito tempo, tentei juntar dinheiro, sem sucesso. Já com a parcela do consórcio de veículo fica mais fácil, porque o boleto chega e eu simplesmente pago. Então funcionou e eu ainda usei a venda do carro antigo para lance”, finaliza.

Porto Seguro lança Proteção Combinada com cobertura para carro, casa e celular

Nova apólice unificada oferece praticidade e economia ao reunir os três seguros mais procurados em uma só contratação

A Porto Seguro anuncia mais uma inovação em seu portfólio, com o lançamento de um novo formato de apólice que integra, de forma simples e conveniente, os seguros de automóvel, residência e celular em um único contrato, com vigência e pagamento unificados.

A novidade reforça o compromisso da companhia em facilitar o acesso à proteção completa para os bens mais valorizados do dia a dia dos brasileiros, oferecendo economia e menos burocracia. O produto está disponível para as marcas Porto, Itaú, Mitsui e Azul Seguros e pode ser contratado tanto em novos seguros quanto em renovações.

“Com esse lançamento, fortalecemos nossa estratégia de inovação centrada no cliente. Queremos ampliar o acesso a soluções integradas que entreguem valor real, com a conveniência de uma contratação única e a segurança de uma marca que as pessoas já confiam. E, como sempre, contamos com o papel fundamental dos nossos corretores, que seguem como parceiros estratégicos na entrega dessas soluções ao mercado”, afirma Jarbas Medeiros, diretor de Vida e Ramos Elementares da Porto Seguro.

A Proteção Combinada permite que o cliente escolha entre duas opções: Auto + Residencial ou Auto + Residencial + Celular, e cada seguro mantém suas coberturas tradicionais. No Auto, estão inclusos assistência 24h e a opção de proteção contra colisão, roubo, furto e danos a terceiros. Já o Seguro Celular oferece cobertura contra roubo e furto qualificado, com vigência anual, cobertura em territó-



rio nacional e aceitação de aparelhos com até três anos de uso, sem necessidade de vistoria.

O Seguro Residencial, por sua vez, oferece opções de coberturas que protegem contra incêndio, danos elétricos, roubo de bens, danos a terceiros, quebra de vidros, perda ou pagamento de aluguel e vendaval. No entanto, os serviços residenciais estão vinculados ao plano contratado no Auto para as marcas Porto, Itaú e Mitsui. No caso da Azul Seguros, são oferecidos serviços emergenciais, como chaveiro, encanador e eletricista.

Mais do que apresentar um novo produto, a Porto Seguro reafirma seu papel como referência em inovação no setor de seguros. Com foco na experiência do cliente, excelência ope-

racional e um portfólio em constante evolução, a companhia reforça seu posicionamento como um ecossistema completo de proteção que simplifica, acompanha e cuida da vida das pessoas em todos os momentos.

A Porto com 80 anos de mercado, possui quatro unidades de negócios: Porto Seguro, Porto Saúde, Porto Bank e Porto Serviço. Além de 18,1 milhões de clientes únicos, 13,9 mil funcionários, 13 mil prestadores e 47,5 mil corretores independentes, a empresa conta ainda com sucursais e escritórios regionais em todo o Brasil. Fazem parte do universo Porto: Azul Seguros, Itaú Seguros de Auto e Residência, Porto Seguro Uruguay entre outras. Em 2024, a companhia apresentou R\$ 37 bilhões de receita e lucro líquido de R\$ 2,7 bilhões.

Direcional Engenharia encerra 2025 com recordes operacionais e R\$ 6,9 bilhões em lançamentos (VGV)

Companhia registra expansão operacional, margens históricas e distribui R\$ 1,5 bilhão em dividendos no ano



A Direcional (B3: DIRR3), uma das maiores incorporadoras e construtoras do Brasil, encerrou 2025 com resultados recordes e forte expansão operacional. Aliando um planejamento consistente à forte atuação no programa Minha Casa, Minha Vida, a companhia registrou receita líquida de R\$ 4,3 bilhões, um crescimento de 30% em relação a 2024, impulsionado pelo avanço no ritmo de lançamentos, vendas e repasses de unidades.

O lucro líquido atingiu R\$ 789 milhões, alta de 24% na comparação anual, enquanto o lucro líquido chegou a R\$ 980 milhões, avanço de 35% em relação ao ano anterior. O desempenho reforça a trajetória de crescimento sólido da companhia, resultando um ROE anualizado recorde de 44% no quarto trimestre.

A rentabilidade também alcançou patamares inéditos. A margem bruta ajustada atingiu 42,8% no quarto trimestre, a maior já registrada pela empresa, enquanto no acumulado de 2025 ficou em 42,1%, aumento de 3,7 pontos percentuais em relação a 2024. No campo operacional, a companhia manteve um ritmo acelerado de expansão. Os lançamentos totalizaram R\$ 6,9 bilhões em VGV, crescimento de 25% em relação a 2024, enquanto as vendas líquidas somaram R\$ 6,2 bilhões, o maior volume anual da história da empresa.

PERFORMANCE RIVA

A Riva teve destaque ao longo do ano, registrando seu melhor desempenho desde sua fundação, em 2020. As vendas líquidas da marca atingiram R\$ 2,7 bilhões em VGV, com crescimento de 15% na comparação anual, ampliando sua participação no mix de negócios da companhia.

DESEMPENHO NO 4T25 E RESULTADOS HISTÓRICOS

No quarto trimestre, a Direcional registrou receita líquida de R\$ 1,2 bilhão, alta de 33% frente ao mesmo período de 2024. O EBITDA ajustado alcançou R\$ 346 milhões, com margem de 28,3%, índice recorde para a companhia. A geração de caixa também foi destaque no período: R\$ 883 milhões em 2025, impulsionada pelo crescimento operacional e pela entrada de um novo investidor no capital da Riva, que passou a deter 15% de participação na subsidiária.

O forte desempenho permitiu à companhia reforçar sua política de remuneração aos acionistas. Em 2025, a Direcional distribuiu R\$ 1,5 bilhão em dividendos, o maior volume já pago em sua história. No aspecto operacional, a empresa também ampliou sua capacidade de crescimento. O banco de terrenos alcançou R\$ 58,5 bilhões em VGV

potencial, equivalente a aproximadamente 241 mil unidades, garantindo um pipeline robusto para os próximos anos.

Com resultados robustos em rentabilidade, crescimento e geração de caixa, a Direcional encerrou 2025 reforçando sua posição entre as principais empresas do setor imobiliário brasileiro, aproveitando a forte demanda por habitação popular e de média renda, especialmente no contexto de expansão do programa Minha Casa, Minha Vida, inclusive com ganhos dentro da nova Faixa 4.

A Direcional é uma das maiores construtoras do Brasil, com foco no desenvolvimento de empreendimentos populares, de médio padrão e com atuação em diversas regiões do território nacional. Ao longo de seus 45 anos de fundação, superou a marca de 220 mil unidades entregues e/ou incorporadas. Protagonista do setor no país, faz uso intensivo de tecnologia digital em seus diversos processos e foi uma das pioneiras ao introduzir a possibilidade de compra de imóveis residenciais de forma 100% online. Na engenharia, utiliza métodos construtivos que garantem escala, produtividade e ganhos ambientais com redução significativa no volume de resíduos em obras se comparado ao método tradicional de alvenaria estrutural. A companhia está listada na Bolsa de Valores B3 e possui a mais qualificada classificação de risco S&P Global para o Brasil, rating brAA desde 2021, reafirmado em abril de 2025.

Usiminas movimenta R\$ 7,8 bilhões com fornecedores mineiros

Companhia impulsionou o desenvolvimento sustentável em diversas regiões de Minas Gerais em 2025

A Usiminas reafirma seu papel estratégico na economia de Minas Gerais, impulsionando a cadeia produtiva local com a movimentação de R\$ 7,8 bilhões destinados à contratação de fornecedores no Estado, conforme registrado em 2025. O montante representa o fortalecimento de empresas de diferentes portes e segmentos em todas as regiões onde a companhia mantém operações.

As aquisições envolvem uma ampla diversidade de materiais e serviços essenciais à operação industrial, incluindo insumos e matérias-primas, suprimentos de manutenção, equipamentos, prestação de serviços especializados, transporte, tecnologia e alimentação.

Para o diretor de Relações Institucionais e Comunidades da Usiminas, André Chaves, a atuação da companhia vai além da atividade industrial. “A Usiminas contribui diretamente para o fortalecimento das indústrias, estimulando a competitividade e criando um ambiente favorável ao crescimento sustentável. Nosso compromisso é gerar valor compartilhado e impulsionar o desenvolvimento das regiões onde estamos presentes”, destaca.

Já o diretor de Suprimentos, Arnaldo Ortona, reforça o papel da empresa na cadeia produtiva. “Temos uma política ativa de desenvolvimento de fornecedores, com foco em qualificação, segurança, inovação e eficiência. Ao longo dos anos, ajudamos a elevar o padrão técnico e de gestão de nossos parceiros, tornando-os mais preparados para atender não apenas à Usiminas, mas também a outros mercados”, afirma.



Elvira Nascimento

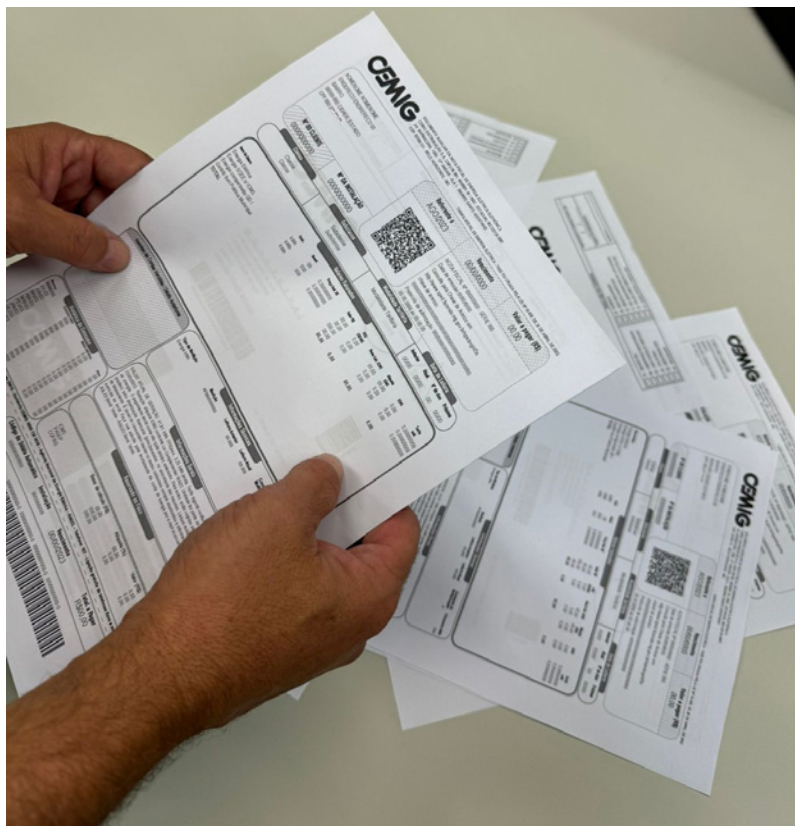
“Ao movimentar R\$ 7,8 bilhões com fornecedores mineiros, a Usiminas reforça um ciclo virtuoso para a economia do estado. Quando uma grande companhia prioriza empresas do próprio estado, ela estimula a competitividade, fortalece a cadeia produtiva, amplia oportunidades para negócios de diferentes portes e evidencia a capacidade técnica, a qualidade e a excelência da indústria mineira. É um movimento

que gera valor para todo o ecossistema produtivo e contribui para o crescimento das diversas regiões de Minas”, ressalta o presidente da FIE-MG, Flávio Roscoe.

Com investimentos robustos e uma estratégia de compras alinhada ao desenvolvimento regional, a Usiminas consolida sua posição como uma das principais indutoras do crescimento econômico em Minas Gerais.

Cemig oferece parcelamento de contas de energia em até 12 vezes

Companhia reforça canais de negociação e orienta clientes sobre como regularizar débitos



Em um cenário de maior atenção ao orçamento doméstico, o Dia do Consumidor, celebrado em 15 de março, também é um momento para lembrar os clientes das opções de negociação disponíveis para contas de energia em atraso. Na área de concessão da Cemig, os consumidores podem parcelar débitos em até 12 vezes e realizar a negociação por canais digitais, telefone ou atendimento presencial.

A negociação pode ser feita de forma totalmente digital, pelo WhatsApp da Cemig, no número (31) 3506-1160, ou pelo portal Cemig Atende, disponível no site da companhia (www.cemig.com.br).

Os clientes também podem buscar atendimento presencial nos postos da empresa ou realizar a negociação por telefone, pelo número 0800 721 7003.

“Para parcelar contas atrasadas, os clientes da Cemig devem ter sempre em mãos um documento de identificação, além do CPF ou CNPJ do titular da conta e o número da instalação presente na fatura”, explica o gerente de Recuperação de Receita da Cemig, Johmerson Silva Neves.

CONHEÇA AS OPÇÕES DE PARCELAMENTO OFERECIDAS PELA CEMIG:

CEMIG ATENDE WEB

Por meio do portal Cemig Atende, os consumidores podem negociar débitos de forma rápida e segura. Nesse canal, é possível parcelar a dívida em até 12 vezes, com entrada mínima de 50% do valor devido e taxas de financiamento reduzidas.

Para utilizar o serviço, basta acessar o site da Cemig, selecionar a opção “Segunda via e pagamento de contas” e seguir as instruções disponíveis na plataforma.

Antes da confirmação do parcelamento, o sistema apresenta todas as condições da negociação, incluindo valor da entrada, parcelas, taxa de juros e valor total do débito. Após a confirmação, o cliente recebe o Termo de Acordo e Reconhecimento da Dívida (TARD) e o boleto para pagamento da entrada.

ATENDIMENTO PRESENCIAL OU POR TELEFONE

Os clientes também podem solicitar o parcelamento em postos de atendimento da Cemig ou pelo telefone 0800 721 7003. Nesses casos, as condições seguem o mesmo padrão do canal digital, com possibilidade de parcelamento em até 12 vezes, mediante pagamento de entrada mínima de 50%.

PARCELAMENTO COM CARTÃO DE CRÉDITO

Outra alternativa é o pagamento das faturas em atraso por cartão de crédito, disponível no atendimento via WhatsApp da Cemig pelo número (31) 3506-1160.



Causos da sua empresa

Paulo de Vasconcellos Filho
Conselheiro e Consultor em Estratégia



Se a sua empresa funciona há dez anos, considerando apenas os dias úteis, nesse período foram tomadas, em média, dois milhões e quatrocentas mil decisões — estratégicas, táticas e operacionais.

Sim, parece exagero. Eu também achei. Mas as pesquisas indicam que a empresa brasileira, diante da intensa burocracia estatal, toma em média 1.000 decisões por dia — sendo a maioria operacionais. Ainda assim, todas elas, sejam operacionais, táticas ou estratégicas, geraram algum impacto — positivo ou negativo — nos

resultados da sua empresa.

Mil decisões por dia, em 20 dias úteis no mês, resultam em 20.000 decisões mensais.

Em 12 meses, são 240.000.

Em 10 anos, alcançamos a média de 2.400.000 decisões.

Agora, vamos considerar que 90% delas trataram de situações recorrentes.

Ainda assim, sua empresa tomou,

em média, 240.000 decisões “novas” nos últimos dez anos.

E se sua empresa tem apenas cinco anos de atividade?

Mesmo assim, foram cerca de 120.000 decisões “novas”.

Tomemos como exemplo a centenária Droguaria Araújo, que em 20 de março de 2026 completou gloriosos 120 anos. Desde sempre assumindo o desafio de “encantar o cliente”, explicitado em sua Missão — desafio que poucas empresas declaram e, mais

ainda, conseguem cumprir.

Sou suspeito para falar da “nossa” Araújo. Mais do que cliente, sou fã.

E não devo estar sozinho: em 2025, a empresa faturou R\$6 bilhões, com mais de 360 lojas distribuídas por mais de 60 cidades mineiras, atendendo mais de 60 milhões de clientes por ano.

Ao longo desses 120 anos, a equipe da Araújo tomou, em média, 2.880.000 decisões “novas”.

Você concorda que existe um verdadeiro tesouro de informações nesse processo decisório — inclusive na sua empresa?

A pergunta é:

Como não perder esse tesouro e utilizá-lo para aprimorar as próximas centenas de decisões?

Na edição de janeiro de 2026 da Revista MercadoComum, publicamos, em parceria com os consultores Júlio Miranda e Heles Soares, o artigo “Decisões Estratégicas: como otimizar escolhas que definem o futuro da sua empresa.”

Nesse artigo, sugerimos que sua empresa estruture um processo para registrar:

- *As decisões tomadas e as situações que as demandaram.*
- *Os critérios utilizados para decidir.*
- *As fontes de informação — internas e externas — que fundamentaram as decisões.*
- *Os resultados positivos e negativos gerados.*
- *As lições aprendidas no processo decisório.*

Para estimular o resgate e o uso efetivo dessas riquíssimas informações — que, em tempos de fake news, não podem ser questionadas quanto à sua veracidade — sugerimos a adoção de uma metodologia testada e aprovada desde 1920 (há 105 anos) na conceituada Harvard Business School.

Em 1973, a Fundação João Pinheiro, vinculada à SEPLAN de Minas Gerais, firmou convênio com a Columbia Business School, da tradicional Columbia University, fundada em 1754, trazendo para o Brasil o MBA da Columbia em formato compacto. Do modelo original de dois anos, foi adaptado para um ano.

O programa recebeu o nome de CEA — Curso de Especialização em Administração.

Tivemos a honra de participar da turma de 1974, na qual os famosos cases fizeram enorme sucesso. Todos foram desenvolvidos na Harvard Business School, retratando grandes empresas americanas e europeias.

Geralmente, os casos começavam assim:

“No outono de 1965, o Vice-Presidente de Marketing da Multinacional X...”

Particularmente — e sem qualquer crítica — eu pensava:

não temos outono, e tampouco Vice-Presidente de Marketing na grande maioria das empresas brasileiras.

Aprendemos muito. Mas era necessário tropicalizar as lições.

Cinquenta e dois anos se passaram. E então imaginei como sua empresa poderia utilizar essa consagra-

da metodologia criada pela Harvard e hoje adotada por 99% das business schools do mundo.

Recomendamos a aplicação do método de casos, com duas adaptações fundamentais:

A sua empresa será a protagonista.

O texto deverá expor apenas:

- A situação que demandou a decisão;
- As informações disponíveis naquele momento;
- Os critérios utilizados, incluindo os Princípios & Valores vigentes à época e a Cultura organizacional.

No método original, geralmente também são apresentados a decisão tomada e seus efeitos.

Aqui está o desafio: nos treinamentos internos, sua equipe deverá escolher as soluções com base exclusivamente nas informações disponíveis no momento em que a decisão foi originalmente tomada.

Essas escolhas deverão ser comparadas com aquelas efetivamente realizadas à época.

Os resultados também devem ser analisados, permitindo identificar as principais lições aprendidas — lições que, em algum momento, poderão ser decisivas no intenso processo decisório que acontece diariamente na sua empresa.

Como bom mineiro de Belzonte, sugeri usar nosso mineirês e chamar essa metodologia de: **Causos da sua empresa.**

Grupo 3corações investe em diversificação de portfólio e adquire ativos e operações da General Mills no Brasil

Aquisição estratégica de R\$ 800 milhões inclui as icônicas marcas Yoki e Kitano, fortalecendo a presença da companhia em todas as ocasiões de consumo na mesa dos brasileiros

O Grupo 3corações, líder nacional no segmento de cafés, anuncia um movimento estratégico para expandir sua atuação no setor alimentício com a aquisição das operações da General Mills no Brasil. A transação, avaliada em R\$ 800 milhões, inclui as marcas Yoki e Kitano, amplamente reconhecidas e queridas pelos consumidores.

A General Mills é uma das maiores empresas de alimentos do mundo e, no Brasil, consolidou-se com um portfólio robusto focado em alimentos básicos, snacks e temperos. As marcas Yoki (líder em categorias como farofa, pipoca de micro-ondas, batata palha e farináceos) e Kitano (referência em temperos naturais) são parte essencial da cultura alimentar brasileira, que agora se juntam à família do Grupo 3corações.

Com a aquisição, o Grupo avança em sua estratégia de crescimento por meio da diversificação e complementaridade de portfólio. A integração dos novos produtos permite que a companhia atenda a todas as ocasiões de consumo do brasileiro, do café da manhã ao jantar, fortalecendo sua posição como um dos principais players do setor. O acordo prevê a manutenção das marcas, visando ao crescimento acelerado do negócio. A conclusão da transação está sujeita à aprovação das autoridades regulatórias competentes e outras condições usuais de fechamento.

Pedro Lima, presidente do Grupo 3corações, destaca que essa transação é parte importante da estratégia da companhia de crescer no segmento de



alimentos. “Estamos entusiasmados com a chegada das marcas amadas pelo consumidor Yoki e Kitano. Este é um passo fundamental em nosso propósito de estar cada vez mais próximos da família brasileira, fazendo-nos presentes em diferentes ocasiões de consumo”, afirma o executivo.

Refletindo a cultura da empresa, Lima enfatiza que o cuidado com as pessoas é a base do negócio do Grupo 3corações. “Entendemos que o sucesso das nossas marcas é reflexo direto da dedicação do nosso povo. Estamos felizes por acolher os profissionais apaixonados pelo que fazem, que se juntarão à nossa família para continuar encantando os consumidores brasileiros. Que essa união gere valor para todos”, finaliza.

Deutsche Bank atuou como assessor financeiro exclusivo do Grupo 3corações para a transação, e Miguel Neto Advogados atuou como consultor jurídico.

Fundado em 1959, o Grupo 3corações é líder do segmento de cafés no Brasil, com um portfólio completo que inclui cafés torrados e moídos, cappuc-

cino, cápsulas, solúveis, instantâneos e prontos para beber. O Grupo reúne mais de 30 marcas, entre elas 3 Corações, Santa Clara e marcas regionais como Pimpinela, Café Brasileiro e Iguazu, estando presente em mais de 600 mil pontos de venda no país, com estrutura logística e comercial próprias, além de exportar para a América Latina, Europa, Estados Unidos, dentre outros.

Referência em inovação, é responsável pela solução exclusiva TRES®, com máquinas multibebidas e mais de 50 sabores entre cafés, bebidas cremosas, chás e cafés filtrados em cápsulas. No segmento de cafés especiais, atua com a Rituais 85+ por 3 Corações, que trabalha com grãos de excelência (SCA 85+) e foco em sustentabilidade e impacto social. Além do café, o Grupo 3corações opera em outras categorias do mercado de alimentos, como refresco em pó (Frisco), achocolatado (Chocolatto), temperos e derivados de milho (Dona Clara e Kimimo), além das marcas resultantes da joint venture com a Positive Co. e Zaya, ampliando sua presença no dia a dia dos consumidores com o ingresso no segmento de leites vegetais, suplementos e snacks saudáveis.

Com aproximadamente 9 mil colaboradores, o Grupo 3corações conta com uma robusta estrutura que inclui 28 Centros de Vendas e Distribuição, 10 Plantas Fabris, contendo 13 Unidades Industriais, 2 Unidades de Beneficiamento de Café Verde e uma Escola de Serviços e Sabores. Para mais informações, acesse o site: www.3coracoes.com.br.

Cemig está realizando o maior programa de investimentos

Investimentos da empresa em Minas Gerais somaram R\$ 6,6 bilhões em 2025, alta de 16%

A Cemig realizou, em 2025, o maior volume de investimentos de sua história em Minas Gerais, totalizando cerca de R\$ 6,6 bilhões aplicados na expansão, modernização e reforço da infraestrutura elétrica no estado. O montante representa um crescimento de 16% em relação a 2024, quando a companhia havia destinado aproximadamente R\$ 5,7 bilhões a projetos estruturantes. Em 2026, deve ser alcançado um novo recorde de investimentos, com previsão de R\$ 6,7 bilhões em todo o estado.

A maior parcela dos recursos foi direcionada ao segmento de distribuição de energia, responsável pelo atendimento a cerca de 9,5 milhões de clientes. Ao longo do ano, o segmento concentrou aproximadamente R\$ 5,1 bilhões em investimentos, com destaque para a construção de mais de 5,6 mil quilômetros de redes de baixa e média tensão e a entrada em operação de 23 novas subestações, além da ampliação de outras seis unidades existentes. As iniciativas ampliam a capacidade do sistema elétrico e contribuem para a melhoria da qualidade do fornecimento aos consumidores mineiros.

Na Regional Centro, a Cemig aplicou cerca de R\$ 743 milhões ao longo do último ano em ações voltadas ao aumento da resiliência da rede elétrica e à expansão do sistema elétrico da companhia.

Nos últimos anos, a companhia vem intensificando de forma consistente o volume de recursos destinados à modernização e expansão da rede elétrica em Minas Gerais. O movimento está alinhado à estratégia de fortalecer a confiabilidade do sistema e preparar a infraestrutura energética para o crescimento da demanda e para os desafios da transição energética.

“Hoje, a Cemig executa o maior programa de investimentos de sua história,



sendo 100% dos recursos destinados para melhorias em Minas. No setor de distribuição, é o maior programa de investimentos de uma concessionária individual desde a criação da Aneel. Trata-se de um esforço estrutural que amplia a capacidade da rede, melhora a qualidade do fornecimento e reforça o papel da companhia como indutora do desenvolvimento em Minas Gerais”, destaca o presidente da Cemig, Reynaldo Passanezi Filho.

INVESTIMENTOS AVANÇAM EM OUTRAS EMPRESAS DO GRUPO

Além da distribuição, a Cemig também manteve ritmo relevante de investimentos em outros segmentos estratégicos. Na área de geração, foram aplicados cerca de R\$ 411 milhões, com foco na expansão e manutenção do parque gerador e na participação em leilões do setor. Já no segmento de transmissão, os aportes somaram aproximadamente R\$ 461 milhões, destinados a reforços e melhorias operacionais, além do avanço de projetos estruturantes.

Outro destaque do segmento de transmissão foi o crescimento expressivo da Receita Anual Permitida (RAP), que registrou avanço superior a 80%, refletindo a entrada em operação de novos ativos e o fortalecimento da presença da companhia nesse segmento.

Os investimentos também contemplaram a expansão da infraestrutura de gás natural, por meio da Gasmig, que aplicou cerca de R\$ 314 milhões,

incluindo a implantação de 116 quilômetros de novas redes. Na área de geração distribuída, a Cemig SIM destinou aproximadamente R\$ 361 milhões à instalação de novas usinas fotovoltaicas, ampliando a capacidade instalada em 68 megawatts-pico.

Segundo o presidente da Cemig, o volume recorde de investimentos integra o maior ciclo de expansão da história da empresa e reforça a estratégia de modernização do sistema energético mineiro.

“A lógica da Cemig é investir naquilo que sabe fazer e onde pode gerar mais valor para Minas Gerais. Por isso, além da distribuição, estamos avançando em geração, transmissão, geração distribuída e gás, sempre com foco em projetos rentáveis, segurança energética e desenvolvimento do estado”, afirma Passanezi.

PLANO ATUALIZADO PREVÊ R\$ 44 BILHÕES EM MINAS GERAIS ATÉ 2030

A Cemig atualizou recentemente seu planejamento estratégico e o plano plurianual de investimentos para o ciclo 2026-2030, prevendo aportes estimados em R\$ 44 bilhões. A nova etapa mantém a diretriz do programa “Focar em Minas e Vencer”, que prioriza a modernização da infraestrutura elétrica no estado, a ampliação da confiabilidade do sistema e a preparação da companhia para a abertura total do mercado de energia.

Para 2026, o planejamento prevê investimentos da ordem de R\$ 6,7 bilhões, com maior concentração no segmento de distribuição, além de recursos destinados a projetos em geração, transmissão, geração distribuída e gás natural. Segundo a companhia, o ciclo de investimentos busca capturar oportunidades estruturais do setor elétrico, acelerar a transição energética e sustentar a geração de valor no longo prazo

BDO Brasil cresceu 11%, atingindo R\$ 500 milhões em receitas e projeta três novas filiais em 2026

Capilaridade, foco no middle market e ampliação de carteira de grandes clientes impulsionam receita da 5ª maior empresa de auditoria e consultoria do país

A BDO Brasi registrou uma receita de R\$ 500 milhões em 2025. A cifra significa um aumento de 11% em relação ao ano anterior. No mesmo período, a rede global registrou um avanço de 7%, chegando a US\$ 16 bilhões. Esses resultados se devem, especialmente, ao middle market, segmento no qual a empresa é líder, e ao incremento na carteira de empresas de capital aberto, bancos e grandes indústrias.

“Foi um ano desafiador. Mas conseguimos avançar porque temos uma base sólida no middle market, o que nos permitiu navegar com segurança neste cenário de incertezas econômicas que se apresentou em 2025”, explica Raul Corrêa da Silva, CEO da BDO. “Ao mesmo tempo, ampliamos o número de clientes de capital aberto e empresas reguladas, nicho que temos crescido muito nos últimos três anos”, complementa.

A estratégia para atender empresas de médio porte inclui a capilaridade. Por isso, a BDO prepara a abertura de três novos escritórios em 2026: João Pessoa, na Paraíba; São Luís, no Maranhão; e Varginha, em Minas Gerais.

Para Corrêa, uma das características do middle market é valorizar o bom atendimento e isso passa por estar mais próximo do cliente. “Neste nicho, o olho no olho é essencial. Por isso, somos a empresa de auditoria e consultoria com o maior número de escritórios no Brasil. Hoje são 28 e vamos terminar 2026 com pelo menos 31 bases em todo o país”, destaca.

Daniel Cancini



Raul Corrêa da Silva, CEO da BDO

Em paralelo a isso, a BDO está investindo em estrutura, com ampliações nos escritórios do Rio de Janeiro, Curitiba, Maceió e Ribeirão Preto. A sede da empresa, em São Paulo, também passou por uma modernização para acomodar um número maior de profissionais. “Investimos forte em estrutura e ampliações para que possamos ter tranquilidade para aumentar a equipe nos próximos anos”, conta.

A BDO fechou 2025 com um quadro de 2,2 mil profissionais em todo o Brasil. As projeções para 2026 apontam para um aumento na casa de 15%, ultrapassando a marca de 2,5 mil.

Além da estrutura e pessoas, a BDO também aposta no desenvolvimento tecnológico para seguir crescendo. Globalmente, a firma está investindo US\$ 1 bilhão em tecnologia nos próximos anos – que inclui o Brasil. O objetivo é aprimorar capacidades e soluções para clientes. A inovação está sendo acelerada com o uso de tecnologias projetadas para permitir a automação inteligente, melhorar a eficiência e gerar insights com a incorporação de ferramentas baseadas em Inteligência Artificial.

A BDO é a quinta maior firma de auditoria e consultoria do Brasil e líder no middle market. Tem escritórios nas principais cidades do país e possui mais de 2.200 profissionais. Oferece soluções com foco no middle market, como serviços de Transaction Advisory Services (Due Diligence), Valuation; Fusões e Aquisições (M&A); Alocação do Preço de Compra (PPA), Painéis dinâmicos (BI) de Controle de Resultados e Custos; Apuração de Haveres, Planejamento Estratégico; Laudos de Incorporação; Sucessão Familiar; Fraudes, Investigações e Disputas (FID); Risk Advisory Services (RAS); Auditoria de Demonstrações Contábeis; Assessoria Tributária; Assessoria ao Expatriado; e Administração Contábil, Fiscal, Financeira e Trabalhista.

A BDO Internacional é a quinta maior firma de auditoria e consultoria do mundo, está presente em 164 países, com mais de 120 mil profissionais distribuídos em 1.800 escritórios.

CBA consolida qualidade construtiva em luxo e atrai compradores estrangeiros

Incorporadora 100% nacional aposta em arquitetura autoral, localização estratégica, alto padrão construtivo e serviços de hospitalidade, combinação que já resultou na venda de mais de 100 imóveis para clientes internacionais



Natus Residence ainda nem foi lançado e já tem unidades vendidas para investidores da Alemanha, Argentina, Portugal e Rússia

No mercado imobiliário de alto padrão, construir bem já não é suficiente. Cada vez mais, incorporadoras precisam construir marca. É justamente nesse território que a Companhia CBA, sediada em Florianópolis (SC), vem ganhando espaço, inclusive entre compradores internacionais. A empresa, que atua no segmento de alto padrão e luxo no Sul do país, já vendeu mais de 100 imóveis para estrangeiros apenas na Grande Florianópolis, resultado que evidencia como posicionamento, produto e

experiência de marca podem transformar lançamentos imobiliários em ativos globais.

A estratégia da companhia combina dois pilares claros. De um lado, a CBA Empreendimentos, dedicada ao segmento de luxo e superluxo, com projetos voltados para compradores de alta renda no Brasil e no exterior. De outro, a Viva Corp, que desenvolve empreendimentos com alto padrão construtivo e unidades disponibilizadas nas faixas 3 e 4 do programa

Minha Casa Minha Vida, ampliando o acesso a projetos bem planejados, com arquitetura inteligente, infraestrutura completa e um padrão de entrega que eleva a categoria.

Hoje, a CBA soma 10 empreendimentos e 600 chaves entregues, além de nove canteiros ativos, que representam 1.500 unidades em obras. Em 2025, a companhia atingiu Valor Geral de Vendas (VGV) de R\$ 1,03 bilhão, e projeta um crescimento exponencial para os próximos anos.

Entre os projetos que ajudam a consolidar esse sucesso está o Puerto Madero, lançado no fim de fevereiro de 2026 e que fica na praia de Jurerê, um dos endereços mais valorizados do Brasil. O empreendimento apresenta conceito de casas suspensas, com plantas lineares e duplex, e chegou ao mercado já com forte adesão: 60% das unidades foram comercializadas rapidamente, sendo 40% adquiridas por estrangeiros da Alemanha, Argentina, Estados Unidos e Portugal.

Com preço a partir de US\$ 7.000 por metro quadrado, o projeto está localizado a 150 metros da praia, em um dos terrenos mais exclusivos do bairro, um tipo de produto pensado para um público global que busca experiências residenciais semelhantes às encontradas em destinos internacionais de luxo. Além disso, inclui embasamento comercial planejado, com mall de sete lojas e mais de 800m² dedicados a serviços, comércio e gastronomia sob curadoria CBA.

“O Puerto Madero é o único empreendimento em Jurerê com serviço de hotelaria cinco estrelas integrado ao condomínio, com gestão da CBRE, um pioneirismo em Florianópolis”, salienta Cintia Pereira, presidente da companhia CBA.

Outro exemplo dessa estratégia é o Natus Residence, próximo lançamento da incorporadora, em Ponta das Canas, também em Florianópolis. Em fase de pré-lançamento, já registra 60% das unidades comercializadas, sendo 20% para compradores da Alemanha, Argentina, Portugal e Rússia. O projeto reúne lofts, apartamentos de um a três dormitórios, terraços, gardens e coberturas, com unidades voltadas para o mar e a mata, com preço partindo de US\$ 3.400 por m². Trata-se de um empreendimento que impulsionará o desenvolvimento da região, criando um novo embasamento comercial com curadoria CBA, originando uma nova centralidade no Norte da Ilha.



Para a empresária Cintia Pereira, a confiança do público, seja brasileiro ou estrangeiro, nasce da consistência do produto.

“Nosso compromisso é desenvolver empreendimentos com arquitetura bem pensada, localização privilegiada e qualidade construtiva real. Quando o cliente estrangeiro visita nossos projetos vindo com referências de nível global, ele encontra na CBA o mesmo padrão”, afirma Cintia.

FLORIANÓPOLIS PASSA A COMPETIR COM DESTINOS GLOBAIS DE SEGUNDA RESIDÊNCIA

O avanço das vendas internacionais acompanha um momento favorável do mercado imobiliário brasileiro. Segundo a Abrainc, o setor de médio e alto padrão movimentou R\$ 30 bilhões em Valor Geral de Vendas (VGV) em 2025, crescimento de 20% em relação a 2024. No Sul do país, Santa Catarina respondeu por 65% do VGV da região, somando R\$ 55,5 bilhões, mais do que Paraná e Rio Grande do Sul juntos.

Nesse cenário, Florianópolis tem desempenhado papel central. A capital catarinense conquistou o 4º lugar no ranking Top Cidades 2025 da Abrainc, após subir sete posições e registrar crescimento de 91% nas

vendas, além de alcançar o maior salto no VGV de lançamentos do país, com variação positiva de 367% e cerca de R\$ 4 bilhões movimentados. O desempenho acompanha a expansão da construção civil catarinense, que avançou 94% nos últimos cinco anos, segundo a Câmara Brasileira da Indústria da Construção.

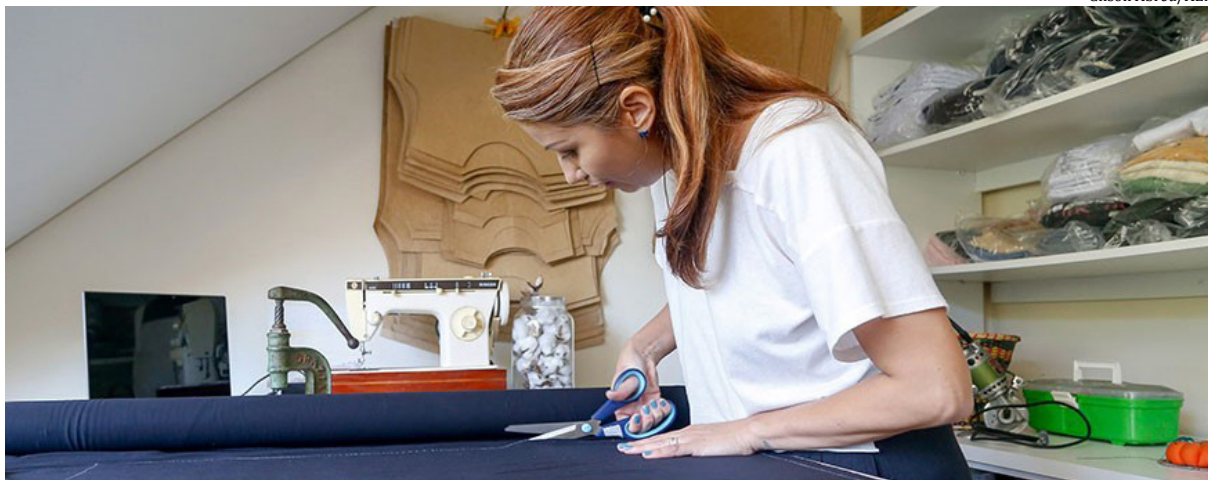
A combinação de indicadores econômicos e qualidade de vida ajuda a explicar o interesse crescente de investidores estrangeiros. A capital catarinense tem 537 mil habitantes, PIB per capita superior a R\$ 58 mil e IDHM de 0,847, de acordo com dados do IBGE. Além disso, a geografia singular do município, que reúne área continental e a Ilha de Santa Catarina, conhecida como a “Ilha da Magia”, oferece mais de 40 praias de águas transparentes, um diferencial raro entre centros urbanos brasileiros. Para a presidente da CBA, esse conjunto de fatores transformou Florianópolis em um destino global de moradia e investimento.

“Florianópolis reúne características muito raras: qualidade de vida, segurança, educação, emprego, clima agradável, natureza preservada e um mercado imobiliário sofisticado. Esse conjunto explica por que investidores de diferentes países estão olhando para a cidade como um destino permanente de moradia e investimento”, destaca Cintia Pereira.

MEI e Simples podem mudar: projeto avança e anima o setor de comércio e serviços

Para a CDL/BH, caso o PLP 108/2021 seja aprovado em definitivo, haverá impacto positivo para as pequenas empresas e para a economia. Dentre as melhorias estão redução da informalidade e geração de empregos

Gilson Abreu/AEN



A Câmara de Dirigentes Lojistas de Belo Horizonte (CDL/BH) recebeu com satisfação a aprovação do regime de urgência para o Projeto de Lei Complementar (PLP) 108/2021 na Câmara dos Deputados, nesta terça-feira, 17. A proposta, que amplia o limite de faturamento anual do Microempreendedor Individual (MEI) e do Simples Nacional, se aprovada em definitivo, será um passo importante para o fortalecimento do setor de comércio e serviços.

O projeto propõe a atualização dos tetos de faturamento, elevando o limite do MEI de R\$ 81 mil para R\$ 144,9 mil ao ano; o das microempresas (ME) de R\$ 360 mil para R\$ 869,4 mil; e o das empresas de pequeno porte (EPP) de R\$ 4,8 milhões para R\$ 8,69 milhões.

A aprovação da urgência atende a um pleito do setor. Com a prioridade na tramitação, o texto poderá ser votado diretamente em Plenário,

sem a necessidade de trâmite pelas comissões.

Favorável ao texto, a entidade ressalta que a atualização dos limites de faturamento é aguardada há anos pelos micro e pequenos negócios, que representam a maior parte das empresas brasileiras.

“Essa é uma demanda antiga do setor de comércio e serviços. A falta de reajustes nos limites do MEI e do Simples Nacional, ao longo dos anos, por conta da inflação, acabou distorcendo um regime criado para simplificar e o transformou em um entrave ao crescimento das empresas. Agora, a proposta corrige essa defasagem e cria condições para que os empreendedores possam expandir seus negócios e a crescer sem medo da burocracia”, destaca o presidente da CDL/BH, Marcelo de Souza e Silva.

Na avaliação da CDL/BH, a mudança dará mais segurança aos pe-

quenos empresários, evitando que sejam forçados a migrar para regimes mais complexos e onerosos. Além disso, a medida reduz a informalidade e estimula a geração de empregos.

Souza e Silva defende ainda que a atualização automática anual dos limites pelo IPCA é outro ponto que deve constar no texto final, “para evitar nova defasagem da tabela e preservar o tratamento diferenciado ao Simples Nacional, garantido pela Constituição Federal”.

A CDL/BH segue atuando no Congresso, articulando com os parlamentares, para garantir que o PLP 108/21 avance ainda neste semestre. A mobilização do setor ocorre em conjunto com a Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL) e União Nacional de Entidades do Comércio e Serviços (UNECS), além da Frente Parlamentar do Comércio e Serviços (FCS) e Frente Parlamentar Mista das Micro e Pequenas Empresas.

ArcelorMittal: com investimentos de R\$ 2,5 bilhões, empresa inaugura planta de beneficiamento de minério de ferro

Localizada em Itatiaiuçu (MG), a nova estrutura permitirá que a produção salte de 1,5 milhão para 4,5 milhões de toneladas anuais

A ArcelorMittal Brasil inaugurou oficialmente, no dia 18/03, a nova planta de beneficiamento de minério de ferro na Unidade de Serra Azul, em Itatiaiuçu (MG), com investimentos de R\$ 2,5 bilhões. Com a expansão da unidade, a produção da mina subirá de 1,5 milhão para 4,5 milhões de toneladas anuais. A inauguração contou com as presenças de representantes do governo de Minas Gerais, de Itatiaiuçu e empregados da ArcelorMittal.

A ampliação da Mina de Serra Azul integra o ciclo de investimentos de R\$ 25 bilhões da ArcelorMittal, iniciado em 2022 e em fase final de conclusão. O programa, considerado o maior da indústria do aço no país, abrangeu modernização de unidades industriais, ampliação do portfólio de produtos e serviços, aquisições e investimentos em energia renovável.

“Estamos muito satisfeitos com essa nova entrega do nosso programa de investimentos. O objetivo da ampliação de Serra Azul é aumentar a produção, prolongar a sua vida útil e possibilitar que opere com menos emissão de carbono, um compromisso global da empresa. E estamos também renovando nosso compromisso com a geração de valor às nossas operações em Minas Gerais, onde temos uma história centenária”, afirma Sérgio Botelho, diretor executivo da Mina.

A Mina de Serra Azul está em atividade desde 1969 e foi adquirida pela ArcelorMittal em 2008. A nova estrutura vai prolongar a vida útil da mina até 2056. A produção será destinada à



planta do Grupo no México. O pellet feed é um minério com alto teor de ferro (cerca de 67%) e baixos níveis de impurezas. Ele será enviado até o terminal ferroviário, onde será carregado em composições de trens e transportado por aproximadamente 500 km até o Porto Sudeste. De lá, o produto será embarcado e enviado até o país da América do Norte.

A importância da expansão é proporcional à grandeza do projeto de engenharia. Foram utilizadas 17 mil toneladas em equipamentos e estrutura metálica, 700 quilômetros de cabos elétricos, 35 mil metros cúbicos de concreto, 2,5 milhões de metros cúbicos de terra e 4 mil toneladas de vergalhão. A nova fase contribuirá com a continuidade do desenvolvimento econômico e social das comunidades da região.

O projeto gerou 332 postos de trabalho permanentes, o que praticamente dobrou o quadro efetivo da Mina de Serra Azul.

SUSTENTABILIDADE

Os atributos de sustentabilidade também nortearam o projeto. Para o

processamento do minério, foram priorizados os equipamentos mais modernos do mercado em relação à economia de energia. Além disso, a nova planta de beneficiamento garante a recirculação de mais de 90% da água utilizada no processo de separação do itabirito compacto e reforça a sua responsabilidade no uso dos recursos hídricos.

A dinâmica de armazenamento dos rejeitos do processo de extração e beneficiamento do minério será aprimorada, com a inclusão de uma planta de filtragem de rejeitos. Todo o material será compactado e empilhado, sem a utilização de barragem, como já é feito pela empresa desde 2012.

“Todo o projeto é pautado pela excelência em gestão socioambiental, buscando garantir os menores impactos possíveis para o meio ambiente e as comunidades vizinhas”, explica Sérgio Botelho.

Um dos fatores que reduzem o impacto ambiental da atividade é que, apesar do significativo aumento da produção, a área lavrada foi ampliada em apenas 13% em relação à original da mina.

AngloGold Ashanti dobra investimento social e destinará R\$ 30 milhões a projetos no Brasil em 2026

Recursos serão destinados a 70 projetos sociais, culturais, educacionais e ambientais, além de iniciativas de geração de renda e desenvolvimento comunitário em Minas Gerais



Mila Corrêa da Costa (Secretária de Estado de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais), Othon Maia (vice-presidente de Sustentabilidade e Assuntos Corporativos da AngloGold Ashanti), Sérgio Rodrigo Reis (presidente da Fundação Clóvis Salgado) e Xavier Vieira (Presidente da APPA)

O Instituto AngloGold Ashanti acaba de anunciar um aporte de R\$ 30 milhões para iniciativas sociais em 2026. O montante representa mais que o dobro do investido no ano anterior e será direcionado a iniciativas de desenvolvimento social, cultura,

saúde, educação, meio ambiente, esporte e geração de renda nas regiões de atuação da companhia em Minas Gerais.

Criado em 2025 para fortalecer a estratégia de responsabilidade social

da produtora de ouro, o Instituto registrou um crescimento acelerado em seu primeiro ano de atuação, recém completado em fevereiro de 2026. No primeiro ano do Instituto, mais de 40 projetos foram apoiados, com investimentos superiores a R\$ 13 milhões.

Para 2026, a estratégia contempla o apoio direto a 70 projetos viabilizados por meio de recursos próprios e leis federais de incentivo e fundos específicos, incluindo a Lei de Incentivo à Cultura, a Lei de Incentivo ao Esporte e a Lei de Incentivo à Reciclagem, além de aportes aos Fundos Municipais da Infância e Adolescência, aos Fundos Municipais do Idoso e ao Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (Pronon).

“O Instituto tem como propósito apoiar o desenvolvimento das pessoas e da sociedade para construir um legado sólido e sustentável para as próximas gerações. Estamos muito felizes em, já em nosso segundo ano, mais que dobrar o volume de investimentos sociais”, ressalta Othon Maia, vice-presidente de Sustentabilidade e Assuntos Corporativos da AngloGold Ashanti Latam e presidente do Conselho Deliberativo do Instituto.

Programa Parcerias Sustentáveis

Um dos pilares centrais da estratégia do Instituto é o Programa Parcerias Sustentáveis, que em 2026 chega à sua 16ª edição consolidado como a principal iniciativa de investimento social da companhia. Este ano, o programa selecionou 19 empreendimentos sociais em Minas Gerais para receberem suporte direto.

“A trajetória do Parcerias Sustentáveis reflete um compromisso de longo prazo com o desenvolvimento regional. Desde sua criação em 2010, a iniciativa já impulsionou mais de 300 projetos, gerando impacto positivo na vida de 210 mil pessoas”, afirma Fernando Cláudio, diretor de Comunicação, Comunidades e Relações Governamentais da AngloGold Ashanti e diretor-geral do Instituto. Com um investimento histórico que já ultrapassa a marca de R\$ 15 milhões, o programa vai além do aporte financeiro, oferecendo uma trilha completa de qualificação que inclui mentorias especializadas, capacitação técnica e melhorias de infraestrutura.



O objetivo central é garantir que os negócios de impacto social conquistem autonomia financeira, fomentando a economia local e a geração de renda nas comunidades anfitriãs.

PROJETOS APOIADOS

Entre os 70 projetos previstos para receber investimentos em 2026 estão:

- *Saúde: Instituto Mário Penna, Santa Casa BH e Hospital da Baleia*
- *Instituto Mano Down*
- *Fundação Clóvis Salgado*
- *Instituto de Hospitalidade e Artes Culinárias (INHAC) – continuidade das atividades educativas e formativas para jovens em situação de vulnerabilidade social, em parceria com o Centro de Referência do Queijo Artesanal.*
- *Casa de Gentil – manutenção da programação cultural e artístico-educativa gratuita*

para crianças e adolescentes de Raposos

- *Orquestra Ouro Preto – apoio a ações de difusão e formação musical.*
- *Semear Esportes – projeto de iniciação esportiva em vôlei, futsal e aulas de inglês para crianças e adolescentes em Sabará, Caeté, Nova Lima, Raposos e Santa Bárbara*
- *Conexão Sk8 – oficinas de skate para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade em Caeté*
- *Templo de Luta – incentivo à prática da capoeira para jovens em Santa Bárbara*
- *Festival de Inverno de Sabará*

Com os investimentos previstos para 2026, o Instituto AngloGold Ashanti pretende ampliar o alcance das iniciativas sociais e fortalecer projetos que contribuam para a geração de oportunidades, inclusão social e desenvolvimento sustentável das comunidades.

Operadoras de planos de saúde registram lucro recorde em 2025

Dados da Agência Nacional de Saúde Suplementar indicam resultados ascendentes, queda da sinistralidade e avanço desde 2018

A Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) divulgou, nesta terça-feira (17), os dados econômico-financeiros do setor referentes ao fechamento de 2025, confirmando a consolidação de uma trajetória de recuperação. Os números apontam resultado positivo superior aos anos anteriores, com avanço consistente dos principais indicadores e desempenho puxado pelas grandes operadoras médico-hospitalares. Trata-se do melhor resultado desde 2018, segundo a série histórica disponibilizada pela agência.

O setor registrou receitas totais de R\$ 391,6 bilhões e lucro líquido de R\$ 24,4 bilhões no período, o equivalente a uma margem de 6,2%. O resultado líquido foi o maior da série em termos nominais, superando inclusive o patamar observado durante a pandemia de COVID-19.

Já o retorno sobre o patrimônio líquido (ROE) alcançou 16,4%, acima dos níveis pré-pandemia. Ao todo, 73,5% das operadoras encerraram o ano com resultado positivo, evidenciando melhora disseminada, ainda que com forte concentração de lucros em grandes grupos.

Para o advogado Thayan Fernando Ferreira, especialista em direito de saúde e em direito público, membro da Comissão de Direito Médico da OAB-MG e diretor do escritório Ferreira Cruz Advogados, as operadoras estão num momento de surfar a onda. “Os dados evidenciam um setor mais equilibrado do ponto de vista financeiro, o que amplia sua capacidade



de absorver demandas assistenciais. Acredito que esses bons resultados estão seguindo uma tendência de ascensão que já via sendo observada em anos anteriores e, ainda, deve alcançar a crista”, explica.

Essa observação do especialista é percebida nos números. No geral, no segmento médico-hospitalar, principal eixo da saúde suplementar, o lucro líquido somou R\$ 23,4 bilhões, sustentado pela expansão do resultado operacional e pelo desempenho financeiro, favorecido por juros elevados. A sinistralidade recuou para 81,7%, o menor nível desde 2020, refletindo a recomposição das mensalidades acima da variação das despesas assistenciais. O resultado operacional agregado atingiu R\$ 9,8 bilhões, com destaque para medicinas de grupo e seguradoras especializadas, enquanto as autogestões permaneceram no campo negativo.

Thayan ainda acrescenta que “em um país com forte pressão sobre o sistema público, a saúde suplementar atua como vetor essencial para dar vazão a necessidades mais complexas

e crescentes da população”. A análise ganha relevância quando comparada ao cenário do Sistema Único de Saúde (SUS), que concentra a maior parte dos atendimentos no país e enfrenta desafios históricos de financiamento e demanda.

Thayan ainda acrescenta que, mesmo associada a muitas contradições, a saúde suplementar tem mesmo um papel fundamentado importante. “O nosso país passa por uma forte pressão sobre o sistema público, a saúde suplementar atua como vetor essencial para dar vazão a necessidades mais complexas e crescentes da população. Quando comparada ao cenário do Sistema Único de Saúde (SUS), que concentra a maior parte dos atendimentos no país e enfrenta desafios históricos de financiamento e demanda, a gente percebe bem isso. Enquanto a saúde suplementar atende cerca de um quarto da população e apresenta melhora nos indicadores financeiros, o sistema público segue responsável pela universalização do acesso, operando sob pressão crescente, o que reforça a complementaridade entre os dois modelos”, reforça o advogado.



Economia brasileira: devagar quase parando

Carlos Alberto Teixeira de Oliveira

De acordo com o IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística o PIB-Produto Interno Bruto brasileiro totalizou R\$ 12,7 trilhões em 2025, sendo R\$ 11,0 trilhões do Valor Adicionado a preços básicos e R\$ 1,8 trilhão de Impostos sobre Produtos líquidos de Subsídios. Considerando o Valor Adicionado das atividades no ano, a Agropecuária registrou R\$ 775,3 bilhões, a Indústria R\$ 2,6 trilhões e os Serviços R\$ 7,6 trilhões.

Entre os componentes da despesa, o Consumo das Famílias totalizou R\$ 8,1 trilhões, o Consumo do Governo R\$ 2,4 trilhões e a Formação Bruta de Capital Fixo R\$ 2,1 trilhões. A Balança de Bens e Serviços ficou superavitária em R\$ 44,6 bilhões e a Variação de Estoque foi de R\$ 30,2 bilhões.

A taxa de investimento de 2025 foi de 16,8% do PIB, contra 16,9% em 2024. Já a taxa de poupança, ficou em 14,4%, ante 14,1% em 2024.

PIB CRESCEU 2,3% EM 2025

O PIB brasileiro registrou crescimento de 2,3% em 2025, impulsionado sobretudo por setores pouco sensíveis ao ciclo econômico. A Agropecuária foi o principal destaque, ao avançar 11,7% e responder por mais de 30% do crescimento total, apesar de representar cerca de 6% da economia. Esse resultado decorreu das safras recordes de milho e soja, além do bom desempenho da pecuária. A

Extrativa mineral também apresentou forte expansão, de 8,6%, favorecida pela produção histórica de petróleo e gás natural, quase 13% acima do maior nível anterior. Juntos, esses dois segmentos contribuíram com cerca de 1 ponto percentual do avanço total.

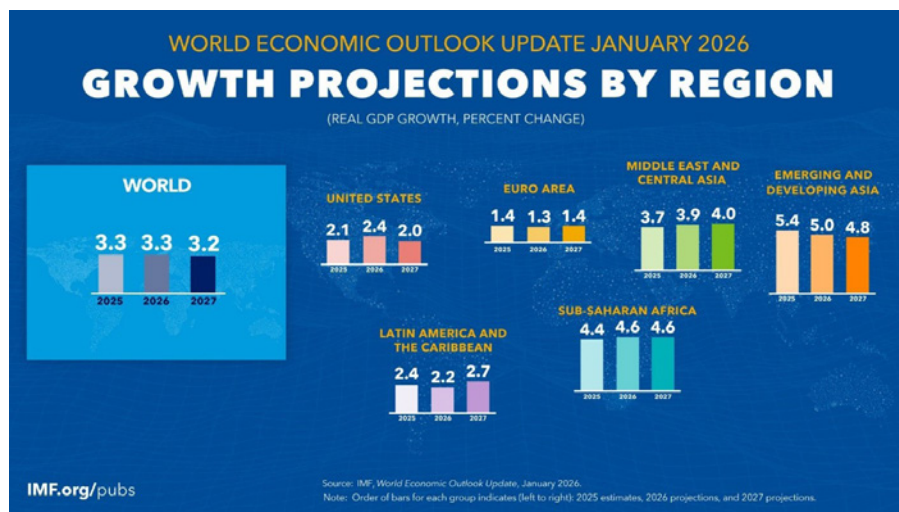
A Indústria teve desempenho mais moderado: 1,4%. Os resultados foram prejudicados pela queda na indústria de Transformação, pelo avanço limitado da Construção e pela retração em Ele-

tricidade e gás, influenciada por bandeiras tarifárias mais elevadas e maior uso de termelétricas. Em contraste, os Serviços registraram variações positivas em todos os segmentos pelo quinto ano consecutivo, com destaque para Informação e comunicação, que avançou 6,5%.

Pela ótica da demanda, o crescimento veio tanto do mercado interno quanto do externo. O Consumo das Famílias subiu apenas 1,3%, enquanto a FBCF cresceu 2,9%, favorecida pela importação de plataformas, e o Consumo do Governo, 2,1%.

O PIB per capita alcançou R\$ 59.687,49, com alta real de 1,9% frente a 2024.

Cabe salientar que o crescimento do PIB brasileiro de 2,3% em 2025 é inferior à média da economia global - de 3,3% e bem menor do que a média de 4,4% dos países considerados emergentes e



em desenvolvimento, categoria da qual o Brasil faz parte.

De acordo com o Relatório Focus do Banco Central do Brasil, divulgado em 23 de março, a projeção de alta próxima de 1,84% em 2026, sustentada sobretudo por medidas governamentais de incentivo e transferência de renda em contexto eleitoral. A ampliação da faixa de isenção do IRPF representa

o estímulo mais relevante, acompanhada por liberação extraordinária de recursos do FGTS, programas Gás do Povo e Luz para Todos, expansão do Minha Casa Minha Vida e iniciativas de fortalecimento do crédito.

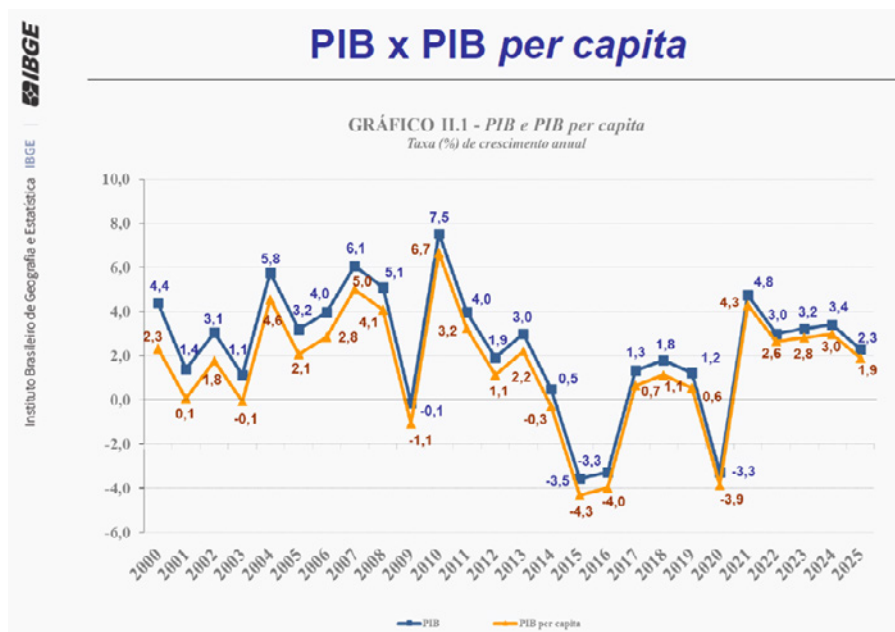
PIB CRESCER APENAS 0,1% NO 4T25

Na comparação marginal, a expectativa de estabi-

lidade no segundo semestre se confirmou com leve variação positiva de 0,1%.

A Agropecuária registrou novo trimestre favorável, crescendo 0,5% e tendo sido impulsionada por fumo, laranja, trigo e pecuária. A Indústria registrou queda de 0,7% com Transformação e Construção entre os segmentos mais afetados pela política monetária restritiva. A produção de ITCC mostrou pior resultado interanual desde 2022. A Extrativa mineral cresceu 1,1% sustentada pela forte expansão por petróleo e gás natural. Os Serviços expandiram 0,8% e mantiveram avanço generalizado, com surpresa positiva em Atividades financeiras. Informação e comunicação registrou nova alta relevante, enquanto Transporte, armazenagem e correio recuou após o pico do escoamento da safra. Comércio mostrou desempenho fraco.

Pelo lado da demanda, Consumo das Famílias e FBCF frustraram expectativas, enquanto o Consumo do Governo evitou resultado



Focus

MEDIANAS DAS EXPECTATIVAS DE MERCADO

20 de março de 2026

	2026				2027				2028				2029			
	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comp. semanal*	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comp. semanal*	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comp. semanal*	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comp. semanal*
IPCA (%)	3,91	4,10	4,17	▲ (2)	3,80	3,80	3,80	= (2)	3,52	▲ (1)	3,50	= (29)	3,50	= (29)	3,50	= (29)
PIB (var. %)	1,82	1,83	1,84	▲ (2)	1,80	1,80	1,80	= (12)	2,00	= (106)	2,00	= (53)	2,00	= (53)	2,00	= (53)
CÂMBIO (R\$/US\$)	5,45	5,40	5,40	= (1)	5,50	5,47	5,45	▼ (2)	5,50	= (6)	5,50	▼ (1)	5,50	▼ (1)	5,50	▼ (1)
SELIC (% a.a.)	12,13	12,25	12,50	▲ (3)	10,50	10,50	10,50	= (58)	10,00	= (9)	9,50	= (21)	9,50	= (21)	9,50	= (21)

* comportamento dos indicadores desde o último Focus; os valores entre parênteses expressam o número de semanas em que vem ocorrendo o último comportamento.

▲ Aumento ▼ Diminuição = Estabilidade
em relação ao Focus anterior

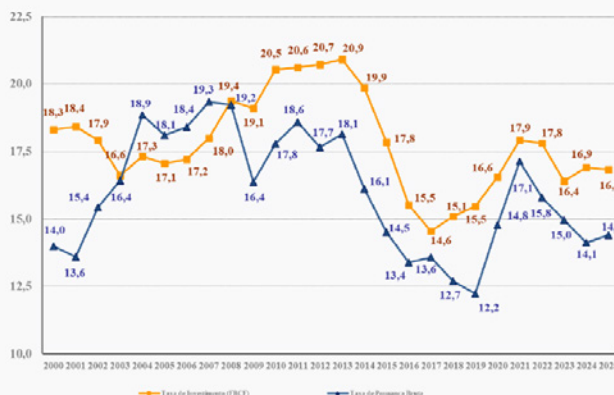
IBGE

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Taxas de Investimento e Poupança (em % PIB)

2000 a 2025

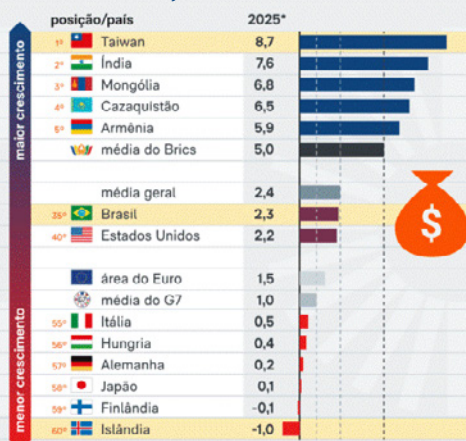
GRÁFICO III.1 - Taxa de Investimento e Taxa de Poupança Bruta (% do PIB)



pior. Exportações cresceram bem acima das importações e garantiram contribuição externa positiva. A leve alta dessazonalizada no quarto trimestre levou o PIB a novo recorde, 13,3% acima do pré-pandemia.

Para o primeiro trimestre de 2026, projetava-se crescimento marginal próximo de 1%, resultado de estímulos públicos, leve queda interanual da Agropecuária com nova safra recorde de soja e impacto favorável do ajuste sazonal aplicado pelo IBGE ao PIB.

VARIAÇÃO DO PIB - PRODUTO INTERNO BRUTO - 2025

EM 2025, O PIB
BRASILEIRO CRESCERU,
MAS DESACELEROU

Segundo resultado divulgado pelo IBGE, o Brasil apresentou um crescimento de 2,3% do PIB em 2025.

Esse foi o pior resultado desde 2020, puxado por praticamente uma estagnação da economia brasileira no segundo semestre do ano passado:

- 1º tri/25: 1,5%



Variação anual do PIB

(Em %)



Fonte: IBGE - Contas Nacionais Trimestrais

- 2º tri/25: 0,3%
- 3º tri/25: 0%
- 4º tri/25: 0,1%

Um dos responsáveis por isso foi a taxa de juros,

que chegou a 15% no meio do ano. Com os juros altos, o crédito se torna mais caro e a população e as empresas têm menos acesso a empréstimos, o que tende a esfriar as

compras de bens e serviços.

Apesar desse fator, o crescimento do PIB foi impulsionado pelo agronegócio, que registrou safra recorde de milho e soja. O setor

cresceu 11,7% em 2025 e correspondeu a 1/3 de todo o crescimento da economia brasileira no ano passado.

Para este ano, o governo pretende apostar em medidas de incentivo ao consumo para acelerar o crescimento, como a isenção de IR para quem ganha até R\$ 5.000 e a política de valorização do salário mínimo.

Olhando para outras economias do mundo, o crescimento brasileiro no 4º trimestre foi o 39º melhor em um ranking de 50 países, ao lado de Japão, Reino Unido e Colômbia.

Com esse resultado, caímos de 10ª para a 11ª maior economia do mundo.]

ANDANDO DEVAGAR, QUASE PARANDO OU, NA MAIORIA DAS VEZES, PARA TRÁS

Nestes 25 anos do século XXI, em apenas seis vezes a o crescimento da economia brasileira superou a média mundial e, nesse período e em boa parte, de forma bastante modesta. E, país cuja economia não cresce, como já afirmava o ex-presidente JK, é país condenado ao subdesenvolvimento, à miséria e à fome – considerados os maiores inimigos da democracia.

Cabe ressaltar que, em dólares norte-americanos correntes, o PIB brasileiro de 2025 de US\$ 2.280,89 bilhões é ainda inferior em quase 20% ao valor apurado em 2011, quando totalizou US\$ 2.614,48 bilhões. Relativamente à renda per capi-



TAXA DE VARIAÇÃO ANUAL DO PIB MUNDIAL x BRASIL 2001/2025* - Em %

Ano	Mundo	Brasil	Ano	Mundo	Brasil
2001	2,49	1,39	2013	3,45	3,01
2002	2,87	3,05	2014	3,56	0,50
2003	4,27	1,14	2015	3,46	-3,55
2004	5,44	5,76	2016	3,26	-3,28
2005	4,78	3,20	2017	3,84	1,32
2006	5,36	3,96	2018	3,63	1,78
2007	5,45	6,07	2019	2,91	1,22
2008	3,05	5,09	2020	-2,69	-3,28
2009	-0,14	-0,13	2021	6,62	4,76
2010	5,36	7,53	2022	3,75	3,02
2011	4,17	3,97	2023	3,51	3,24
2012	3,52	1,92	2024	3,34	3,42
			2025*	3,30	2,29

*2025: Projeções

Em **vermelho**: anos em que a economia brasileira cresceu menos do que a média mundial; Em **azul**: anos em que a economia brasileira basicamente cresceu no mesmo ritmo da média mundial. Fonte: FMI/World Economic Outlook Database/Oct 2024. Elaboração: MercadoComum/Há 33 Anos Formando Opiniões!



BRASIL - PIB-PRODUTO INTERNO BRUTO E RENDA PER CAPITA - Valores Correntes - 2001/2025

Ano	PIB US\$ bi	Renda Per Capita US\$ 1	Ano	PIB US\$ bi	Renda Per Capita US\$ 1
2001	559.563	3.161	2013	2.468.456	12.390
2002	508.101	2.835	2014	2.454.846	12.225
2003	558.465	3.085	2015	1.796.168	8.874
2004	669.340	3.648	2016	1.800.134	8.830
2005	892.033	4.808	2017	2.063.185	10.054
2006	1.107.131	5.904	2018	1.916.213	9.278
2007	1.396.797	7.373	2019	1.872.800	9.008
2008	1.693.147	8.849	2020	1.475.529	7.054
2009	1.672.625	8.659	2021	1.670.493	7.951
2010	2.209.751	11.347	2022	1.951.573	9.255
2011	2.614.482	13.328	2023	2.190.991	10.350
2012	2.463.549	12.463	2024	2.184.822	10.277
			2025	2.280.894	10.687

PIB: Fonte: IBGE/Banco Central do Brasil

Elaboração: MercadoComum/Há 33 Anos Formando Opiniões!/ MinasPart Desenvolvimento

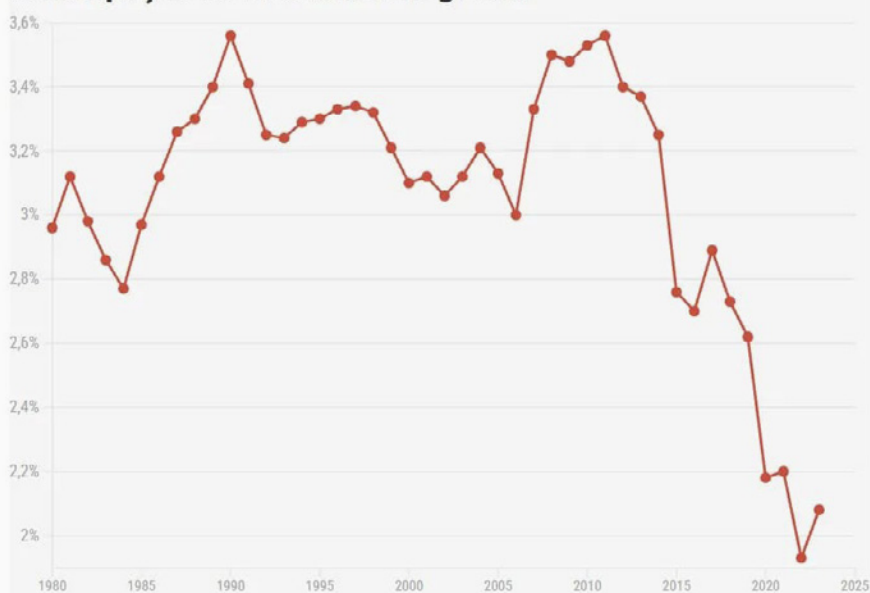
ta, que atingiu US\$ 10.687 no ano passado, atualmente ela também é inferior à apurada em 2011, que somou US\$ 13.328 àquela época - sendo quase 1/5 inferior à apurada no ano seguinte em valores correntes.

Em síntese, há muito o Brasil está ficando para trás

Embora o país continue crescendo economicamente, estamos no modo "freio de mão puxado" quando comparados com a média global.

Entre os anos 1980 e 1990, o país chegou a representar mais de 3,5% do PIB mundial. Depois disso, a participação sofreu uma queda relativamente expressiva, chegando a 2% em 2023.

Participação do Brasil no PIB global



Fonte: Banco Mundial
Elaboração: João Nakamura

CNN
MONEY

Na prática, isso significa que outras economias estão avançando mais rápido que a nossa.

Nos últimos 25 anos, por exemplo, o PIB da China cresceu mais de 500%, enquanto países como Índia, Vietnã e Bangladesh expandiram suas economias acima de 200%. Três fatores ajudam a explicar isso:

Baixa produtividade do trabalho, que sofreu queda nos últimos anos;

Crescimento mais lento da população ativa. Há 20 anos, a força de trabalho brasileira crescia cerca de 2% ao ano. Hoje, esse número está abaixo de 0,5%;

Contas públicas pressionadas e juros elevados, muito por conta da ampliação de benefícios sociais e o custo do sistema previdenciário.

No fim, os dados só comprovam que estamos diminuindo a nossa velocidade nesta corrida.

Tanto que saímos de 6^a maior economia do mundo há 15 anos para 11^a atualmente.

Fonte The News



*CARLOS ALBERTO TEIXEIRA DE OLIVEIRA

Carlos Alberto Teixeira de Oliveira é Administrador, Economista e Bacharel em Ciências Contábeis, com vários cursos de pós graduação no Brasil e exterior. Ex-Executive Vice-Presidente e CEO do Safra National Bank of New York, em Nova Iorque, Estados Unidos. Ex-Presidente do BDMG-Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais e do Banco de Crédito Real de Minas Gerais; Foi Secretário de Planejamento e Coordenação Geral e de Comércio, Indústria e Mineração; e de Minas e Energia do Governo de Minas Gerais; Também foi Diretor-Geral (Reitor) e fundador do Centro Universitário Estácio de Sá de Belo Horizonte; Ex-Presidente do IBEF Nacional – Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças e da ABDE-Associação Brasileira de Desenvolvimento; Atualmente é Coordenador Geral do Fórum JK de Desenvolvimento Econômico; Presidente da ASSEMG-Associação dos Economistas de Minas Gerais. Presidente da MinasPart Desenvolvimento Empresarial e Econômico, Ltda. Integra vários Conselhos Consultivos e de Administração de diversas empresas e instituições. Membro da Academia Municipalista de Letras de Minas Gerais e da Academia Brasileira de Ciências Contábeis. Vice-Presidente da diretoria executiva da ACMinas – Associação Comercial e Empresarial de Minas. Presidente/Editor Geral de **MERCADOCOMUM**. Autor de vários livros, como a coletânea de 3 livros – 2.336 páginas, intitulada "Juscelino Kubitschek: Profeta do Desenvolvimento – Exemplos e Lições ao Brasil do Século XXI".

Economia da Transformação: por que a nova vantagem competitiva é provar progresso (não criar experiências)

Fernando Giberti

Diretor da Jumppi Inteligência e Pesquisa, mestre em Administração e professor universitário nos cursos de MBA do IBMEC, atuando nas áreas de marketing, gestão estratégica e inteligência de mercado. Possui sólida experiência em comportamento do consumidor, pesquisa de mercado, marketing e estratégias empresariais.



À medida que produtos melhoram, serviços se padronizam e experiências se tornam reproduzíveis, empresas passam a disputar algo mais difícil de conquistar: relevância real na trajetória do cliente. Nesse novo cenário, a proposta de valor deixa de ser apenas entrega e passa a ser mudança sustentada.

Durante anos, a agenda de competitividade foi relativamente clara. Melhor produto. Melhor atendimento. Melhor experiência. Melhor eficiência. Melhor jornada. Esses eixos continuam importantes, mas perderam

a capacidade de, sozinhos, sustentar diferenciação em mercados mais maduros. Quando todos melhoram ao mesmo tempo, a excelência operacional passa a ser condição de entrada, não mais fator de liderança.

É nesse contexto que ganha força a lógica da transformação. Em vez de perguntar apenas o que a empresa vende, a questão estratégica passa a ser outra: que mudança ela ajuda o cliente a realizar? A resposta parece simples, mas muda profundamente a arquitetura do negócio. Porque, quando o valor deixa de estar concentrado

no momento da compra e passa a estar distribuído ao longo da jornada, a empresa já não é avaliada apenas pela qualidade do contato, mas pela capacidade de produzir progresso percebido e sustentado.

VALOR COMO TRANSIÇÃO, NÃO COMO EVENTO

O cliente raramente compra apenas um item ou um serviço isolado. Na prática, ele compra uma passagem entre estados. Quer reduzir estresse, melhorar produtividade, ganhar segurança, reorganizar finanças, for-

talecer competências, amadurecer decisões, transformar resultados. Em alguns casos, busca uma melhora incremental. Em outros, busca uma mudança mais profunda, que toca identidade, cultura, posicionamento ou visão de futuro.

Esse ponto é decisivo para a gestão, porque obriga a empresa a reconhecer que o mesmo produto pode servir a aspirações muito diferentes. Há clientes que buscam refinamento: menos atrito, mais velocidade, mais eficiência. Há os que buscam ambição: um salto maior de resultado. Outros procuram cultivo: mudança gradual na forma como se veem ou operam. E há situações de metamorfose, quando a transformação desejada é mais ampla e altera a própria narrativa do cliente sobre si.

O erro recorrente das marcas está em tratar esses territórios como se fossem equivalentes. Algumas prometem mudança profunda, mas entregam apenas conveniência. Outras têm uma entrega sólida, porém comunicam de forma genérica e perdem força simbólica. Em ambos os casos, instala-se uma ruptura entre promessa e realidade. E, quando isso acontece, a marca não perde apenas eficiência comercial; perde confiança.

PROMESSA DE TRANSFORMAÇÃO EXIGE INFRAESTRUTURA

Esse é o ponto em que a economia da transformação deixa de ser um tema apenas de marketing. Sempre que uma empresa promete mudança, ela herda responsabilidade sobre as condições que tornam essa mudança possível. Isso significa que transformação não pode ser tratada como estética narrativa. Ela precisa ser traduzida em sistema.

NA PRÁTICA, ESSE SISTEMA DEPENDE DE TRÊS CAMADAS.

A primeira é a identidade. Muitas mudanças não são apenas funcionais.

Quando um indivíduo quer “ser mais saudável”, ou quando uma empresa quer “ser mais orientada por dados”, existe ali uma dimensão moral e simbólica. Há desejo de reconhecimento, coerência, legitimidade e pertencimento. Por isso, transformação não se sustenta apenas com funcionalidades. Ela exige linguagem, marcos e sinais que dialoguem com o vocabulário do cliente.

A segunda camada é o contexto. Boa parte das falhas que as empresas atribuem ao cliente não decorre de desinteresse, mas de falta de condição. Mudanças dependem de tempo, ambiente, incentivo, energia mental, apoio e governança. No B2B, dependem também de cultura, política interna, priorização da liderança e clareza de papéis. Ignorar o contexto é projetar uma solução ideal para uma rotina que não existe.

A terceira camada é o comportamento. Mudança real não acontece por convencimento pontual; acontece por repetição. Isso exige desenho de jornada: metas progressivas, feedback, acompanhamento, mecanismos de retomada após recaída, redução de fricção e suporte contínuo. Campanhas podem disparar movimento. Mas o que sustenta continuidade é método.

O QUE AS EMPRESAS MAIS EFICAZES JÁ ENTENDERAM

Em diversas categorias, as ofertas mais fortes já não são apenas produtos; são sistemas de permanência. Programas de saúde, plataformas de bem-estar, trilhas de capacitação, ecossistemas de aprendizado e ambientes de adoção tecnológica crescem justamente porque organizam mudança ao longo do tempo. Eles combinam progressão, feedback, suporte e manutenção.

Esse padrão é relevante para diretores e lideranças porque mostra que o valor percebido migrou. O cliente já não recompensa apenas quem entrega bem. Ele recompensa quem o aju-

da a continuar. Em saúde, isso significa aderência. Em educação, significa progressão. Em tecnologia, significa adoção real. Em serviços profissionais, significa capacidade instalada. Em todos os casos, o princípio é o mesmo: o valor deixa de ser um evento e passa a ser uma trajetória.

Essa lógica, porém, aumenta o grau de responsabilidade da marca. Transformar não é acelerar indiscriminadamente. É sustentar com segurança. Sempre que empresas prometem progresso sem respeitar limites, contexto ou tempo de maturação, o resultado pode ser frustração, abandono e desgaste reputacional. Em mercados que já sofrem de inflação de promessa, sobriedade passa a ser um ativo competitivo.

PESQUISA DE MERCADO PRECISA SAIR DO “GOSTO” E ENTRAR NO “PROCESSO”

Se a proposta de valor muda, a pesquisa também precisa mudar. Perguntar apenas preferência, satisfação e atributos desejados já não basta quando a questão estratégica passa a ser mudança. O objeto de investigação deixa de ser apenas opinião e passa a ser trajetória.

Isso exige, antes de tudo, entrevistas orientadas por história. Não apenas “por que você escolheu?”, mas “o que estava acontecendo antes?”, “o que você tentou?”, “onde falhou?”, “o que tornou a mudança urgente?”, “o que quase fez você desistir?”. É nesse ponto que a pesquisa revela não só o desejo, mas a tensão que dá energia ao desejo.

Também ganham relevância métodos longitudinais: diários curtos, check-ins periódicos, acompanhamentos por fase de jornada. Transformação raramente é linear. Há entusiasmo inicial, fricção, adaptação, recaída e retomada. Pesquisas pontuais capturam fotografia; pesquisas longitudinais capturam sustentação.



Métodos contextuais também se tornam mais valiosos. Observação, walkthroughs, shadowing e análise de rotina ajudam a revelar as barreiras invisíveis que sabotam a mudança: sobrecarga, interrupções, incentivos desalinhados, dificuldade de uso, falta de legitimidade interna, ausência de tempo ou energia mental. Sem esse olhar, a empresa corre o risco de diagnosticar falta de engajamento quando o problema real é falta de condição.

Por fim, há um eixo particularmente subutilizado e estratégico: a pesquisa com churn e desistência. Em uma economia da transformação, desistência não é apenas perda comercial. É quebra de jornada. Entender por que o cliente abandona o processo é uma das formas mais rápidas de tornar a promessa mais honesta e a entrega mais eficaz.

O QUE MUDA PARA A ALTA GESTÃO

Para presidentes, diretores e lideranças seniores, a principal implicação

é clara: transformação não é uma nova camada de comunicação; é um novo critério de coerência empresarial.

Primeiro, a proposta de valor precisa ser descrita em termos de estado atual e estado desejado do cliente, e não apenas em termos de portfólio.

Segundo, os indicadores de sucesso precisam avançar além de aquisição e satisfação, incorporando continuidade, adesão, progresso percebido, uso recorrente, retenção qualificada e evidência de resultado.

Terceiro, marketing, produto, atendimento e operação precisam trabalhar como partes de um mesmo sistema de sustentação, e não como funções independentes.

Quarto, a promessa precisa ser calibrada com responsabilidade. Em um ambiente saturado de narrativas grandiosas, empresas mais maduras serão aquelas capazes de prometer com sobriedade, medir com honestidade e entregar com constância.

No limite, a economia da transformação é menos sobre “encantar” e mais sobre sustentar. Menos sobre espetáculo e mais sobre compromisso. Experiências podem ser replicadas com relativa velocidade. Transformações reais, porque dependem de método, contexto, confiança e manutenção, são mais difíceis de copiar.

É por isso que esse debate interessa tanto ao nível gerencial quanto à diretoria. Não se trata apenas de reposicionar marca. Trata-se de redefinir como a empresa cria valor, como pesquisa cliente, como organiza jornada e como mede maturidade competitiva. Em mercados cada vez mais parecidos no que entregam, vencerá quem conseguir ajudar o cliente a se tornar algo melhor - e provar isso ao longo do tempo.

Posso, na sequência, transformar essas duas versões em layout editorial pronto para revista, com sugestão de título de capa, olho, intertítulos e chamada de imagem.

PIB brasileiro cresceu 2,3% em 2025 e fecha o ano totalizando R\$ 12,7 trilhões

Em 2025, o PIB (Produto Interno Bruto) cresceu 2,3% frente a 2024. A Agropecuária (11,7%), os Serviços (1,8%) e a Indústria (1,4%) cresceram



O IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística divulgou, no dia 3 de março, o resultado das contas nacionais relativo ao ano de 2025.

Em valores correntes, o PIB totalizou R\$ 12,7 trilhões em 2025. Já o PIB per capita chegou a R\$ 59.687,49, com avanço real de 1,9% frente ao ano anterior.

A taxa de investimento em 2025 foi de 16,8% do PIB, contra 16,9%

em 2024. A taxa de poupança, por sua vez, ficou em 14,4% em 2025, ante 14,1% em 2024.

Frente ao 3º trimestre de 2025, na série com ajuste sazonal, o PIB variou 0,1%. Houve altas nos Serviços (0,8%) e na Agropecuária (0,5%), enquanto a Indústria recuou 0,7%.

Em relação ao 4º trimestre de 2024, o PIB avançou 1,8%. Houve crescimento na Agropecuária

(12,1%), na Indústria (0,6%) e nos Serviços (2,0%).

PIB CRESCEU 2,3% EM 2025

O PIB em 2025 cresceu 2,3% frente ao ano anterior. Com isso, o PIB per capita alcançou R\$ 59.687,49, com avanço real de 1,9% frente ao ano anterior. O PIB resultou do aumento de 2,4% do Valor Adicionado a preços básicos e de 1,7% no volume dos Impostos sobre Produtos líquidos de

Subsídios. O resultado do Valor Adicionado nesta comparação refletiu os desempenhos da Agropecuária (11,7%), da Indústria (1,4%) e dos Serviços (1,8%).

A variação em volume do Valor Adicionado da Agropecuária em 2025 (11,7%) decorreu, principalmente, do crescimento da produção e da produtividade na Agricultura. Segundo o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA/IBGE), várias culturas registraram crescimento de produção em 2025, com destaque para o milho (23,6%) e a soja (14,6%), que alcançaram produções recordes na série histórica. Cabe ressaltar que a Pecuária também teve contribuição positiva em 2025.

Na Indústria, o destaque positivo foram as Indústrias Extrativas (8,6%) devido ao crescimento da extração de petróleo e gás. A Construção cresceu 0,5%, justificada pela alta da massa salarial real na atividade. Por outro lado, a Eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos apresentou variação negativa (-0,4%), influenciada pela piora relativa das bandeiras tarifárias em relação a 2024. Já as Indústrias de Transformação registraram variação negativa (-0,2%), principalmente, pela queda na fabricação de coque e derivados do petróleo; produtos de metal e bebidas.

Todas as atividades dos Serviços cresceram: Informação e comunicação (6,5%), Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados (2,9%), Transporte, armazenagem e correio (2,1%), Outras atividades de serviços (2,0%), Atividades imobiliárias (2,0%), Comércio (1,1%) e Administração, defesa, saúde e educação públicas e seguridade social (0,5%).

Pela ótica da despesa, houve crescimento de 2,9% da Formação Bruta de Capital Fixo, explicado pelo acréscimo da importação de bens de capital, desenvolvimento de software,

Período de comparação	Indicadores						
	PIB	AGROP	INDUS	SERV	FBCF	CONS. FAM	CONS. GOV
Trimestre / trimestre imediatamente anterior (com ajuste sazonal)	0,1%	0,5%	-0,7%	0,8%	-3,5%	0,0%	1,0%
Trimestre / mesmo trimestre do ano anterior (sem ajuste sazonal)	1,8%	12,1%	0,6%	2,0%	-3,1%	1,0%	3,6%
Acumulado em quatro trimestres / mesmo período do ano anterior (sem ajuste sazonal)	2,3%	11,7%	1,4%	1,8%	2,9%	1,3%	2,1%
Valores correntes no 4º trimestre (R\$)	3,3 trilhões	101,5 bilhões	648,4 bilhões	2,0 trilhões	525,3 bilhões	2,1 trilhões	710,8 bilhões
Valores correntes no ano (R\$)	12,7 trilhões	775,3 bilhões	2,6 trilhões	7,6 trilhões	2,1 trilhões	8,1 trilhões	2,4 trilhões
Taxa de investimento (FBCF/PIB) 2025 = 16,8%							
Taxa de Poupança (POUP/PIB) 2025 = 14,4%							
PIB per capita 2025 = R\$ 59.687,49 com alta de 1,9% ante 2024							

além da alta na Construção, que compensaram a queda na produção interna de bens de capital.

O Consumo das Famílias cresceu 1,3% em relação ao ano anterior puxada pela melhora no mercado de trabalho, pelo aumento do crédito e pelos programas governamentais de transferência de renda. Entretanto, esta taxa representa uma desaceleração em relação ao crescimento de 2024 (5,1%) devido, principalmente, aos efeitos adversos da política monetária contracionista. O Consumo do Governo, por sua vez, cresceu 2,1%.

No setor externo, houve altas tanto nas Exportações de Bens e Serviços (6,2%) quanto nas Importações de Bens e Serviços (4,5%). Na pauta de exportações, os destaques foram: extração de petróleo; veículos automotores; agropecuária. Nas importações, destacam-se: outros equipamentos de transportes; máquinas e equipamentos; produtos químicos.

PIB APRESENTOU ESTABILIDADE DE 0,1% EM RELAÇÃO AO 3º TRI DE 2025

No quarto trimestre de 2025, o PIB apresentou variação positiva de 0,1% ante o terceiro trimestre de 2025, na série com ajuste sazonal. Os Serviços e a Agropecuária cresceram 0,8% e 0,5%, respectivamente. Já a Indústria recuou 0,7%.

Entre as atividades industriais, houve queda na Construção (-2,3%) e nas Indústrias de Transformação (-0,6%). Por outro lado, as Indústrias Extrativas (1,1%) e a Eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos (1,5%) tiveram resultados positivos.

Nos Serviços, houve variações positivas em Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados (3,3%), Informação e comunicação (1,5%), Outras atividades de serviços (0,7%), Administração, defesa, saúde,

**Principais resultados do PIB a preços de mercado do
4º trimestre de 2024 ao 4º trimestre de 2025 (%)**

	2024.IV	2025.I	2025.II	2025.III	2025.IV
Acumulado ao longo do ano / mesmo período do ano anterior	3,4	3,1	2,7	2,4	2,3
Últimos quatro trimestres / quatro trimestres imediatamente anteriores	3,4	3,6	3,3	2,7	2,3
Trimestre / mesmo trimestre do ano anterior	3,6	3,1	2,4	1,8	1,8
Trimestre / trimestre imediatamente anterior (com ajuste sazonal)	0,0	1,5	0,3	0,0	0,1

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais

de e educação públicas e seguridade social (0,4%). Houve estabilidade em Atividades imobiliárias (0,2%), e resultados negativos em Comércio (-0,3%), Transporte, armazenagem e correio (-1,4%).

Pela ótica da despesa, houve crescimento no Consumo do Governo (1,0%), estabilidade no Consumo das Famílias (0,0%) e queda da Formação Bruta de Capital Fixo (-3,5%).

No setor externo, na mesma comparação, as Exportações de Bens e Serviços avançaram 3,7%, enquanto as Importações de Bens e Serviços caíram 1,8%.

**EM RELAÇÃO AO 4º TRI DE 2024,
PIB CRESCEU 1,8%**

Frente ao mesmo período de 2024, o PIB avançou 1,8% no último trimestre de 2025, seu vigésimo resultado positivo consecutivo nesta comparação. O Valor Adicionado a preços básicos e os Impostos sobre Produtos Líquidos de Subsídios cresceram 1,9% e 1,0%, respectivamente.

A Agropecuária cresceu 12,1% no quarto trimestre de 2025, nessa comparação, devido à contribuição positiva da Pecuária e ao bom desempenho de alguns produtos com safra relevante no trimestre, com destaque para fumo (29,8%), laranja (28,4%) e trigo (3,7%).

A Indústria avançou 0,6% no quarto trimestre de 2025. As Indústrias Extrativas (12,0%) obtiveram alta, puxadas pelo crescimento na extração de petróleo e gás. A Eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos também registrou avanço (1,0%), puxado pelo crescimento do consumo residencial de energia elétrica e gás. Por outro lado, as Indústrias de Transformação recuaram (-2,0%), seu terceiro resultado negativo consecutivo nessa comparação, influenciadas pela retração em fabricação de derivados do petróleo; indústria automobilística; produtos de metal; e produtos químicos. A Construção recuou 2,9% no trimestre, corroborado pela queda no emprego na atividade, na produção de insumos típicos e na comercialização de material da construção.

Os Serviços cresceram 2,0% ante o mesmo período do 2024, principalmente, pelos resultados positivos de Informação e comunicação (7,1%), Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados (4,5%), Outras atividades de serviços (2,1%), Atividades Imobiliárias (1,9%), Transporte, armazenagem e correio (1,7%), Administração, defesa, saúde e educação públicas e seguridade social (0,9%) e Comércio (0,2%).

No quarto trimestre de 2025, o Consumo das Famílias cresceu 1,0%,

beneficiado pelos resultados favoráveis do mercado de trabalho, pelo aumento no crédito e pelos programas governamentais de transferência de renda, frente ao mesmo trimestre de 2024. O Consumo do Governo (3,6%) também teve elevação no período. A Formação Bruta de Capital Fixo teve queda de 3,1% no quarto trimestre de 2025, devido ao recuo da produção interna de bens de capital e da Construção.

No setor externo, as Exportações de Bens e Serviços cresceram 14,2%, enquanto as Importações de Bens e Serviços recuaram 0,3% no quarto trimestre de 2025. Na pauta de exportações, os melhores desempenhos foram de agricultura; extração de petróleo; produtos alimentícios; e extração de minerais metálicos. Nas importações, os destaques negativos foram: produtos químicos; máquinas; aparelhos elétricos extração de petróleo e os destaques positivos foram: derivados de petróleo e extração de minerais não metálicos.

PIB SOMA R\$ 12,7 TRILHÕES

O PIB em 2025 totalizou R\$ 12,7 trilhões, sendo R\$ 11,0 trilhões do Valor Adicionado a preços básicos e R\$ 1,8 trilhão de Impostos sobre Produtos Líquidos de Subsídios. Considerando o Valor Adicionado das atividades no ano, a Agropecuária registrou R\$ 775,3 bilhões, a Indústria R\$ 2,6 trilhões e os Serviços R\$ 7,6 trilhões. Entre os componentes da despesa, o Consumo das Famílias totalizou R\$ 8,1 trilhões, o Consumo do Governo R\$ 2,4 trilhões e a Formação Bruta de Capital Fixo R\$ 2,1 trilhões. A Balança de Bens e Serviços ficou superavitária em R\$ 44,6 bilhões e a Variação de Estoque foi de R\$ 30,2 bilhões.

A taxa de investimento de 2025 foi de 16,8% do PIB, contra 16,9% em 2024. Já a taxa de poupança, ficou em 14,4%, ante 14,1% em 2024.

Durante o governo Romeu Zema, a economia mineira registrou desempenho pior do que a média do país

No acumulado dos sete anos (2019 a 2025), o PIB de Minas Gerais cresceu 14,14% - contra 15,40% em nível nacional

A média anual de crescimento da economia de Minas foi de 2,63% - enquanto a média nacional alcançou 2,98%. Os dados são, ainda, considerados preliminares



A Fundação João Pinheiro - FJP divulgou, no dia 17 de março, os dados preliminares sobre o PIB - Produto Interno Bruto de Minas Gerais relativos ao ano de 2025, que estão disponíveis em um informativo e em uma base de dados no site da instituição.

De acordo com a FJP, Minas Gerais encerrou 2025 com o Produto Interno Bruto (PIB) estimado em R\$1,157 trilhão, alcançando um crescimento

real de 1,4% em relação a 2024 - inferior aos 2,4% apurados pela economia brasileira no mesmo período. Os resultados positivos da agropecuária, das indústrias extrativas e de transformação, do comércio e transportes, dos outros serviços e da administração pública contribuíram para o desempenho da economia, compensando a retração na atividade de energia e saneamento e na indústria da construção registrada ao longo do ano.

SETORES

Em 2025, a agropecuária registrou expansão real de 3,2%, com valor adicionado bruto (VAB) estimado em R\$98,2 bilhões. Mesmo com a retração de 7,6% na comparação do quarto trimestre de 2025 com o mesmo trimestre de 2024 e de 10,3% comparando com o terceiro trimestre de 2025, o desempenho do setor ao longo do ano ainda foi positivo em

termos de índice de volume, pois apesar das colheitas anuais menores das safras de café, feijão e cana-de-açúcar, foi compensado pela produção mais elevada de soja, milho, batata-inglesa, leite, abate de suínos, ovos e insumos para a fabricação de papel e celulose e para metalurgia.

Já o valor adicionado bruto (VAB) das atividades industriais foi estimado em R\$278,1 bilhões em 2025. Com estabilidade no primeiro semestre, retração no terceiro trimestre e recuperação robusta no último trimestre de 2025 as indústrias extrativas aumentaram o volume de valor adicionado em 3,1% em 2025 em relação ao ano anterior. Na comparação do quarto trimestre de 2025 com o mesmo período de 2024, o crescimento em termos reais do setor foi de 17,2%, principalmente por conta da expressiva expansão na extração de minério de ferro.

Nas indústrias de transformação, houve crescimento de 0,6% no volume de valor adicionado em 2025 na comparação com 2024, com forte crescimento na fabricação de papel e celulose e aumento na produção física de máquinas e equipamentos e de veículos automotores, além de uma contribuição positiva e decisiva da indústria metalúrgica e alimentícia para o resultado agregado.

Nas atividades de geração e distribuição de eletricidade, gás, água e saneamento houve uma ligeira queda no consumo de eletricidade e variação positiva no volume de água produzida em 2025. No entanto, houve redução relevante ao longo do ano na geração de energia nos modais hidroelétrico e térmico, apesar do aumento na geração de energia fotovoltaica. Já o setor de construção registrou variação negativa (2,2%), com contração nos segmentos de obras, infraestrutura e edificações.

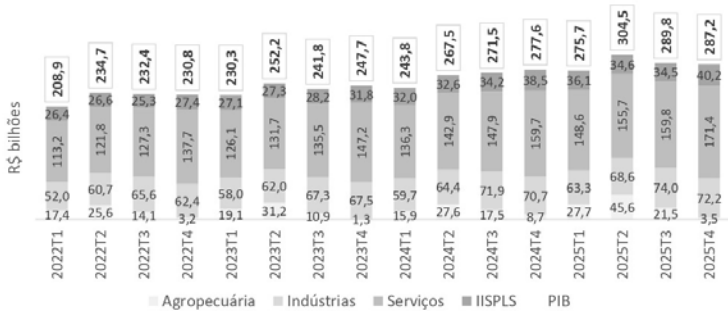
O setor de serviços, responsável por, aproximadamente, dois terços da economia do estado, fechou 2025

Tabela 1 – Taxas de variação real dos principais agregados macroeconômicos – Brasil e Minas Gerais – 4º trimestre de 2025 (%)

Agregado Macroeconômico	Base de Comparação			
	Trimestre imediatamente anterior	Mesmo trimestre do ano anterior	Acumulado no ano	Acumulado em quatro trimestres
Minas Gerais				
PIB	0,1	0,5	1,4	1,4
Valor Adicionado de todas as atividades	0,2	0,6	1,4	1,4
Agropecuária	-10,3	-7,6	3,2	3,2
Indústrias	1,2	0,4	0,3	0,3
Indústrias extrativas	13,5	17,2	3,1	3,1
Indústrias de transformação	-0,1	-1,0	0,6	0,6
Utilidades públicas	0,8	-2,6	-1,2	-1,2
Construção	-2,2	-4,9	-2,2	-2,2
Serviços	0,7	1,7	1,6	1,6
Comércio	1,2	1,7	1,7	1,7
Transporte	-0,5	2,6	2,3	2,3
Outros serviços	1,0	2,2	2,1	2,1
Administração pública	0,0	0,6	0,5	0,5
Brasil				
PIB	0,1	1,8	2,3	2,3
Valor Adicionado de todas as atividades	0,1	1,9	2,4	2,4
Agropecuária	0,5	12,1	11,7	11,7
Indústrias	-0,7	0,6	1,4	1,4
Indústrias extrativas	1,1	12,0	8,6	8,6
Indústrias de transformação	-0,6	-2,0	-0,2	-0,2
Utilidades públicas	1,5	1,0	-0,4	-0,4
Construção	-2,3	-2,9	0,5	0,5
Serviços	0,8	2,0	1,8	1,8
Comércio	-0,3	0,2	1,1	1,1
Transporte	-1,4	1,7	2,1	2,1
Outros serviços	1,3	3,0	2,6	2,6
Administração pública	0,4	0,9	0,5	0,5

Fonte: IBGE, Coordenação de Contas Nacionais (Conac), FJP, Coordenação de Contas Regionais (CCR).
Nota: Estimativas preliminares, sujeitas a revisão.

Gráfico 2 – Valor Adicionado Setorial, Impostos sobre Produtos (IISPLS) e PIB a preços correntes – Minas Gerais – primeiro trimestre de 2022 – quarto trimestre de 2025



Fonte: FJP, Coordenação de Contas Regionais (CCR).
Nota: Os resultados trimestrais de 2024 a 2025 permanecem como preliminares até a divulgação das pesquisas estruturais do IBGE e sua incorporação pelo Sistema de Contas Regionais (SCR-MG).

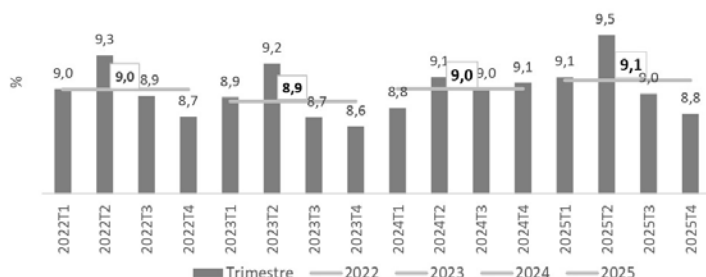
com crescimento real de 1,6% em relação a 2024, registrando um valor adicionado bruto (VAB) estimado em R\$635,6 bilhões.

No comércio, a geração de valor adicionado real teve crescimento de 1,7% em 2025 comparativamente ao ano anterior, com destaque para o aumento no volume de vendas ocorrido no segmento de artigos farmacêu-

uticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos. Nessa mesma base de comparação, os serviços de transporte no estado apresentaram expansão no volume de valor agregado de 2,3% e a administração pública cresceu 0,5% no período.

Os demais serviços da economia mineira (outros serviços) apresentaram incremento de 2,1% em

Gráfico 3 – Participação do PIB de Minas Gerais no PIB do Brasil – primeiro trimestre de 2022 - quarto trimestre de 2025



Fonte: FJP, Coordenação de Contas Regionais (CCR).

Nota: Os resultados trimestrais de 2024 a 2025 permanecem como preliminares até a divulgação das pesquisas estruturais do IBGE e sua incorporação pelo Sistema de Contas Regionais (SCR-MG).

Gráfico 1 – Taxas de variação real do PIB – Brasil e Minas Gerais – 2010 - 2025



Fonte: IBGE, Coordenação de Contas Nacionais (Conac). FJP, Coordenação de Contas Regionais (CCR).

Nota: Estimativas preliminares, sujeitas a revisão.

2025, com destaque para o desempenho positivo das atividades imobiliárias e dos serviços financeiros, de informação e comunicação, que compensaram a performance negativa das atividades turísticas e dos serviços de alojamento e alimentação no período.

O PIB de Minas Gerais alcançou R\$1,157 trilhão no acumulado de 2025 com uma variação nominal de 9,1% na comparação com o de 2024, a qual pode ser decomposta num crescimento real de 1,4% e numa variação de 7,7% no deflator implícito. Dada a estimativa do PIB nacional, que de acordo com o IBGE totalizou R\$12,739 trilhões em 2025, estima-se preliminarmente que a proporção do PIB de Minas no total nacional teve uma pequena variação positiva, passando de 9,0% na média anual de 2024 para 9,1% em 2025.

Considerando somente o quarto trimestre de 2025, o PIB foi estimado em R\$287,2 bilhões com uma variação nominal de 3,5% em relação ao quarto trimestre do ano passado, decomposta na soma da variação real (0,5%) com a do deflator implícito do PIB (2,9%).

O valor adicionado bruto (VAB) das atividades agropecuárias foi estimado em R\$98,2 bilhões em 2025; nas indústrias, ele totalizou R\$278,1 bilhões; nos serviços, R\$635,6 bilhões.

O PIB - Produto Interno Bruto de Minas Gerais durante os sete anos do governo Romeu Zema (2019 a 2024) registrou um desempenho inferior à média nacional, tendo apresentado uma expansão acumulada de 14,14% no referido período, contra uma média nacional de 15,40% - o que equivale a um crescimento médio anual



2019 A 2022 ROME U ZEMA I EM %

Ano	Minas Gerais	Brasil
2019	-0,01	1,22
2020	-3,03	-3,28
2021	5,73	4,76
2022	3,00	3,02
Média	1,42	1,43
Diferença (Diferença de pontos percentuais)	-0,01	+0,01
Acumulado Período	5,59	5,66

2023 A 2025 ROME U ZEMA II EM %

Ano	Minas Gerais	Brasil
2023	3,40	3,24
2024*	3,10	3,42
2025*	1,40	2,29
Média	2,63	2,98
Diferença (Diferença de pontos percentuais)	-0,35	+0,35
Acumulado Período	8,10	9,22

2019 A 2025 ROME U ZEMA I + II EM %

Ano	Minas Gerais	Brasil
Média	1,94	2,10
Diferença	-0,16	+0,16
Acumulado Período	14,14	15,40
(Diferença de pontos percentuais)		

OBS: 2024 e 2025 são estimativas
*Leva-se em consideração a média nacional durante o mesmo período. Diferença em pontos percentuais. Fonte: IBGE/FJP - Elaboração: MinasPart Desenvolvimento

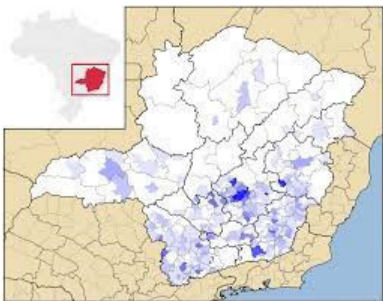
de 1,94% - contra 2,10% verificados em relação ao Brasil.

De acordo com o IBGE –Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a população brasileira estimada para 1º de julho de 2025 é de 213.421.037 habitantes e São Paulo lidera o ranking nacional como o estado mais populo-

so do país, possuindo 46.081.801 habitantes, ou 21,59% do total. Minas Gerais vem em seguida, ocupando a segunda posição, com uma população estimada de 21.393.441 habitantes – representando 10,02% do total brasileiro. Logo após, vem o Rio de Janeiro, detendo uma população de 17.223.547 habitantes e equivalente

a 8,1% do total nacional. Esta estimativa do IBGE foi divulgada em outubro de 2023 e é relativa ao Censo 2022.

Cabe mencionar de outro lado que, de acordo com as projeções do IBGE, a população de Minas Gerais começará a declinar a partir do ano de 2039, quando atingirá 21.898.577 habitantes.



MINAS GERAIS
EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO
2000/2025*
PERÍODO DE 2001 A 2020
EM US\$ CORRENTES

Ano	População em habitantes
2000	211.412
2001	18.422.233
2002	18.624.410
2003	18.816.368
2004	18.998.797
2005	19.172.436
2006	19.335.903
2007	19.487.371
2008	19.633.228
2009	19.774.776
2010	19.886.308
2011	19.981.515
2012	20.094.110
2013	20.214.721
2014	20.340.917
2015	20.470.603
2016	20.588.168
2017	20.695.003
2018	20.861.238
2019	20.916.751
2020	21.032.009
2021	21.117.017
2022	21.178.401
2023	21.247.401
2024	21.322.691
2025	21.393.441

* Em 1º de julho de cada ano
Dados relativos ao Censo de 2022
Fonte: IBGE/Elaboração: MinasPart Desenvolvimento



MINAS GERAIS/BRASIL - EVOLUÇÃO DO PIB
EM US\$ MILHÕES - 2001/2025*

Ano	Minas Gerais	Brasil	MG/Brasil-%
2001	47.837	559.563	8,55
2002	42.345	508.101	8,33
2003	46.956	559.465	8,39
2004	58.761	669.340	8,78
2005	77.411	892.033	8,68
2006	97.715	1.107.131	8,83
2007	123.421	1.396.797	8,84
2008	151.689	1.693.147	8,96
2009	144.247	1.672.625	8,62
2010	199.673	2.209.751	9,04
2011	239.042	2.614.482	9,14
2012	226.302	2.463.549	9,19
2013	225.938	2.468.456	9,15
2014	219.463	2.454.846	8,94
2015	155.584	1.796.168	8,66
2016	156.432	1.800.134	8,69
2017	180.570	2.063.185	8,75
2018	168.224	1.916.213	8,78
2019	165.181	1.872.800	8,82
2020	132.355	1.475.529	8,97
2021	159.031	1.670.493	9,52
2022	175.642	1.951.572	9,00
2023	194.560	2.190.991	8,88
2024*	196.853	2.184.822	9,01
2025*	207.105	2.280.894	9,08

Projeções preliminares - US\$ correntes
Fonte: IBGE/Banco Central do Brasil/Fundação João Pinheiro -
Elaboração: MinasPart Desenvolvimento



MINAS GERAIS X BRASIL
TAXA ANUAL E ACUMULADA
DE CRESCIMENTO DO PIB
PRODUTO INTERNO BRUTO
2001/2025 - Em %

Ano	Minas Gerais	Brasil
2001	-0,12	1,39
2002	3,73	3,05
2003	2,13	1,14
2004	5,89	5,76
2005	4,02	3,20
2006	3,91	3,96
2007	5,53	6,07
2008	4,68	5,10
2009	-3,92	-0,13
2010	9,08	7,53
2011	2,48	3,97
2012	3,33	1,92
2013	0,47	3,00
2014	-0,70	0,50
2015	-4,26	-3,55
2016	-2,00	-3,27
2017	1,66	1,32
2018	1,33	1,78
2019	-0,01	1,22
2020	-2,99	-3,28
2021	5,73	4,76
2022	3,00	3,02
2023	3,40	3,24
2024*	3,10	3,42
2025*	1,40	2,29

*Anos em que a economia de MG teve desempenho pior do que a brasileira. Os dados de 2024 e 2025 são preliminares. Fonte: IBGE/FJP – Elaboração: MinasPart Desenvolvimento

Nos 25 anos já decorridos deste século XXI, em catorze deles a variação da taxa do PIB – Produto Interno Bruto de Minas Gerais teve desempenho pior do que a média nacional (2001, 2006, 2007, 2008, 2009, 2011, 2013, 2014, 2015, 2018, 2019, 2022, 2024 e 2025). Nos demais, a taxa foi positiva e superior – mas não o sufi-



MINAS GERAIS – RENDA PER CAPITA
2011/2025 – EM US\$

Ano	PIB-US\$ milhões	População	Renda Per Capita – US\$
2011	239.042	19.981.515	11.963,10
2012	226.302	20.094.110	11.262,10
2013	225.938	20.214.721	11.176,90
2014	219.463	20.340.917	10.789,23
2015	155.584	20.470.603	7.600,36
2016	156.432	20.588.168	7.598,10
2017	180.570	21.695.003	8.323,11
2018	168.224	20.861.238	8.063,95
2019	165.181	20.346.492	8.118,40
2020	132.355	20.916.753	6.427,70
2021	159.031	21.117.017	7.530,93
2022	175.642	21.178.401	8.293,45
2023	194.560	21.247.401	9.156,89
2024*	196.853	21.322.691	9.232,09
2025*	207.105	21.393.441	9.680,77

*Estimativa

ciente para colocar, no acumulado do período, o Estado em uma situação confortável em relação aos demais. Estudos do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística revelam que, durante o período de 2002 a 2023 - (últimos dados disponíveis oficialmente) enquanto o PIB brasileiro contabilizou uma expansão média anual de 2,2% e acumulada de 58,2%, o de Minas Gerais aumentou, em média, 2,0% anualmente e, no acumulado, 50,9% - situando-se o estado na 24ª posição quanto ao desempenho da economias estaduais no período, ficando à frente apenas dos estados do Bahia (49,9%), Rio de Janeiro (40,4%) Rio Grande do Sul (34,0%) respectivamente.

Os estudos preliminares divulgados pela FJP – Fundação João Pinheiro indicam que o PIB de Minas Gerais em 2025 totalizou R\$ 1.157 bilhões – equivalente a US\$ 207,11 bilhões. Esta é a terceira vez que o PIB de Minas ultrapassa a marca de R\$ 1 trilhão.

Em 2025, a Renda Per Capita dos mineiros foi de US\$ 9.680,77 – inferior à apurada em 2011 – de US\$ 11.963,10 e é considerada, ainda, menor do que a média nacional de US\$ 10.246,16 verificada naquele ano.

Destacamos que os dados relativos ao ano de 2025 são ainda considerados preliminares e sujeitos a futuras revisões.

Juros sobre a dívida pública brasileira alcançam R\$ 1,037 trilhão nos últimos doze meses até fevereiro; dívida pública atinge 79% do PIB do país - e soma R\$ 10,2 trilhões

As despesas no pagamento do juros sobre a dívida pública consolidada brasileira foram responsáveis por 95% do déficit nominal das contas públicas apuradas no período e que alcançou R\$1,09 trilhão - (8,48% do PIB)

Carlos Alberto Teixeira de Oliveira
Presidente/Editor Geral de MercadoComum

O Banco Central do Brasil divulgou, no dia 31 de março, os resultados das contas públicas brasileiras consolidadas (União, Estados e União) dos últimos doze meses até fevereiro de 2026.

No acumulado em doze meses até fevereiro, os juros nominais sobre a dívida pública consolidada brasileira alcançaram R\$1.036,8 bilhões (8,07% do PIB), superior comparativamente a R\$924,0 bilhões (7,74% do PIB) nos doze meses até fevereiro de 2025.

Também, no acumulado em doze meses, o déficit nominal alcançou R\$1.089,6 bilhões (8,48% do PIB), mantendo-se estável como percentual do PIB, em relação ao mês anterior. Vale salientar que as despesas no pagamento do juros sobre a dívida pública consolidada brasileira foram responsáveis por 95% do déficit nominal das contas públicas apuradas.

A DBGG – Dívida Bruta do Governo Geral, que compreende Governo Federal, INSS e governos estaduais e municipais – atingiu 79,2% do PIB (R\$10,2 trilhões) em fevereiro de 2026, representando um aumento de 0,5 p.p. do PIB em relação ao mês anterior.



O detalhamento do estudo está a seguir.

RESULTADOS FISCAIS

O resultado primário do setor público consolidado foi deficitário em R\$16,4 bilhões em fevereiro, ante déficit de R\$19,0 bilhões no mesmo mês de 2025. O Governo Central e as empresas estatais registraram déficits respectivos de R\$29,5 bilhões e R\$568 milhões, e os governos regionais, superávit de R\$13,7 bilhões. Em doze meses, o setor público con-

solidado acumulou déficit de R\$52,8 bilhões, equivalente a 0,41% do PIB, 0,02 p.p. do PIB inferior ao déficit acumulado até janeiro.

Os juros nominais do setor público consolidado, apropriados por competência, somaram R\$84,2 bilhões em fevereiro de 2026, comparativamente a R\$78,3 bilhões em fevereiro de 2025. Contribuíram para essa evolução os aumentos do endividamento líquido, da taxa Selic e do IPCA no período, mais que compensando o menor número de dias úteis

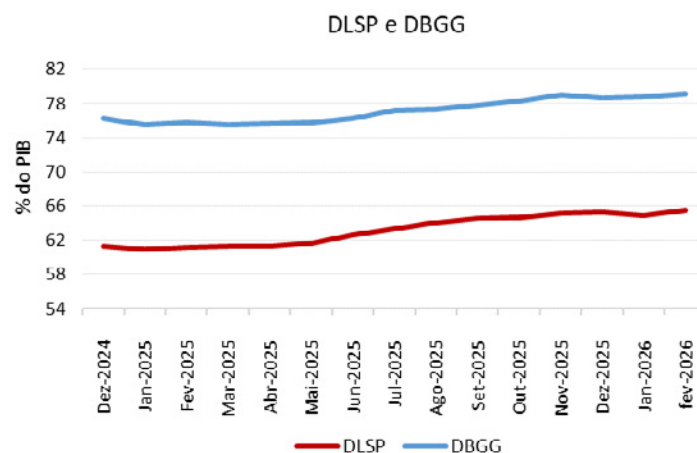
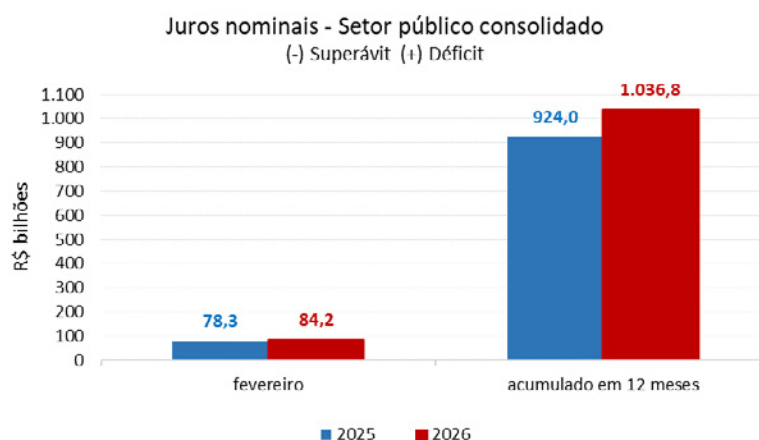
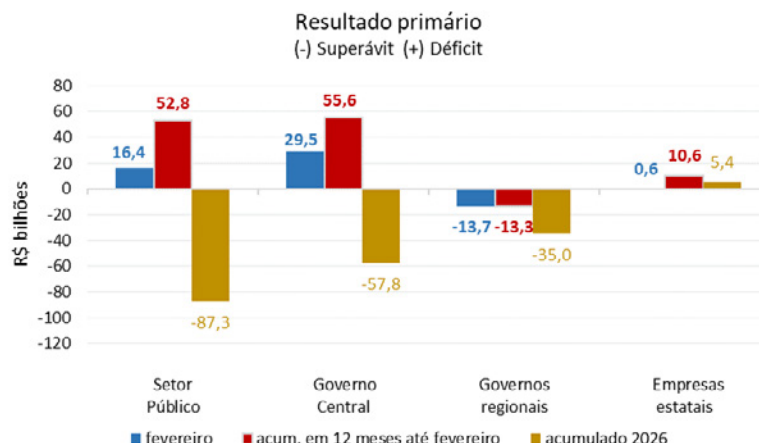
(-2) e o resultado mais favorável das operações de swap cambial (ganhos de R\$7,0 bilhões em fevereiro de 2025 e de R\$8,1 bilhões em fevereiro de 2026). No acumulado em doze meses, os juros nominais alcançaram R\$1.036,8 bilhões (8,07% do PIB) em fevereiro deste ano, comparativamente a R\$924,0 bilhões (7,74% do PIB) nos doze meses até fevereiro de 2025.

O resultado nominal do setor público consolidado, que inclui o resultado primário e os juros nominais apropriados, foi deficitário em R\$100,6 bilhões em fevereiro. No acumulado em doze meses, o déficit nominal alcançou R\$1.089,6 bilhões (8,48% do PIB), mantendo-se estável como percentual do PIB, em relação ao mês anterior.

DÍVIDA LÍQUIDA DO SETOR PÚBLICO (DLSP) E DÍVIDA BRUTA DO GOVERNO GERAL (DBGG)

A DLSP atingiu 65,5% do PIB (R\$8,4 trilhões) em fevereiro, elevando-se 0,6 p.p. do PIB no mês. Esse resultado refletiu, sobretudo, os impactos dos juros nominais apropriados (+0,7 p.p.), da valorização cambial de 1,5% no mês (+0,2 p.p.), do déficit primário (+0,1 p.p.), dos demais ajustes da dívida externa líquida (-0,2 p.p.) e do efeito da variação do PIB nominal (-0,2 p.p.). No ano, a DLSP apresenta crescimento de 0,3 p.p. do PIB, refletindo, em especial, os impactos dos juros nominais (+1,2 p.p.), do efeito da valorização cambial acumulada de 6,4% (+0,7 p.p.), do superávit primário acumulado (-0,7 p.p.), do crescimento do PIB nominal (-0,6 p.p.) e dos demais ajustes da dívida externa líquida (-0,3 p.p.).

A DBGG – que compreende Governo Federal, INSS e governos estaduais e municipais – atingiu 79,2% do PIB (R\$10,2 trilhões) em fevereiro de 2026, aumento de 0,5 p.p. do PIB em relação ao mês anterior. A evolução no mês decorreu, principalmente, do



efeito dos juros nominais apropriados (+0,7 p.p.), da emissão líquida de dívida (+0,1 p.p.), do efeito da valorização cambial (-0,1 p.p.) e da variação do PIB nominal (-0,3 p.p.). No ano, o aumento de 0,6 p.p. do PIB resulta

principalmente da incorporação de juros nominais (+1,6 p.p.), do crescimento do PIB nominal (-0,7 p.p.), do efeito da valorização cambial (-0,3 p.p.) e dos resgates líquidos de dívida (-0,1 p.p.).

Copom reduz a Selic em apenas 25 pontos - penalizando a retomada do crescimento econômico brasileiro

O Comitê de Política Monetária reduziu, em 18 de março, a taxa Selic de 15% para 14,75% ao ano em decisão unânime, alinhada às expectativas do mercado, que se ajustaram após o agravamento do conflito no Oriente Médio. Esse patamar mostra-se absurdamente elevado quando comparado às outras economias, posicionando o Brasil com uma taxa de juros real de 9,1% ao ano e inferior, apenas, à da Turquia, de 10,38% ao ano.

O Banco Central avaliou que o período prolongado de juros elevados já produziu efeitos sobre a desaceleração da atividade econômica, permitindo início de ajuste no grau de restrição monetária. No entanto, evitou sinalizar próximos passos diante do aumento da incerteza externa e dos riscos inflacionários intensificados pela alta do petróleo.

O cenário de referência considera



preços do petróleo da curva futura por seis meses e avanço anual de 2% posteriormente. Com o deslocamento dessa curva, a projeção para o IPCA de 2026 subiu de 3,4% para 3,9%, enquanto a estimativa para o horizonte relevante da política monetária passou de 3,2% para 3,3%. O Copom

reafirmou compromisso com serenidade e cautela e destacou que futuras decisões dependerão da evolução dos conflitos e de seus impactos sobre preços.

O comunicado manteve aberta a possibilidade de continuidade do ciclo de flexibilização, mas com redação que confere flexibilidade para ajustes no ritmo e na extensão conforme o balanço de riscos.

O cenário do mercado financeiro ainda prevê cortes de 50 pontos-base nas próximas reuniões atingindo a Selic em 12,5% ao ano ao fim do ciclo. Contudo, eventual prolongamento do conflito Irã/Estados Unidos/Israel e seus efeitos sobre a inflação corrente e expectativas poderá levar o Banco Central a reduzir o ritmo ou interromper o ciclo em patamar mais elevado.

Fonte referencial: 4intelligence

BRASIL TEM 4º MAIOR JURO NOMINAL ENTRE OS MERCADOS			
taxas das principais economias (em % ao ano)			
ranking	juros nominais (%)	ranking	juros nominais (%)
1º	Turquia 37,00	11º	Chile 4,50
2º	Argentina 29,00	11º	Filipinas 4,25
3º	Rússia 15,50	13º	Israel 4,00
4º	Brasil 14,75	13º	Hong Kong 4,00
5º	Colômbia 10,25	13º	Austrália 3,85
6º	México 7,00	16º	Polónia 3,75
7º	África do Sul 6,75	16º	Reino Unido 3,75
8º	Hungria 6,25	18º	Estados Unidos 3,75
9º	Índia 5,25	19º	China 3,50
10º	Indonésia 4,75	20º	Malásia 3,00

fontes: MoneYou e Lev Intelligence
© Poder360 - 2025 - todos os direitos reservados

18.mar.2026

BRASIL TEM O 2º MAIOR JURO REAL DO MUNDO			
juros reais (descontando a inflação, em % ao ano)*			
ranking	juros reais (%)	ranking	juros reais (%)
1º	Turquia 10,38	11º	Hong Kong 2,71
2º	Brasil 9,51	12º	Polónia 2,61
3º	Rússia 9,41	13º	Israel 2,39
4º	Argentina 9,41	14º	Chile 2,23
5º	México 5,39	15º	República Tcheca 2,20
6º	África do Sul 5,22	15º	Cingapura 2,10
7º	Indonésia 3,31	17º	Índia 2,00
8º	Hungria 3,02	18º	Austrália 1,62
9º	Colômbia 2,99	19º	Tailândia 1,51
10º	Filipinas 2,81	20º	Coreia do Sul 1,35

*cálculo considerado é o ex-ante, quando há estimativa dos juros reais para os próximos 12 meses
fontes: MoneYou e Lev Intelligence
© Poder360 - 2025 - todos os direitos reservados

18.mar.2026

Ata do Copom reforça cautela com juros diante de incertezas e expectativas de inflação desancoradas

Documento divulgado pelo Banco Central indica que, apesar de sinais de desaceleração da inflação, expectativas seguem pressionadas e exigem cautela do Banco Central

Focus

MEDIANAS DAS EXPECTATIVAS DE MERCADO

20 de março de 2026

	2026				2027				2028				2029			
	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comp. semanal*	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comp. semanal*	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comp. semanal*	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comp. semanal*
IPCA (%) 	3,91	4,10	4,17	▲ (2)	3,80	3,80	3,80	= (2)	3,52	▲ (1)	3,50	= (29)	3,50	= (29)	3,50	= (29)
PIB (var. %) 	1,82	1,83	1,84	▲ (2)	1,80	1,80	1,80	= (12)	2,00	= (106)	2,00	= (53)	2,00	= (53)	2,00	= (53)
CÂMBIO (R\$/US\$) 	5,45	5,40	5,40	= (1)	5,50	5,47	5,45	▼ (2)	5,50	= (6)	5,50	▼ (1)	5,50	▼ (1)	5,50	▼ (1)
SELIC (% a.a.) 	12,13	12,25	12,50	▲ (3)	10,50	10,50	10,50	= (58)	10,00	= (9)	9,50	= (21)	9,50	= (21)	9,50	= (21)

* comportamento dos indicadores desde o último Focus; os valores entre parênteses expressam o número de semanas em que vem ocorrendo o último comportamento.

▲ Aumento ▼ Diminuição = Estabilidade
em relação ao Focus anterior

A ata da última reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), divulgada no dia 24 de março, reforçou um tom mais cauteloso do Banco Central em relação ao cenário inflacionário e às perspectivas para a política de juros no Brasil. O documento reconhece sinais de convergência da inflação à meta, mas destaca que as expectativas dos agentes econômicos seguem desancoradas, o que impõe desafios adicionais à condução da política monetária.

Segundo o economista e líder do movimento Livres, Rafael Richter, o principal ponto de atenção está no desalinhamento entre a inflação corrente e a percepção do mercado. “A inflação corrente dá sinais de convergência para a meta, mas a percepção dos agentes ainda não acompanha esse movimento, que é realmente bastante incerto. Esse desalinhamento impõe um desafio adicional à política monetária”, afirma.

Apesar de a inflação acumulada em 12 meses estar em torno de 3,81%, mais próxima da meta, as expectativas seguem em deterioração. De acordo com a ata, sem credibilidade na trajetória futura da inflação, o Banco Central tende a manter os juros elevados por mais tempo como forma de reancorar expectativas. Esse movimento já

começa a se refletir nas projeções: em poucas semanas, a estimativa para a inflação de 2026 no boletim Focus passou de 3,91% para 4,17%, aproximando-se do limite superior da meta — de 3%, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo (teto de 4,5%).

O cenário externo aparece como um dos principais fatores de incerteza. A guerra em curso e seus desdobramentos sobre a economia global, especialmente sobre preços de commodities e decisões de política econômica nos Estados Unidos, adicionam volatilidade ao ambiente. “Não se sabe como os Estados Unidos vão ajustar sua própria política econômica, nem qual será a duração da guerra. A tendência nesses eventos é que vejamos maior inflação interna pelo choque do preço do petróleo e um câmbio mais desvalorizado”, diz Richter.

No plano doméstico, a ata também dialoga com um ambiente fiscal ainda pressionado, que limita o espaço para cortes de juros. A trajetória da dívida pública, associada à persistência de déficits primários e ao uso de medidas extraordinárias para reforço de caixa, contribui para a elevação do prêmio de risco. “Esse pano de fundo contribui para a elevação do prêmio de risco e reduz o es-

paço para uma flexibilização mais rápida dos juros”, afirma o economista.

Outro ponto de atenção é o aumento do crédito direcionado e subsidiado, que reduz a potência dos canais tradicionais de transmissão da política monetária. Para Richter, esse fator também pesa na decisão do Banco Central de manter uma postura mais conservadora.

A ata ainda menciona os efeitos da alta recente do petróleo, que pode gerar alívio pontual nas contas públicas, mas traz riscos associados a eventuais intervenções nos preços dos combustíveis. “Uma intervenção ampla pode acabar tendo um efeito deletério sobre as contas públicas”, avalia.

Diante desse conjunto de fatores, a comunicação do Banco Central indica uma mudança relevante em relação às reuniões anteriores. Se antes havia espaço para discutir o início de um ciclo de cortes de juros, agora predominam sinais de cautela. “O aumento da incerteza global, somado à persistente desancoragem das expectativas e às fragilidades fiscais, indicam que qualquer processo de flexibilização monetária tende a ser mais gradual do que se gostaria”, conclui Richter.

Fed reforça a estabilidade da Fed Fund rate



Em reunião do Comitê Federal de Mercado Aberto (FOMC) realizada, também, no dia 18 de março, o FED - Federal Reserve Bank dos Estados Unidos decidiu manter a sua taxa básica de juros no intervalo de 3,5% a 3,75% ao ano. Cabe destacar que lá, a inflação dos últimos doze meses até fevereiro de 2026 está acumulada em 2,41% ao ano - o que significa uma taxa de juros real em torno de apenas 1,30% ao ano. O desfecho da reunião veio em linha com a expectativa praticamente consensual nos mercados globais. A decisão foi, de novo, dividida. Mas, desta vez, apenas Stephen Miran, diretor indicado por Trump em setembro, votou pela redução da taxa básica de juros em 25 pontos-base. O comunicado da decisão trouxe poucas mudanças de redação. A principal foi a inclusão de uma frase para indicar que as "im-

plicações dos desenvolvimentos no Oriente Médio para a economia dos EUA são incertas".

As projeções oficiais de inflação foram revistas para cima, provavelmente já incorporam algum ajuste associado ao abrupto repique recente no preço do petróleo. A revisão foi mais acentuada nas estimativas de curto prazo e mais branda nas projeções para horizontes mais longos. Powell também afirmou que a inflação causada por tarifas deve levar até um ano para atravessar a economia. Com tarifas mais altas desde meados de 2025, a inflação de bens básicos deverá retornar ao ritmo pré-tarifas até meados de 2026.

Já as projeções de PIB foram elevadas em todo o horizonte de projeção, provavelmente reflexo das

expectativas positivas ensejadas pela perspectiva de que os pesados investimentos em inteligência artificial resultem em ganhos expressivos de produtividade e no aumento do crescimento potencial. Nesse sentido, a projeção de crescimento de longo prazo foi elevada para 2,0%. As projeções para a taxa de desemprego praticamente não se alteraram, assim como as projeções para a trajetória da taxa de juros continuaram a indicar apenas um corte adicional do juro básico do FED para este ano e outro corte adicional em 2027. As projeções para o juro no longo prazo, no entanto, voltaram a oscilar para cima, em linha com o aumento do PIB potencial. Powell comentou que os cortes de juros estão condicionados a avanços no processo de convergência da inflação à meta de 2,0% ao ano.

Fonte referencial: 4intelligence

Famílias comprometem 29% da renda com dívidas, maior nível em 20 anos

De acordo com o Banco Central, no fim de 2025, os brasileiros comprometiam 29% da renda com o pagamento de dívidas, o maior patamar em 20 anos.

Desse total, 10,4% eram apenas para pagamento de juros, enquanto os 18,8% restantes eram destinados ao pagamento do principal. Em paralelo, o atraso no pagamento das contas atingiu 6,9% – acima dos 5,6% de um ano antes.

E a pressão vai além. Dados da CNC mostraram que 80,2% das famílias brasileiras estavam endividadas em fevereiro, o maior nível da série histórica, iniciada em 2010.

Entre as principais modalidades, o cartão de crédito seguiu na lide-



rança, citado por 85% das famílias endividadas, seguido por carnês de loja (16%), crédito pessoal (12,3%), financiamento de casa (9,8%) e financiamento de carro (8,9%).

O aperto também aparece na forma como os brasileiros veem a economia. Segundo o Datafolha, a parcela dos que dizem que a situa-

ção do país piorou subiu de 41% em dezembro para 46% em março. Já os que disseram que a própria situação financeira piorou passaram de 26% para 33%.

Em ano de eleição presidencial, o aperto no bolso segue como um tema relevante no debate político.

Fonte: Daily Fin

Inadimplência bate recorde e escancara crise silenciosa no bolso do brasileiro

Renda comprometida e crédito caro colocam consumidor no limite — e ampliam debate sobre práticas abusivas

O Brasil enfrenta um novo pico de inadimplência, em um cenário que combina alto endividamento, crédito caro e renda comprometida. Dados recentes, divulgados pela Confederação Nacional do Comércio (CNC) apontam que mais de 80% das famílias brasileiras possuem algum tipo de dívida, o maior índice da série histórica iniciada em 2010, enquanto cerca de 30% já estão inadimplentes, ou seja, com contas em atraso, segundo o Banco Central.

O problema vai além dos números: trata-se de uma questão estru-

tural que impacta diretamente o cotidiano do consumidor e exige atenção redobrada sob a ótica do Direito do Consumidor.

O avanço da inadimplência ocorre mesmo em um contexto de consumo ainda ativo. Isso evidencia um fenômeno preocupante: as famílias continuam consumindo, mas cada vez mais dependentes de crédito — especialmente modalidades mais caras, como o cartão de crédito, responsável por grande parte das dívidas.

Outro dado relevante é o crescimento do número de brasileiros inadimplentes, que já ultrapassa 80 milhões de pessoas, evidenciando a dimensão social do problema.

“O que vemos hoje não é apenas um descontrole individual, mas um cenário sistêmico em que o consumidor é constantemente incentivado ao crédito, muitas vezes sem a devida transparência sobre custos, riscos e consequências do inadimplimento”, aponta Stefano Ribeiro Ferri, especialista em Direito do Consumidor.

Em um cenário que exige atenção não apenas econômica, mas também jurídica, é importante que o consumidor se atente a situações muito comuns como falta de transparência na contratação de crédito; juros elevados e, por vezes, pouco compreendidos; práticas abusivas na cobrança e dificuldade de renegociação.

Segundo ele, “é fundamental reforçar que o Código de Defesa do Consumidor garante o direito à informação clara e adequada. Quando isso não ocorre, o contrato pode ser questionado judicialmente, especialmente em casos de cláusulas abusivas ou encargos desproporcionais”.

Com a Lei do Superendividamento, que prevê mecanismos para proteger consumidores que não conseguem mais arcar com suas dívidas sem comprometer o mínimo existencial, é esperado que a inadimplência possa começar a ter percentual de queda.

“A Lei do Superendividamento representa um avanço importante ao possibilitar a repactuação global das dívidas, preservando o mínimo existencial do consumidor. Mais do que pagar dívidas, trata-se de garantir dignidade e reequilíbrio nas relações de consumo”, reforça o especialista.

O foco das empresas brasileiras agora é lucrar para pagar dívidas

Hoje, quase 1 em cada 4 empresas listadas na Bolsa já não conseguem gerar caixa suficiente para pagar apenas os juros de suas dívidas.

Em outras palavras: mesmo antes de pensar em investir ou crescer, muitas empresas já estão lutando só para manter o endividamento sob controle.

O problema piorou com dois casos recentes: Grupo Pão de Açúcar e Raízen, que anunciaram processos de recuperação extrajudicial para renegociar dívidas. No caso da Raízen, o valor chega a R\$ 65 bilhões, o maior pedido desse tipo já feito no país.

COMO ISSO TORNOU-SE UMA REALIDADE

Entre 2020 e 2021, quando a Selic caiu para 2% ao ano, muitas empresas aproveitaram o crédito barato para emitir dívidas e financiar expansão.

Só que o cenário se inverteu: A inflação subiu, os juros dispararam a 15% ao ano (maior nível em quase duas décadas) e o custo dessas dívidas explodiu.

O resultado são quase 9 milhões de empresas brasileiras inadimplentes, um salto de 2 milhões em relação ao ano anterior.

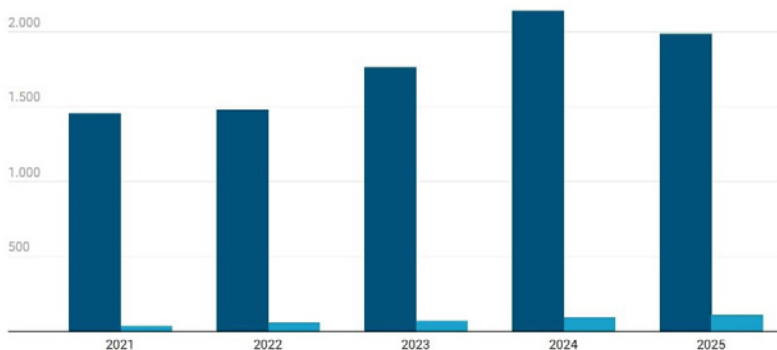
Para se ter uma ideia, negócios com dívidas de 3 vezes sua geração



Patamar elevado

Números de pedidos de recuperação judicial e extrajudicial

■ Recuperação judicial ■ Recuperação extrajudicial



de caixa gastam 50% do que lucram apenas para arcar com o pagamento de despesas com juros.

uma vez que, se os juros continuarem altos por muito tempo, o risco é de uma onda ainda maior de reestruturações e recuperações judiciais no país.

A situação preocupa economistas,

Fonte: The News



Vem aí o 31º Top of Mind Marcas de Sucesso Minas Gerais – 2026

nos municípios selecionados, considerando-se o sexo e a faixa etária, a partir de dados disponibilizados pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

A margem de erro máxima estimada é de 2,5 pontos percentuais considerando os resultados obtidos para o total da amostra. O intervalo de confiança é de 95%, o que significa que há probabilidade de 95% de os resultados dessa pesquisa retratarem, com fidedignidade, o momento atual, considerando a respectiva margem de erro.

A pergunta-chave e considerada como básica da pesquisa, junto aos entrevistados é: “Qual é a primeira marca que lhe vem à cabeça, quando se fala em ... (por exemplo biscoito, drogaria, supermercado, plano de saúde etc)?” Todas as respostas das entrevistas são espontâneas, isto é, não são apresentadas opções aos entrevistados.

São tradicionais vencedores, como as marcas mais citadas desta premiação, a Unimed-BH e Federação Unimed, a Fiat, Biscoitos Aymoré, Drogaria Araujo e o Supermercados BH.

O “Top of Mind” é uma das medidas mais tradicionais no âmbito do marke-

ting e da propaganda. Sua tradução literal significa “topo da mente” e indica o percentual com que uma determinada população cita uma marca em primeiro lugar, quando solicitada a pensar em uma categoria específica de produtos ou serviços. Considerando as experiências e o conhecimento de cada consumidor, essa métrica expressa as marcas preferidas, mais próximas e/ou mais associadas a uma determinada categoria e pode ser considerado um indicador de desempenho das estratégias de branding e do valor de marca (brand equity).

Para que o Top of Mind capture o índice de lembrança de modo fidedigno, todas as perguntas feitas pelos entrevistadores são abertas e espontâneas. Isto é, o entrevistado responde o que vem à mente, sem nenhum tipo de estímulo. Sendo assim, os pesquisadores são instruídos a não realizarem nenhum tipo de explicação e nem apresentarem exemplos sobre os segmentos ou categorias pesquisadas.

Assim, o Top of Mind de Minas Gerais, que neste ano completa 31 anos, reconhece as Marcas de Sucesso do Estado, escolhidas por critérios eminentemente técnicos através de pesquisa de opinião, encomendada com exclusividade, por MercadoComum.

MercadoComum contratou novamente o Instituto Olhar - Pesquisa e Informação Estratégica para a realização da pesquisa de opinião do 31º Prêmio Top of Mind – Marcas de Sucesso – Minas Gerais – 2026 e espera que os resultados finais possam ser divulgados, a seus leitores e às marcas vencedoras, até o início do mês de abril.

Esta iniciativa, já considerada uma das mais tradicionais do estado, tem como objetivo principal, premiar as principais marcas do Estado no ano de 2026. Para tanto, faz-se necessário realizar um minucioso estudo visando analisar o índice de lembrança espontânea de diferentes marcas, em segmentos distintos, junto à população mineira.

Para a realização deste estudo do Top of Mind, a pesquisa contará com 1.500 entrevistas - sendo 1.100 no interior do estado e 400 na capital.

Para o levantamento das cidades que compõem a amostra da pesquisa, o Instituto Olhar está utilizando o Índice de Potencial de Consumo -IPC Maps que apresenta o detalhamento, em valores absolutos, do potencial de consumo em 853 municípios do estado de Minas Gerais. A amostra para o presente estudo considera os cinquenta municípios com maior potencial de consumo a partir do IPC.

A amostra foi desenhada proporcionalmente à população residente



Tadeu Leite é eleito conselheiro do Tribunal de Contas

Com a candidatura endossada por todos os deputados estaduais, o presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais Tadeu Leite (MDB) foi eleito, no dia 4 de março, para vaga de conselheiro do Tribunal de Contas do Estado. A votação em plenário ocorreu no dia seguinte a uma sabatina feita pelos colegas, que destacaram as qualificações do parlamentar.

A candidatura à vaga, aberta com a aposentadoria do conselheiro Wanderley Ávila, foi de consenso entre os parlamentares. Reunião da comissão especial apontou no presidente as qualificações necessárias para atuar no TCE, que é órgão auxiliar da Assembleia. Entre as características ressaltadas na sabatina, os parlamentares falaram da capacidade de diálogo e articulação, além da gestão à frente da Presidência da ALMG.

Tadeu Leite falou da experiência como deputado e secretário de estado e indicou que, no órgão de Contas, pretende focar em conciliação e no trabalho de educação e capacitação dos gestores municipais, sem excluir a punição aos que de fato agirem de má-fé com os recursos públicos. Assim como atua no Parlamento, o deputado afirmou que será um conselheiro de “portas abertas” ao diálogo.

O presidente informou que pretende concluir o mandato na ALMG, antes de assumir o novo cargo, na Corte de Contas. “Minha intenção é permanecer aqui na Casa e finalizar minha missão na presidência da Assembleia e meu mandato como deputado estadual”, afirmou. “Quero também aproveitar, a partir de agora, para fazer uma espécie de agradecimento e prestação de contas àqueles que me ajudaram por esses 16 anos, especialmente no Norte de Minas”,



Alexandre Netto

continuou Tadeu Leite.

O presidente da ALMG afirmou, ainda, que vai acompanhar os desdobramentos do Programa de Plano Pagamento de Dívidas dos Estados (Propag) e dar sequência à votação de proposições importantes no Legislativo mineiro.

Tadeu Leite (MDB), disse que pretende continuar à frente do Legislativo até o fim do ano. Ele quer conversar com o governador Romeu Zema (Novo) e com o vice-governador Mateus Simões (PSD) a fim de postergar a posse no novo cargo, mas contou já ter sinalizado a intenção à dupla de modo informal.

Tadeuzinho ainda afirmou que não pretende participar dos debates sobre a construção de candidaturas ao governo de Minas. Embora interlocutores da Assembleia sustentem

que o sinal verde à indicação ao TCE dá tempo para o presidente da Casa analisar com mais calma sobre uma eventual participação na disputa pela sucessão de Zema, ele indicou que o objetivo é acompanhar o tema “dos bastidores”.

“Continuo, obviamente, aqui na Assembleia, na discussão político-partidária, até o final da minha legislatura, mas não pretendo me envolver diretamente na discussão de disputa majoritária para o governo de Minas”, pontuou.

O deputado estadual salientou que as tratativas a respeito dos rumos do MDB no pleito são liderados pelo presidente estadual do partido, o deputado federal Newton Cardoso Júnior, que tem reunião programada com o senador Rodrigo Pacheco (ainda no PSD) para tratar da conjuntura eleitoral.

A candidatura de Tadeuzinho ao TCE-MG foi referendada pelos parlamentares por unanimidade. A indicação, agora, tem de ser encaminhada ao Palácio Tiradentes.

Posteriormente, é preciso que o ato de nomeação seja publicado no Diário Oficial do Executivo.

Como não há prazo estabelecido para a remessa da correspondência ao Poder vizinho, ele tem caminho aberto para permanecer na Casa até dezembro.

“Minha intenção, vontade e solicitação, vai ser para tomar posse mais para o fim do ano, para concluir a missão que os deputados me deram de presidir a Assembleia até o fim de 2026”, garantiu.

Conflito com Irã: sensibilidade a preços da energia pode diferenciar países emergentes

Como exportadores e importadores líquidos serão afetados a persistirem os preços altos do petróleo



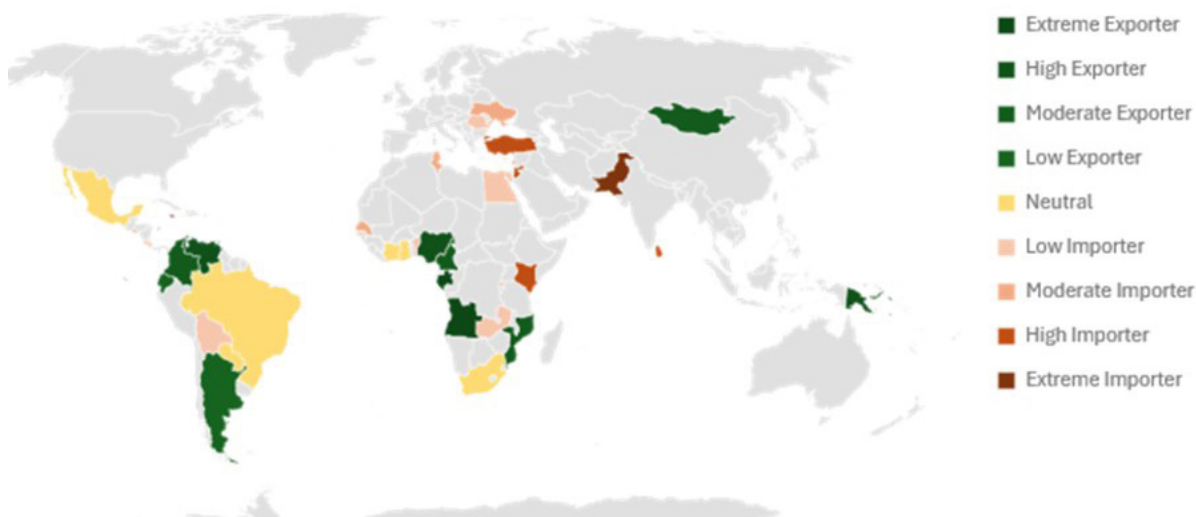
O Brasil está em uma situação neutra em relação à alta dos preços do petróleo causada pelo conflito dos EUA e de Israel com o Irã, avalia Thomas Haugaard, gerente de portfólio da Janus Henderson e parte do time de dívida de mercados emergentes em moeda forte da gestora, em uma análise sobre os efeitos da disparada da commodity.

Para Haugaard, ainda é cedo para saber a duração do choque causado pelo conflito no Irã e outros indicadores, como as taxas de juros nos EUA, só serão afetados se a crise for prolongada. Isso vai depender das condições de tráfego marítimo e da produção petroleira.

À medida que os mercados ana-

lisam o conflito no Oriente Médio, o principal canal de transmissão não tem sido a escalada geopolítica em si, e sim as implicações para os fluxos de energia. Os preços do petróleo subiram bruscamente e o transporte marítimo comercial pelo Estreito de Hormuz praticamente foi paralisado, impulsionado pelo aumento dos riscos de segurança, incidentes com

Net Energy Trade Status



petroleiros, interferências no GPS e a retirada de coberturas de seguro. Até o momento, os mercados estão precipitando um prêmio de risco energético, e não uma perda confirmada ou permanente de oferta, mas a situação continua avançando.

SERÁ DE CURTO PRAZO?

Saber se isso representa um choque geopolítico de curto prazo, um choque estrutural nos preços do petróleo ou algo intermediário é fundamental, pois determinará o impacto na economia global e os consequentes ganhadores e perdedores.

Outros indicadores, como a dinâmica inflacionária e uma eventual reprecificação das taxas de juros do Federal Reserve (Fed) dos EUA, são secundários e só se tornam relevantes caso os preços de energia permaneçam elevados por um período prolongado.

Na prática, os mercados serão guiados pelos preços do petróleo e por sua persistência, com implicações claras para os ganhadores e perdedores nos mercados emergentes:

Curto prazo: A volatilidade do

preço do petróleo é o fator dominante. Historicamente, choques geopolíticos passageiros têm pouco efeito econômico real, e os mercados conseguem absorver picos temporários nos preços da energia. Portanto, a dinâmica de preços no curtíssimo prazo tende a refletir prêmios de risco e posicionamento, e não uma reavaliação fundamental do crescimento.

Médio prazo: Se os preços elevados do petróleo persistirem, a diferenciação entre os mercados emergentes se torna mais acentuada. Os exportadores de petróleo se beneficiam, enquanto os países importadores de energia enfrentam pressão por meio do enfraquecimento das balanças comerciais, do repasse inflacionário e da ampliação dos spreads dos títulos soberanos.

Longo prazo: Um período prolongado de preços de energia elevados alteraria materialmente as perspectivas macroeconômicas globais, alimentando as expectativas de inflação, a reprecificação das políticas dos bancos centrais (incluindo o Fed) e as condições financeiras de forma mais ampla.

Em suma, a duração importa mais

do que as manchetes. Quanto mais tempo os preços de energia permanecerem elevados, mais relevante macroeconomicamente se torna o choque e maior a diferenciação esperada nos mercados emergentes.

**DESDOBRAMENTOS
DEPENDEM DA ESTABILIZAÇÃO
DA ENERGIA E DO TRANSPORTE
MARÍTIMO**

Esta continua sendo um fato em andamento, e os resultados de curto prazo dependerão da velocidade com que os mercados de energia e as condições de transporte marítimo se normalizam. Mantemos contato ativo com pesquisadores internos e externos, participantes de mercado e especialistas regionais para avaliar o sentimento do mercado, os riscos em evolução e as implicações por país. Nosso foco é entender onde as pressões decorrentes da energia são mais agudas, como os mercados de títulos soberanos estão reagindo e de que forma os diferentes países emergentes são afetados. Até agora, a reação do mercado tem sido bastante ordeira, com apenas uma modesta ampliação de spreads e comportamento contido de busca por ativos de refúgio.

Imposto de Renda 2026: Receita Federal divulga regras; declaração já começou desde 23 de março



A Receita Federal divulgou nessa segunda-feira as regras do Imposto de Renda Pessoa Física 2026 (IRPF 2026), referente aos rendimentos obtidos ao longo de 2025. O prazo para envio da declaração desse ano será mais curto, começando em 23 de março e terminando em 29 de maio.

Embora as bases da tributação permaneçam praticamente as mesmas, especialistas apontam que a principal mudança estrutural não está nas alíquotas, mas no nível crescente de monitoramento digital das informações financeiras dos contribuintes.

Para o contador tributarista e professor universitário André Cha-

rone, a evolução do sistema fiscal brasileiro tem transformado a forma como o contribuinte precisa encarar a declaração.

“Hoje a declaração deixou de ser apenas um formulário preenchido pelo contribuinte. Na prática, ela funciona como uma validação de dados que já estão na base da Receita Federal.”

Segundo ele, a tendência é que o processo fique cada vez mais automatizado nos próximos anos.

QUEM PRECISA DECLARAR O IMPOSTO DE RENDA EM 2026

A declaração do IRPF 2026 é obri-

gatória para pessoas físicas que, em 2025, se enquadraram em pelo menos uma das seguintes situações:

- *Receberam rendimentos tributáveis acima de R\$ 35.584;*
- *Receberam rendimentos isentos ou tributados exclusivamente na fonte superiores a R\$ 200 mil;*
- *Realizaram operações em bolsa de valores;*
- *Tiveram ganho de capital na venda de bens ou direitos;*
- *Possuíam patrimônio superior a R\$ 800 mil em 31 de dezembro de 2025;*

- *Tiveram receita bruta da atividade rural acima de R\$ 177.920.*

De acordo com Charone, muitos contribuintes ainda cometem erros básicos na avaliação da obrigatoriedade.

“Existe um mito muito comum de que só precisa declarar quem tem imposto a pagar. Na realidade, a obrigatoriedade está muito mais ligada ao volume de renda e patrimônio do que ao imposto devido.”

DECLARAÇÃO PRÉ-PREENCHIDA GANHA PROTAGONISMO

Um dos pilares da estratégia da Receita Federal para reduzir erros e aumentar a fiscalização é o avanço da declaração pré-preenchida.

Nesse modelo, o sistema já importa automaticamente informações recebidas de diversas fontes, como: empresas empregadoras; bancos e instituições financeiras; corretoras de valores; planos de saúde; cartões; plataformas de investimento.

Isso reduz o tempo de preenchimento, mas também amplia o potencial de cruzamento de dados.

“A Receita recebe hoje informações praticamente em tempo real de várias instituições. Qualquer inconsistência entre esses dados e a declaração tende a ser rapidamente identificada”, explica Charone.

INVESTIMENTOS E PATRIMÔNIO ESTÃO CADA VEZ MAIS NO RADAR

Outro foco crescente da fiscalização envolve investimentos financeiros, principalmente aqueles realizados fora do Brasil.

O contribuinte precisa informar na declaração: contas bancárias no exterior; aplicações financeiras internacionais; participação societária em empresas estrangeiras; criptoativos.



Segundo Charone, esse movimento acompanha uma tendência global de maior transparência fiscal.

“Hoje existe cooperação internacional entre autoridades tributárias. Informações financeiras que antes eram difíceis de rastrear passaram a circular entre os países.”

RESTITUIÇÕES SERÃO PAGAS ENTRE MAIO E AGOSTO

A Receita Federal também divulgou o calendário de restituições para 2026. Os pagamentos serão feitos em quatro lotes:

- **29 de maio**
- **30 de junho**
- **31 de julho**
- **28 de agosto**

Continuam tendo prioridade: idosos; pessoas com deficiência ou doença grave; professores; contribuintes que utilizarem declaração pré-preenchida e Pix.

NOVA FAIXA DE ISENÇÃO NÃO ENTRA NESTA DECLARAÇÃO

Uma das dúvidas mais frequentes dos contribuintes envolve a nova política de redução do imposto para quem ganha até R\$ 5 mil por mês.

Apesar de já ter sido anunciada pelo governo, essa mudança não afeta

a declaração de 2026, pois ela se refere aos rendimentos obtidos em 2025.

“Essa nova faixa de isenção impacta a tributação mensal a partir de 2026. O efeito real disso só aparecerá na declaração que será entregue em 2027”, afirma Charone.

FISCALIZAÇÃO DIGITAL DEVE CRESCER NOS PRÓXIMOS ANOS

Com a ampliação das bases de dados e o avanço da tecnologia, especialistas avaliam que o sistema tributário brasileiro tende a se tornar cada vez mais automatizado.

Na prática, isso significa que a Receita Federal depende cada vez menos de auditorias manuais e cada vez mais de cruzamento automatizado de informações.

“O contribuinte precisa entender que o ambiente fiscal mudou. Hoje praticamente toda movimentação financeira relevante deixa algum tipo de rastro digital.”

Para Charone, esse novo cenário exige maior organização financeira por parte das pessoas físicas.

“Quem mantém registros organizados de renda, patrimônio e investimentos dificilmente terá problemas com o Fisco. O maior risco hoje está na desorganização.”



Jornada de trabalho: legislação que se pretende aprovar é um grande retrocesso diante da reforma da legislação trabalhista de 2017

Roberto Brant

Advogado, ex-deputado federal, ex-ministro da Previdência Social

A tramitação e o próprio debate sobre a mudança da Constituição para reduzir a jornada de trabalho dos empregados do setor privado da economia, expõem cruamente algumas das piores misérias da cultura política brasileira. Todos devemos desejar que as pessoas trabalhem menos e ganhem mais. Mas, para que isto aconteça, discursos ou leis não bastam. Se bastassem, o mundo não teria problemas.

A primeira miséria de nossa cultura política consiste em ignorar que renda e riqueza dependem da produção do setor privado. Tudo o que o Estado dispõe, para financiar os serviços que presta e os benefícios que distribui, é extraído da produção das empresas e das pessoas. Sem eles nem sequer haveria Estado. Portanto, há um limite para o Estado apropriar-se das rendas privadas ou para impor novos custos à produção. Quando estes limites são ultrapassados, o resultado é estagnação econômica e mais pobreza para todos. Nossa América Latina está cheia destes exemplos. Na Argentina, um líder e uma política tornaram pobre um dos países mais ricos do mundo. E o caminho de volta, além de incerto, é sempre penoso.

Outra miséria é o oportunismo e a falta de espírito público de governantes e legisladores. A ideia de mudar a jornada de trabalho à força, por efeito de lei, surgiu inteiramente do nada. Não há qualquer pressão social ou mesmo conflitos no mundo da produção para esta urgência de uma nova legislação. É uma ideia gerada exclusivamente



nos laboratórios de marketing político, para fortalecer a campanha eleitoral do Presidente da República e dar discurso social a deputados e senadores, cujo principal propósito na vida é se reelegerem, como se já não bastassem para eles os bilhões de emendas do orçamento, destinadas exclusivamente a este fim, afora outros propósitos menos transparentes. Por esta lógica, a única prioridade do país é reduzir a jornada de trabalho e só serve se for agora. Outros problemas não existem, ou podem esperar. O mais triste é que Governo e oposição se dão as mãos alegremente neste caso, embora discordem de tudo o mais que possa importar para o país.

Finalmente, e isto é o pior de tudo, a legislação que se pretende aprovar é um grande retrocesso diante da reforma da legislação trabalhista de 2017, cujo principal avanço foi estabelecer que os acordos coletivos prevalecerão sobre o que está legislado. A Constituição e as leis brasileiras estabelecem apenas uma jornada máxima, com o intuito de poupar os trabalhadores de jornadas excessivas. A partir daí, o campo está livre para que, em mesas de negociações coletivas, empregadores e empregados negociem jornadas menores ou mais flexíveis, conforme as peculiaridades de cada setor produtivo.

Uma regra única para toda a diversidade do país e de nosso universo produtivo é simplesmente impraticável.

O historiador econômico e prêmio Nobel de economia Joel Mokyr mostrou que ideias e cultura fazem toda a diferença para o desenvolvimento econômico e explicam muito as diferenças de prosperidade entre as nações. Para melhor entender o que acontece, gosto de classificar as sociedades em duas categorias de cultura: umas tem uma natureza estatutária e outras tem uma natureza contratual. Nas sociedades estatutárias, as pessoas confiam pouco umas nas outras e por isto tem receio das negociações e de acordos, preferindo jogar segundo regras impostas por uma autoridade. Essas sociedades, porque operam com regras fixas, tem muita dificuldade de se adaptarem às mudanças e vão ficando para trás.

As sociedades contratuais pedem à autoridade apenas um marco geral para demarcar o ambiente em que vão viver e se relacionar, ficando franqueado aos indivíduos a busca do seu próprio interesse no diálogo com os interesses dos outros. São sociedades adaptativas, porque abertas para as mudanças e não arrastam correntes pesadas no seu caminho para o novo e o diferente.

Os movimentos do governo e do Congresso neste momento consolidam a natureza autoritária do Estado brasileiro, nos empurrando para mais longe da cultura do desenvolvimento e da liberdade.

Unimed-BH apresenta resultados e reforça posição de destaque na saúde em Minas

Com mais de 1,6 milhão de clientes e atuação em 46 municípios, Cooperativa mineira se consolida como uma das melhores e maiores operadoras de saúde.

A Unimed-BH apresentou seu Relatório de Gestão de 2025, evidenciando os avanços conquistados ao longo do último ano e o compromisso contínuo com a oferta de uma assistência de qualidade e centrada nas necessidades de seus clientes. A Cooperativa encerrou o período com mais de 1,6 milhão de beneficiários, resultado sustentado pela atuação de mais de 5.400 médicos cooperados e por uma estrutura assistencial composta por 18 unidades próprias e mais de 400 prestadores credenciados. Em 2025, a Cooperativa seguiu avançando em sua estratégia de sustentabilidade, garantindo solidez operacional, manteve a liderança em sua área de atuação, com 55% de participação de mercado, e ampliou sua atuação para Sete Lagoas e região.

O Relatório de Gestão também evidencia a percepção positiva da sociedade em relação à Cooperativa. Segundo pesquisa realizada pelo Instituto DataFolha, 85% dos clientes afirmam estar satisfeitos ou muito satisfeitos com a Unimed-BH. Além disso, a Cooperativa manteve 83 pontos de NPS (Net Promoter Score), índice que considera o atendimento realizado pelos médicos, a rede assistencial própria e credenciada e os serviços de teleconsulta. Com uma estratégia focada também nos seus cooperados, o ano foi marcado por diversas frentes de evolução tecnológica, a exemplo da iniciativa “Consultório 2030”, com inovações que possibilitam mais conveniência e agilidade para médicos e clientes.

Para o diretor-presidente, Frederico Peret, os resultados são reflexo



Frederico Peret – Diretor-presidente da Unimed-BH

de um modelo de gestão que prioriza responsabilidade, relacionamento e entrega de valor aos públicos de relacionamento. “Nosso compromisso é com as pessoas. Cada resultado alcançado representa a nossa capacidade de cuidar melhor dos nossos clientes, cooperados, colaboradores, prestadores, parceiros e sociedade. Evoluímos com uma estratégia bem estruturada e uma gestão sólida e temos conseguido nos manter como referência no segmento e gerar resultados positivos, o que nos permite valorizar o trabalho médico e continuar investindo em estratégias com foco na oferta da melhor assistência em saúde”.

CRESCIMENTO DA REDE ASSISTENCIAL

Segundo Frederico Peret, o ano de 2026 continuará sendo de muitos avanços na área assistencial. “A Unimed-BH está finalizando as obras do novo hospital na cidade de Contagem,

com previsão de inauguração para o segundo semestre deste ano. A estrutura está concluída e atualmente estamos na fase de instalações, alvenaria e acabamento”, declarou. O empreendimento irá oferecer atendimento de alta qualidade para mais de 250 mil clientes da cidade e arredores. Além disso, a Cooperativa dará início, em breve, às obras para a implantação de um Hospital Geral e Materno Infantil em Nova Lima, reforçando a presença da Unimed-BH em um dos principais polos de saúde da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Para o Hospital Unimed – Unidade Nova Lima, o investimento total entre a aquisição do edifício, projetos e obras para adaptação do imóvel será de cerca de R\$ 180 milhões.

O presidente também lembrou a incorporação da Unimed Sete Lagoas, formalizada em julho de 2025. Com a integração, a Unimed-BH passou a administrar um total de 18 unidades assistenciais próprias. Além

NitroImagens

disso, atualmente a rede da Cooperativa possui mais de 400 prestadores credenciados, entre hospitais, clínicas e laboratórios, atuando em uma lógica complementar, visando assegurar aos clientes o acesso a uma assistência qualificada.

Outro destaque do último ano da Unimed-BH foi a conquista da acreditação ONA Nível 2 em Rede Assistencial. A Cooperativa foi a primeira instituição do país a obter o reconhecimento, reforçando o protagonismo e o compromisso com padrões elevados de qualidade, segurança do paciente e melhoria contínua.

INOVAÇÃO COMO DIFERENCIAL ESTRATÉGICO

O ano de 2025 também foi marcado pelos avanços em inovação dentro da Unimed-BH. Em maio de 2025, a Cooperativa inaugurou o espaço físico do Horizontes Hub – o primeiro hub brasileiro a combinar inovação aberta, labs de futuro e novos negócios em saúde. Desde o lançamento, o Horizontes Hub concluiu o investimento em startups que também ofertam produtos no seu marketplace. A Dr. Scriba, por exemplo, é uma startup que oferece assistente de voz com IA para agilizar o trabalho médico, automatizando a criação de registros e documentos de saúde, como prontuários, receitas e atestados.

De acordo com Peret, uma das grandes novidades para 2026 é a nova fase da parceria entre o Horizontes Hub e a Abertta Saúde. Em 2025, as duas instituições se uniram para gerar R\$ 60 milhões de investimentos em negócios inovadores na área da saúde. Agora, a nova etapa contempla a constituição formal e aprovação do Fundo de Investimento em Participações (FIP) pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Após isso, o fundo passa a contar com a KPTL como gestora e com a CABERGS, cooperativa médica do Rio Grande do Sul, como nova sócia-investidora



Hospital Unimed-BH – Unidade Contorno

COMPROMISSO COM A SUSTENTABILIDADE

Na estratégia de sustentabilidade, a Unimed-BH seguiu consolidando iniciativas que ajudaram de forma significativa para os resultados conquistados. Na frente socioambiental, a Cooperativa avançou em uma meta estratégica voltada à sua responsabilidade com o meio ambiente, ampliando o volume de materiais coletados pela Rede Sol — cooperativa de catadores apoiada pela Unimed-BH. Em 2025, houve uma evolução nesse trabalho a fim de monitorar e melhorar a destinação também dos resíduos infectantes.

No âmbito social, a Cooperativa mantém, há mais de 20 anos, o Instituto Unimed-BH, que promove iniciativas em 20 municípios mineiros, levando cuidado, acolhimento e novas possibilidades para milhares de pessoas. A atuação do Instituto ocorre em cinco linhas de atuação: Comunidade, Meio Ambiente, Voluntariado, Adoção de Espaços Públicos e Cultura. Entre os marcos mais significativos está o Programa Sociocultural Unimed-BH, hoje uma das maiores iniciativas de captação de recursos incentivados provenientes de pessoas físicas no país. Em 2025, o programa contou com a participação de 5.950 incentivadores, entre médicos cooperados e colaboradores da Cooperati-

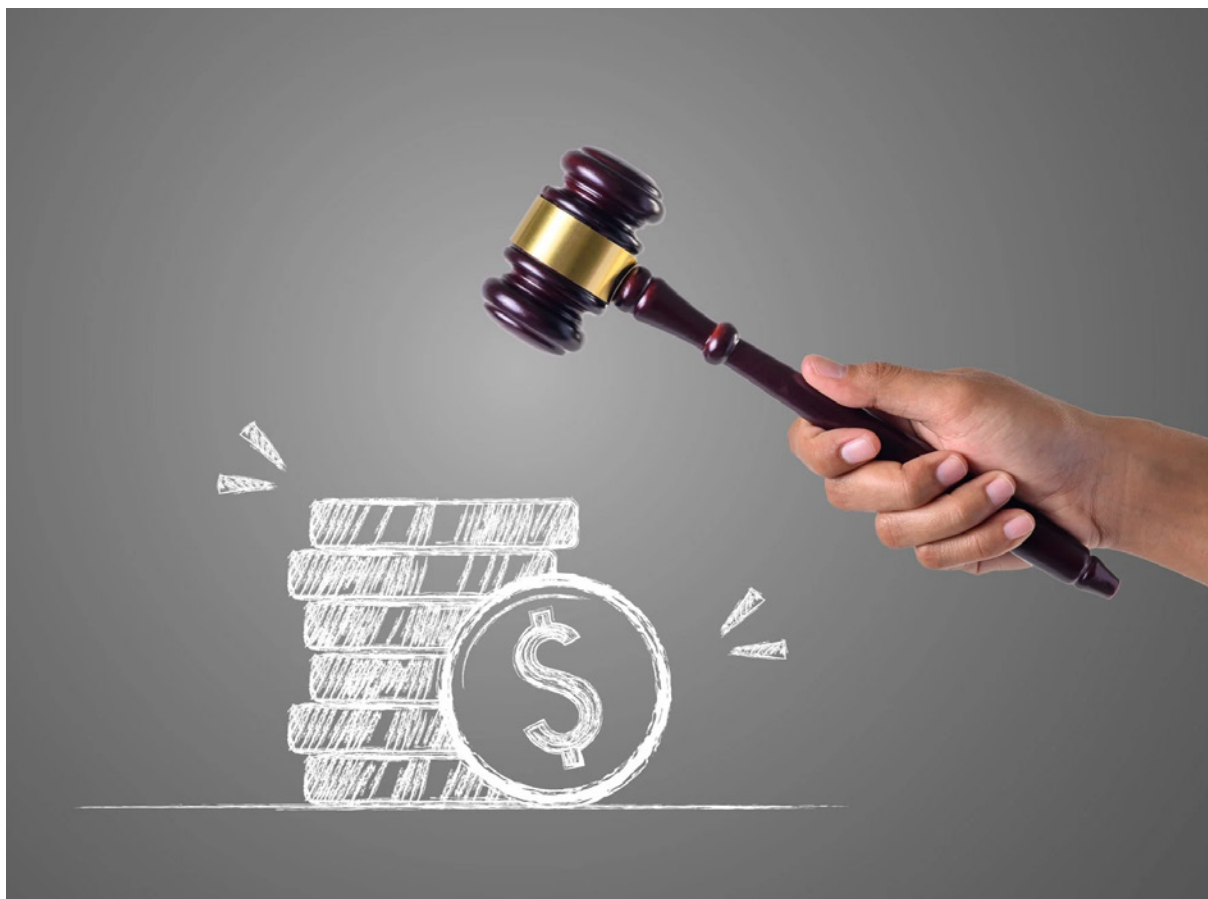
va, e destinou mais de R\$ 17 milhões a 33 projetos socioculturais na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Seu impacto de transformação de vidas vem se ampliando com a efetivação de parcerias com clientes, prestadores e fornecedores.

RAIO-X UNIMED-BH

- 1.636.459 clientes (dezembro 2025);
- 55% de participação de mercado;
- R\$ 7,7 bilhões em contraprestações efetivas (dezembro 2025);
- 5.457 médicos cooperados;
- Mais de 6 mil colaboradores diretos;
- Pela oitava vez consecutiva, a Unimed-BH conquistou nota máxima no Índice de Desempenho da Saúde Suplementar (IDSS), da ANS.
- 46 municípios mineiros na área de atuação;
- 18 unidades assistenciais e serviços próprios, incluindo hospitais, Centros de Promoção da Saúde, laboratórios e clínicas;
- 401 prestadores de serviços em saúde.

Élcio Paraíso/Bendita Conteúdo

Justiça estadual pagou R\$ 10,7 bi além do teto constitucional a magistrados em 2025



Os Tribunais de Justiça (TJs) dos estados e do Distrito Federal pagaram ao menos R\$ 10,7 bilhões acima do teto constitucional a magistrados em 2025, revela estudo inédito da Transparência Brasil e da República.org.

Entre os 15 mil juízes e desembargadores com dados completos, 98% receberam além do teto no ano passado. Mais da metade (56%) acumulou mais de R\$ 500 mil acima do limite constitucional - destes, 3.819 magistrados, o equivalente a um em cada quatro, ultrapassaram R\$ 1 mi-

lhão em pagamentos extrateto.

Apenas 255 magistrados (1,7% do total analisado) tiveram remuneração compatível com o teto, reforçando o caráter meramente decorativo do limite constitucional.

O estudo adotou uma metodologia conservadora, não contabilizando os pagamentos de terço constitucional de férias e de gratificação natalina (13º salário) nos montantes acima do limite. Os resultados já incluem os descontos de abate-teto lançados nos

contracheques - ou seja, os valores retidos pelos tribunais quando benefícios remuneratórios extrapolam o teto.

O TJ-SP concentrou o maior volume de pagamentos acima do teto e também o maior número de magistrados com ganhos superiores a R\$ 1 milhão: 3.039 de seus 3.452 membros, o equivalente a 88% do tribunal. O tribunal paulista e do Piauí também se destacaram com os dois maiores salários médios brutos pagos no ano passado: R\$ 140,1 mil e R\$ 140,8 mil

ao mês, respectivamente.

Todos os 27 tribunais analisados registraram pagamentos extrateto em 2025. Em 24 deles, os dados enviados ao Conselho Nacional de Justiça permitiram examinar com precisão os pagamentos realizados. O teto praticado por cada tribunal varia entre mais de R\$ 100 mil, no TJ-PB, e R\$ 2,4 milhões no TJ-PI - maiores valores registrados a um único magistrado em um mês.

O volume de pagamentos acima do teto mais que dobrou em relação a 2023, quando levantamento da Transparência Brasil, com a mesma metodologia, identificou R\$ 4,5 bilhões em valores extrateto.

Os supersalários foram impulsionados pelos pagamentos retroativos, que somaram R\$ 4 bilhões, e os benefícios ligados ao acúmulo de serviço, que chegaram a R\$ 2,6 bilhões. No primeiro caso, trata-se de valores que, segundo os tribunais, deveriam ter sido pagos em exercícios anteriores. O segundo compreende a licença-compensatória e gratificação por exercício cumulativo, que podem elevar a remuneração em até um terço e costumam ser pagas como indenização, fora da incidência do teto.

“A retomada da autoridade do teto constitucional só ocorrerá com a aprovação de uma legislação que defina de forma clara, específica e restritiva quais benefícios podem ser considerados indenizatórios. Sem isso, o teto continuará sendo meramente decorativo”, afirma Juliana Sakai, diretora executiva da Transparência Brasil.

“Os dados mostram que o teto constitucional, hoje, não funciona na prática. Quando quase todos os magistrados recebem acima do limite e uma parcela relevante ultrapassa R\$ 1 milhão por ano em valores extrateto, estamos diante de uma distorção estrutural que precisa ser enfrentada”, afirma Isadora Modesto, diretora

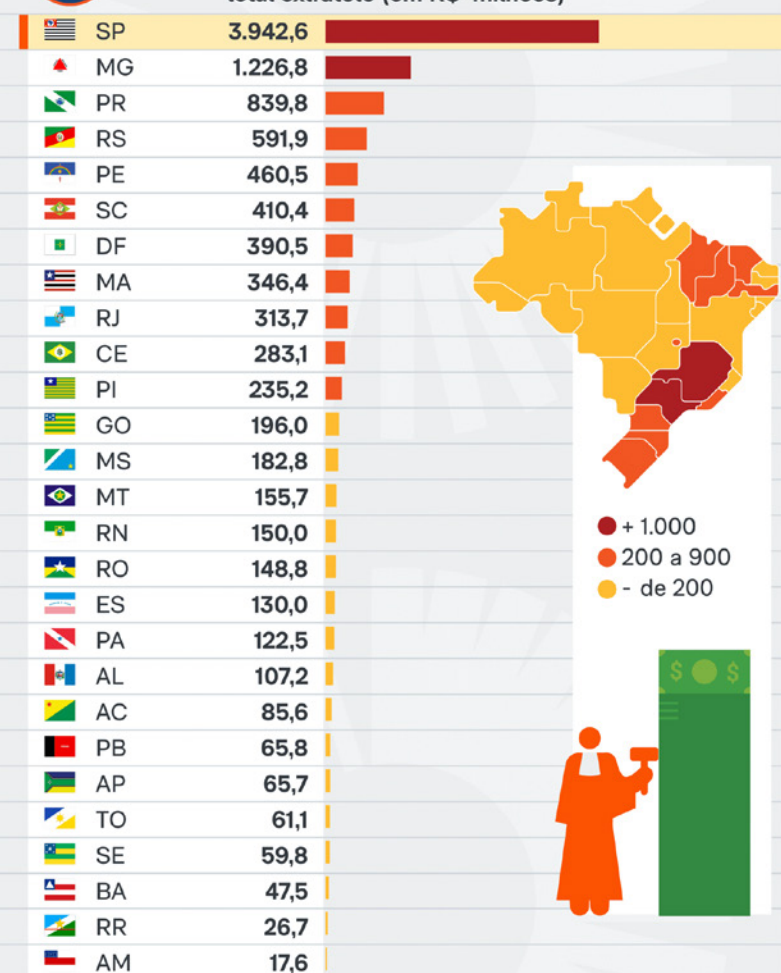
JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE SÃO PAULO DEU QUASE R\$ 4 BILHÕES EXTRATETO

valores incluem benefícios das mais variadas espécies, como acúmulo de serviço; dados de 2025



total extrateto (em R\$ milhões)



obs.: o Paraná teve só 11 meses de salários enviados, enquanto em Roraima e no Amazonas só 10 meses de dados estão disponíveis
fonte: estudo da Transparência Brasil e da República.org
© Poder360 - 2026 - todos os direitos reservados

25.mar.2026

-executiva da República.org.

Nesse contexto, as organizações expressam apoio às recentes ações do Supremo Tribunal Federal que podem restringir penduricalhos, e defendem que a Suprema Corte mantenha as limi-

nares dos ministros Flávio Dino (RCL 88319) e Gilmar Mendes (ADI 6606).

Fonte: A Transparência Brasil é uma organização sem fins lucrativos, independente e autônoma fundada em abril de 2000. Sua atuação é reconhecida pelo rigor metodológico com dados para ampliação da qualidade e eficiência do gasto público e promoção de instituições públicas íntegras na democracia brasileira.

Entendemos que cada cliente é único

Gestão de patrimônio significa **total personalização**, transparência e **confiança aos nossos clientes**.

Para nós, da Portogallo Family Office, o planejamento do seu futuro é o que mais importa para nós.

Acreditamos no seu potencial.
E você, acredita?

Não administramos fortunas,
administramos futuros.



PORTOGALLO

FAMILY OFFICE

*Não administramos fortunas.
Administramos futuros.*

São Paulo - Brasil
Santa Catarina - Brasil
Lisboa - Portugal

contato@portogalloinvestimentos.com.br

(11) 3078-6830

www.portogallofamilyoffice.com.br



João Vitor Xavier é o novo CEO da CNN Brasil

O jornalista e radialista João Vitor Xavier foi anunciado como o novo CEO da CNN Brasil. Após quatro mandatos legislativos em Minas Gerais, João Vitor confirmou que está deixando a vida pública e não disputará a reeleição neste ano, passando a dedicar-se integralmente à gestão das duas gigantes da comunicação, já que o executivo também lidera as operações da Itatiaia, maior emissora mineira e líder de audiência no Brasil.

Para João Vitor, liderar duas das maiores operações de jornalismo do país é motivo de orgulho. "Assumir essa posição é uma maneira muito importante de colaborar com o nosso país, pois se tratam de dois veículos extremamente importantes para a democracia e para a informação dos brasileiros. Em um cenário em que os algoritmos muitas vezes privilegiam o impacto emocional em detrimento da precisão, o compromisso com o jornalismo ético nunca foi tão vital. A missão da CNN Brasil é ser o porto seguro do espectador. Enquanto a desinformação tenta pautar o debate público, nós entregamos a apuração rigorosa e o contexto necessário para que o cidadão recupere o protagonismo sobre a verdade, com equilíbrio e seriedade. Nossa maior arma continua sendo a credibilidade inegociável da notícia bem apurada, realizada todos os dias por um time incansável de jornalistas" afirma João Vitor.

A nomeação atende a um convite do empresário Rubens Menin, acionista majoritário de ambas as empresas e ocorre após o afastamento do novo CEO da política. Segundo Rubens Menin, "João Vitor vem de uma trajetória de sucesso na Rádio Itatiaia, tendo contribuído para conquista de números sólidos de audiência, eficiência financeira e transfor-



mação digital da rádio". A nomeação contou com total apoio da CNN Internacional: "A CNN Brasil tem sido uma parceira extraordinária desde o seu lançamento e se tornou uma parte valiosa e importante da família CNN. Estamos ansiosos para apoiar o sucesso contínuo da CNN Brasil", ressaltou Mike McCarthy, vice-presidente executivo e managing director da CNN Worldwide. João Vitor irá liderar um time de mais de 600 profissionais da CNN Brasil, atualmente o canal de notícias mais assistido do país.

No país desde março de 2020, a CNN Brasil atinge mais de 80 milhões de pessoas por mês com a cobertura jornalística multiplataforma mais completa do Brasil. Disponível em TV por assinatura, banda kU, streaming (Claro, Amazon Prime, Vivo Play, Sa-

msung TV Plus e LG) e YouTube, a CNN Brasil também oferece seu conteúdo via portal, apps, redes sociais e podcasts. Com um time que reúne alguns dos mais renomados jornalistas e analistas do país em suas respectivas áreas, a multiplataforma endossa o compromisso de levar as notícias mais importantes do Brasil e do mundo ao alcance do espectador ou leitor, na forma e no momento que mais lhe for conveniente, contemplando informações sobre política, economia, meio ambiente, assuntos internacionais, tecnologia, cultura e esportes. Desde o início de 2024, a marca estende sua credibilidade ao CNN Talks, unidade que hoje se notabiliza pelo êxito em unir líderes dos setores público e privado em debates sobre os temas mais relevantes para o desenvolvimento do país.

A Copa do Mundo deste ano promete ser a mais tecnológica da história

De inteligência artificial à realidade aumentada, especialista explica como a tecnologia deve redefinir o futebol dentro e fora de campo



Com a aproximação da próxima Copa do Mundo, o futebol, uma das maiores paixões globais, deve ir muito além das quatro linhas. A evolução tecnológica promete transformar não apenas o desempenho dentro de campo, mas também a experiência de torcedores, marcas e organizações envolvidas no evento.

De acordo com especialistas, a competição deve consolidar o uso de soluções digitais que já vinham ganhando espaço nos últimos anos e abrir caminho para inovações que conectam ainda mais o universo físico e o digital.

Para Beto Yunes, Diretor de Tecnologia e Inovação da Globalsys, a Copa do Mundo se tornou um verdadeiro laboratório de tecnologia. “Grandes eventos esportivos são vitrines para testar, validar e escalar soluções inovadoras. A Copa amplifica isso em nível mundial”, afirma.

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E ANÁLISE DE DADOS EM TEMPO REAL

Uma das principais tendências é o

avanço da inteligência artificial aplicada ao esporte. Desde a análise de desempenho dos atletas até a tomada de decisões estratégicas durante as partidas, o uso de dados em tempo real tende a ganhar ainda mais relevância.

Além disso, algoritmos mais sofisticados devem contribuir para previsões táticas, prevenção de lesões e personalização de treinos.

EXPERIÊNCIA IMERSIVA PARA TORCEDORES

A forma de assistir aos jogos também deve passar por uma transformação significativa. Tecnologias como realidade aumentada e realidade virtual prometem oferecer experiências mais imersivas, permitindo que o torcedor acompanhe partidas com diferentes ângulos, estatísticas em tempo real e interações digitais.

“A jornada do torcedor está cada vez mais digital. A tendência é que ele deixe de ser apenas espectador e passe a interagir com o jogo de maneira ativa”, destaca Yunes.

CONECTIVIDADE E INFRAESTRUTURA INTELIGENTE

Outro ponto fundamental é o avanço da conectividade, com destaque para redes de alta velocidade e infraestrutura inteligente nos estádios. Isso viabiliza desde transmissões com maior qualidade até serviços personalizados dentro das arenas.

Sensores e dispositivos conectados também devem ser amplamente utilizados para monitoramento de segurança, fluxo de pessoas e operação dos eventos.

CIBERSEGURANÇA EM EVIDÊNCIA

Com o aumento do volume de dados e da digitalização, a cibersegurança se torna uma prioridade estratégica. Grandes eventos esportivos são alvos frequentes de ataques, o que exige investimentos robustos em proteção de dados, sistemas e plataformas.

NOVAS OPORTUNIDADES

A Copa do Mundo também deve impulsionar novas oportunidades de negócio, principalmente para empresas que conseguem integrar tecnologia às suas estratégias. Plataformas digitais, experiências personalizadas e novas formas de engajamento tendem a ampliar o valor das marcas durante o evento.

“Mais do que acompanhar tendências, as empresas precisam entender como aplicá-las de forma estratégica para gerar valor real”, conclui o

Trombose em viagens longas: o perigo da imobilidade prolongada para a saúde do sangue

Como longos períodos sentados em voos ou viagens terrestres podem favorecer a formação de coágulos e quais estratégias ajudam a manter a circulação ativa e segura.

Ficar parado por muito tempo durante deslocamentos extensos representa um risco silencioso que vai além do cansaço físico. De acordo com a Sociedade Brasileira de Angiologia e de Cirurgia Vascular (SBACV), o risco de desenvolver uma Trombose Venosa Profunda (TVP) pode dobrar em trajetos que duram mais de quatro horas, seja em aviões, ônibus ou carros. O fenômeno ocorre porque a falta de movimento das pernas prejudica o retorno do sangue ao coração, permitindo que o líquido se estagne e forme coágulos que podem obstruir as veias ou, em casos mais graves, se desprender e atingir os pulmões.



A anatomia humana não foi projetada para a inércia absoluta, especialmente em ambientes de baixa pressurização ou espaços confinados. Segundo o cirurgião vascular Josualdo Euzébio, a musculatura da panturrilha funciona como um segundo coração para o corpo e, quando ela é desligada pela imobilidade, o sistema circulatório perde seu principal mecanismo de propulsão. "A compressão das veias na parte de trás das coxas contra o assento e a dobra constante dos joelhos criam um gargalo para o fluxo sanguíneo, aumentando a viscosidade do sangue e facilitando a formação de trombos", explica o especialista.

Embora o risco exista para qualquer passageiro, certos fatores de estilo de vida e condições prévias podem acelerar esse processo. O uso de hormônios, o tabagismo e a desidratação durante o percurso são elementos que tornam o sangue mais susce-

tível à coagulação. O médico ressalta que muitos viajantes negligenciam a ingestão de água para evitar idas ao banheiro, o que é um erro estratégico perigoso. "O sangue bem hidratado flui com mais facilidade, por outro lado, o consumo excessivo de álcool e café durante o trajeto pode desidratar o organismo e elevar as chances de complicações vasculares", alerta.

A prevenção, felizmente, é simples e baseada em pequenas intervenções na rotina de viagem. Movimentar os pés como se estivesse acelerando um carro ou fazendo movimentos circulares com os tornozelos a cada hora já ajuda a bombear o sangue acumulado. Para quem possui histórico familiar ou varizes aparentes, o uso de meias de compressão elástica, sob orientação profissional, é uma das medidas mais eficazes para garantir que a pressão nas veias permaneça estável. "O segredo está em não per-

mitir que o corpo entre em um estado de repouso total; levantar para caminhar no corredor do avião ou fazer paradas estratégicas na estrada é vital", orienta o angiologista.

É fundamental que o passageiro fique atento aos sinais de alerta que podem surgir logo após o desembarque ou até alguns dias depois. Inchaço repentino em apenas uma das pernas, dor persistente na panturrilha que se assemelha a uma cãibra forte e vermelhidão local são sintomas que exigem busca imediata por auxílio médico. Josualdo Euzébio reforça que a identificação precoce evita que um quadro de trombose evolua para uma embolia pulmonar, uma condição crítica. "A viagem deve terminar com boas memórias, e não com uma internação; por isso, ouvir os sinais do corpo e manter a circulação ativa é o melhor passaporte para uma jornada segura", conclui.

Saúde suplementar registra leve retração no início de 2026

Dados da ANS mostram 52,9 milhões de vínculos em planos médicos; especialista explica impacto para o SUS e orienta consumidores sobre cancelamento de contratos

O número de beneficiários de planos de assistência médica no Brasil registrou leve retração em janeiro de 2026. Dados divulgados pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) indicam que o setor encerrou o mês com 52.996.625 vínculos ativos, queda de 0,17% em relação a dezembro. O recuo representa redução de 91.359 beneficiários no período. Na comparação com janeiro de 2025, porém, o segmento mantém trajetória de crescimento, com aumento de pouco mais de 1 milhão de vínculos em 12 meses.

Nos planos exclusivamente odontológicos, o movimento foi semelhante. O total de beneficiários chegou a 35.487.403 em janeiro, com redução mensal de 22.755 vínculos. Em relação ao mesmo mês do ano anterior, o segmento registrou expansão de cerca de 1,1 milhão de beneficiários. A maior parte dos contratos permanece vinculada a empresas. Nos planos médico-hospitalares, os coletivos empresariais concentram cerca de 73% dos vínculos, enquanto os contratos individuais ou familiares respondem por aproximadamente 16%. Nos planos odontológicos, a participação dos contratos empresariais também predomina, com cerca de 74,9%.

Para o advogado especialista em direito de saúde e direito público Thayan Fernando Ferreira, as oscilações mensais fazem parte da dinâmica do setor e costumam refletir fatores econômicos, como variações no emprego formal e ajustes contratuais nas empresas. “A saúde suplementar exerce papel importante no sistema de saúde brasileiro. Ao absorver parte significativa da demanda por consultas, exames e internações, os planos privados con-



tribuem para reduzir a pressão sobre o Sistema Único de Saúde (SUS)”, afirma.

Thayan, que também é membro da Comissão de Direito Médico da OAB-MG e diretor do escritório Ferreira Cruz Advogados, ainda esclarece que esse efeito indireto sobre o sistema público torna o setor estratégico. “Quando mais de 50 milhões de vínculos estão na saúde suplementar, há um impacto concreto na distribuição da demanda assistencial. Sem essa rede privada, o SUS enfrentaria uma sobrecarga ainda maior”, diz.

O advogado também chama atenção para a necessidade de cautela nos cancelamentos de contratos. Em momentos de dificuldade financeira ou mudança de emprego, muitos consumidores optam por encerrar o plano sem observar procedimentos formais. “O distrato precisa ser feito de forma documentada, preferencialmente por canais oficiais da operadora, como aplicativo, central de atendimento ou protocolo escrito. Isso evita cobranças indevidas e garante a comprovação do

pedido de cancelamento”, explica.

No fim das contas ainda que o beneficiário verifique prazos contratuais, eventuais multas e a data efetiva de encerramento do vínculo. “O consumidor deve guardar o número de protocolo e solicitar confirmação por escrito. Esse cuidado simples reduz o risco de litígios futuros e assegura que o cancelamento seja processado corretamente”, afirma.

Em termos comparativos, ainda que o arranjo brasileiro atenda um quarto da população, mesmo depois do corte, esse escopo difere tanto do modelo europeu quanto do norte-americano. Nos Estados Unidos, cerca de 92% da população possui algum tipo de cobertura de saúde, com predominância de seguros privados vinculados ao emprego ou a programas públicos específicos. Já na maior parte da Europa, o acesso básico é garantido por sistemas universais financiados pelo Estado, enquanto seguros privados funcionam majoritariamente como cobertura complementar ou para reduzir filas de atendimento.

PL que permite farmácias dentro de supermercados avança e levanta debate sobre saúde pública

Medida ainda aguarda sanção presidencial e levanta discussão sobre regulação e proteção à saúde



O Congresso Nacional aprovou, na última sexta-feira (12), o Projeto de Lei 2158/2023, que autoriza a instalação de farmácias dentro de supermercados em todo o país. A proposta agora segue para sanção presidencial e já provoca discussões sobre os impactos da medida para consumidores, farmácias e para o sistema de saúde.

A iniciativa busca ampliar o acesso da população a medicamentos e produtos farmacêuticos, permitindo que supermercados tenham espaços destinados à venda desses itens.

Para a especialista em Direito da Saúde, Anna Goulart “a aprovação do PL 2158/2023 representa um marco regulatório importante para o setor da saúde e do varejo no Brasil. É fundamental esclarecer que o projeto não autoriza a venda de medicamentos nas gôndolas ou prateleiras comuns dos supermercados. O texto

aprovado pelo Congresso exige a instalação de uma farmácia em ambiente físico delimitado, segregado e exclusivo, com a presença obrigatória de farmacêutico durante todo o horário de funcionamento, mantendo integralmente as exigências sanitárias da legislação vigente.”

Outro ponto que costuma gerar debate é o impacto da medida sobre a organização do mercado farmacêutico e sobre a orientação ao consumidor.

O projeto também reacende discussões sobre o uso racional de medicamentos, a facilidade de acesso pode trazer benefícios para a população, mas também exige políticas de controle e informação para evitar automedicação e uso inadequado de remédios.

Caso seja sancionado, o projeto de-

verá abrir caminho para novas regulamentações sobre a forma como esses estabelecimentos poderão operar e quais exigências deverão cumprir.

A advogada ressalta que, “embora já existam drogarias em complexos de supermercados, elas operam hoje como empresas juridicamente independentes, com CNPJ e alvará sanitário próprios. A mudança real é permitir que o próprio supermercado opere a atividade farmacêutica sob sua estrutura, sem constituir pessoa jurídica separada, resolvendo uma insegurança jurídica que existia há décadas. Na prática, isso reduz a burocracia e os custos operacionais para o varejo, estimula a concorrência no setor farmacêutico e amplia o acesso da população a medicamentos com preços mais competitivos, especialmente em regiões onde a oferta de farmácias é limitada, sem qualquer prejuízo à segurança do consumidor.”



Vinho, Gente, Coisas e Adjacências

Outono e vinhos do inverno

Inimá Souza

inima.souza@gmail.com



Outono é esta Estação do meio - entre o calorção do Verão e o frio do Inverno, que chega trazendo ainda um pouco daquele calor que, pouco a pouco, cede lugar à temperaturas mais amenas, principalmente nas noites; por sinal, mais longas. E segue assim até encostar-se na Estação do frio.

Logo, as noites outonais e seus dias são um convite aos vinhos tintos, parceiros de grande parte da gastronomia da Estação, que inclui, carnes e assados, escondidinhos e sopas suculentas. Mas, quanto aos vinhos, não excludo vinhos brancos e rosados com boa acidez; além daqueles com bom corpo.

Ocasão, particularmente atraente, para “harmonizar” o Outono com Vinhos de Inverno, que, pela elevada qualidade – reconhecida por sucessivas premiações em concursos internacionais -, projeta o cenário vitivinícola de Minas Gerais, e especialmente

o Sul de Minas, merecidamente detentor da Indicação de Procedência, para seus vinhos.

Nesses, incluem-se os vinhos das variedades, Cabernet Franc, Merlot, Marselan, Cabernet Sauvignon, Tempranillo, Petit Verdot, Pinot Noir, Grenache e, destacadamente, a Syrah. Isto, para os tintos e rosés. Para os vinhos brancos, Sauvignon Blanc, Chardonnay, Marsanne e Viognier. Todos, e exclusivamente produzidos através do Sistema Dupla Poda, como é conhecido o método de inversão do ciclo da videira.

Entenda-se, por conseguinte, que a chamada Dupla Poda é a técnica adotada para a produção e o vinho de inverno o produto. Além de Minas Gerais, a técnica é utilizada nos estados de São Paulo, Bahia e no Centro-Oeste.

Seus vinhos, os Vinhos de Inverno, são intensos e com destacada acidez,

fruto de terroirs únicos, a exemplo dos que compõem o mapa vitivinícola de Minas Gerais, referência, dentro e fora do Brasil, sobre a técnica e os vinhos de inverno.

CONSUMO – A SUPREMACIA FEMININA

Confirmando o que se observa no dia a dia, as estatísticas estão indicando que as mulheres assumiram a liderança no consumo de vinhos, no Brasil. Segundo o IWSR Brazil Wine Landscape, em seu relatório de 2025, as mulheres representaram 53%, dos consumidores de vinho, no País, ano passado.

E mais, elas impulsionam mudanças no perfil da bebida ao preferirem, majoritariamente, vinhos brancos e rosés.

Sendo assim, poder-se-ia destacar a percepção e sensibilidade feminina para a realidade geográfica e climática do Brasil, com mais de nove mil e quinhentos quilômetros de costa e, portanto, rico em pescados e frutos do mar; e clima predominantemente tropical; ou seja, condições a apontar, naturalmente, para vinhos brancos e rosados.

É verdade que esse protagonismo feminino no vinho não fica apenas no consumo, pois, desde há muito a mulher vem fazendo história no universo vitivinícola; seja no campo, na enologia, nas confrarias e outros momentos, ela contribui para dar ao vinho o encanto que o distingue.

Tim. Tim.



Carcassonne – 11 séculos de cultura no sul da França

Paulo Queiroga

Com ajuda do Blog: malapronta.com.br



Pode soar estranho tratar de turismo em um ambiente que irradia um mundo de guerras e violência.

Nesta conjuntura, convém lembrar que há esperança da humanidade se tornar uma grande aldeia, unida nas diferenças regionais e nacionais. O turismo como indutor da paz e do convívio entre os povos cumpre parte desta responsabilidade.

Desembarcamos na Occitânia, rica e bela região de montanhas, planícies e praias no sul da França, fronteira com Espanha e Mar Mediterrâneo.

A 95 km da capital, Toulouse, chegamos à cidadela de Carcassonne,

rodeada por muralhas construídas entre o final do século IX e início do século X para defesa contra os ataques dos normandos estabelecidos no norte da França.

Patrimônio Mundial e um mergulho na Idade Média, Carcassonne é um dos destinos mais populares da França recebendo 3.5 milhões de turista/ano.

Ao mesmo tempo que o turismo é o maior motor da economia, há um lado perverso. Situação equivalente ao que se dá na histórica Ouro Preto, em Minas Gerais e outras, ocorre em Carcassonne a chamada gentrificação - fenômeno sócio econômico comum em destinos turísticos con-

sagrados, onde os moradores são deslocados e têm suas rotinas diárias comprometidas. A cidade vira apenas uma vitrine e seus 50 mil habitantes locais são ignorados.

Mas, a quantidade de visitantes não compromete o deslumbramento que esta cidadela causa em quem a conhece. No verão é proibida a circulação de automóveis, o que cria um ambiente de domingo no parque.

O CRESCIMENTO DA CIDADE

O início de Carcassonne se dá em torno da parte alta, onde se encontram as muralhas de defesa. No ano de 1247, a cidade se expandiu para a parte baixa a Bastide Saint Louis,

ligadas pela “ponte velha”, que se tornou a zona mais movimentada, onde estão os museus, praças, a Catedral, restaurantes, bares e lojas. As regiões são unidas pelo Canal du Midi, obra de engenharia do século XVII para ligar o interior da França ao mar Mediterrâneo. Ainda hoje é uma via turística navegável com 240 km de extensão.

HISTÓRIA TERRÍVEL

Um dos fatos marcantes da História da cidade é ter sido um dos palcos da chacina dos cátaros ou albigenses (1209 – 1229) - campanha militar, liderada por nobres do norte da França, associados à Igreja Católica para submeter o sul da França à coroa francesa.

O Papa Inocêncio III convocou uma “cruzada santa” para erradicar a “heresia” na região do Languedoc. Os cátaros eram considerados hereges pela Igreja Católica, por rejeitarem os sacramentos e a rígida estrutura da Igreja.

Celibatários e vegetarianos, eles pregavam a vida ascética e seguiam uma rotina rigorosa de desapego material, aos moldes do Cristianismo primitivo. Criticavam a riqueza e a corrupção do clero, rejeitavam os batismos, a trindade e o Antigo Testamento, que viam como obra do criador do mal. Seus líderes eram chamados de “Os Perfeitos”

O resultado foi perseguição e chacina total. Conta-se que os Cruzados informaram ao Papa sobre a dificuldade de identificar quem era ou não herege na comunidade. A resposta teria sido: “Matai a todos! No Céu, Deus separa os hereges dos fiéis”.

Após o massacre brutal, o movimento foi dizimado. Sendo esta resposta do Papa lenda ou não, a Revolta dos Cátaros, ou Albigenses (habitantes de Albis) é registrada e documentada na História como um dos mais



cruéis abusos de poder da Igreja Católica no período medieval.

Atualmente, no mês de julho, a comunidade organiza o Festival Medieval Anual, onde se revive o ambiente medieval em torno das muralhas. Um espetáculo, com encenações de combates medievais,

danças, banquetes e fogos.

Além de toda riqueza cultural, Carcassonne, é também a região vinícola de Languedoc - Roussillon, famosa pela produção de vinhos robustos e frutados, cultivados há 2.000 anos, desde a antiguidade romana. Roteiro imprescindível em um tour de história e cultura pela França.



Um mundo em conflito

Nestor de Oliveira
Jornalista e escritor

Faz parte da história do homem sobre a terra suas lutas e guerras, em todos os recantos do globo, seja na busca da sobrevivência à hostil natureza, na de conquista de novos espaços, poder ou defesa do que é seu. Citar Anibal, Alexandre, Gengis Khan, David, Ramsés II, César, Hitler, Putin, Netanyahu, ou Trump é rever a eterna luta dos homens na sua inquietude, arrogância e pretensão de se projetar sobre seu semelhante. Titus Plautos, (254-184 AC) usou a frase que bem definiu quem somos: “Lupus est homo homini, nom homo, quom qualis sit non novit”, ou, “O homem é o lobo do homem”, uma metáfora para dizer que somos predadores ferozes, perigosos e agressivos.

Há exatamente 81 anos findava aquela que foi a maior e pior de todas as guerras, de todos os tempos, envolveu quase todas nações do mundo, matou ou mutilou milhões, foi usada a mais letal das armas, dividiu o mundo em zonas de influência, deixou cicatrizes jamais curadas pelos sobreviventes. Negociações tentaram criar uma convivência pacífica entre os povos, mas, nosso espírito de batalhadores criou a guerra fria e disputas ideológicas, que só nos fizeram separar. Dividiu o mundo, criou muros, separou famílias, além de tentarem criar organismos amortecedores de novas lutas. As Conferencias de Teerã, Yalta, Potsdam, Moscou ou São Francisco buscaram denominadores comuns para estabelecer a nova paz. A ONU é filha destes acordos, com o propósito de resolver conflitos, as inúmeras guerras do mundo, a desestabiliza-



ção dos povos e seus desequilíbrios. O tempo, capaz de mudar tudo, fez superada tais intenções, com sua perda de representatividade e poder. Os norte-americanos, principais restauradores e mantenedores desta paz, financiadores da OTAN e ONU, resolveram mudar de posição. O mundo de até então já não os interessava. O surgimento de novos e ameaçadores antagonistas, a China especialmente, os fez mudar de estratégias. Surge o efeito Trump e sua disposição guerreira de fazer “grande, de novo, a América”. Evidente que os EUA perderam muito de seu domínio político, comercial e diplomático. Além da China, Rússia e União Europeia novas forças surgiram nestas décadas após os velhos tratados, tempos da América forte. Um novo poder está a forçar o novo equilíbrio, que só surgirá como requer o princípio da física de que “a luz nasce do atrito”, e estes não se fazem faltar. Um novo desenho político econômico está sendo desenhado, com

conflitos, guerras e novas dores. A esperança é que surja o novo tempo, que dure tanto quanto os homens, da dimensão dos antigos negociadores, saibam encontrar denominadores comuns.

O Brasil, enquanto isto, um transatlântico ancorado em velhas ideias, comandado por homens que olham o retrovisor da história para o dirigir, continua a perder oportunidades de crescimento e melhoria da qualidade de vida de seu povo. A manutenção propositada da pobreza, suas ajudas sociais, têm caráter político eleitoral para que seus atuais dirigentes, incapazes de enxergarem um novo e destino melhor, continuem no poder. A limitação de suas ideias é proporcional à sua estatura intelectual e dimensão política tacanha. O mar de lama que nos cerca é consequência, inevitável, da corrosão institucional dos atuais poderes que nos governa.



Quem paga o condomínio tem o direito de saber quem está inadimplente, gerando aumento das quotas

Kênio de Souza Pereira

Consultor da Presidência da OAB-MG; Vice-presidente da Comissão Especial de Direito Condominial da OAB Federal; Diretor da Caixa Imobiliária Netimóveis; Diretor Regional de MG da Associação Brasileira de Advogados do Mercado Imobiliário; contato@keniopereiraadvogados.com.br

Se um morador deixa de pagar a quota condominial, os transtornos decorrentes desse inadimplemento não desaparecem, eles são divididos entre os demais condôminos para que os serviços continuem a ser prestados. O problema é simples e doloroso: a inadimplência de um gera o prejuízo coletivo, resultando no aumento da quota parte dos que cumprem a obrigação de quitar o rateio das despesas.

Devido a essa realidade, a lei assegura a qualquer condômino o direito de exigir da administração informações sobre quem deve e quanto deve, sem exposição vexatória, mas com transparência responsável, conforme art. 21 Parágrafo único – “Compete ao síndico a iniciativa do processo e a cobrança da multa, por via executiva, em benefício do condomínio, e, em caso de omitir-se ele, a qualquer condômino”.

Seria impossível um condômino, que é parte legítima para exigir que o inadimplente cumpra o dever de contribuir, pudesse vir a exercer o direito de cobrar sem saber todos os dados da dívida e do devedor.

INFORMAÇÃO É PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO COMUM

A Lei nº 4.591/1964, em seu art. 12, que foi reproduzido no art. 1.336, inciso I, do Código Civil impõe ao condômino o dever de contribuir para as despesas condominiais, mesmo que inexistia convenção registrada. Trata-se de obrigação legal que pode ter sua divisão ajustada conforme as particularidades do condomínio.



Se alguém deixa de cumprir esse dever, o impacto recai sobre todos. Por isso, o art. 1.348, inciso VIII, do Código Civil determina que compete ao síndico prestar contas à assembleia, anualmente e quando exigidas. A prestação de contas não é mera formalidade, é instrumento de controle. E controle pressupõe conhecimento da realidade financeira por todos os condôminos, inclusive da inadimplência de quem aumenta as despesas dos adimplentes.

TRANSPARÊNCIA NÃO É EXPOSIÇÃO

Transparência não significa constrangimento público. A legislação protege a dignidade e a intimidade das pessoas, de maneira que não se admite afixar lista de inadimplentes em elevadores e áreas comuns, divulgar nomes em redes sociais ou criar situações humilhantes e vexatórias aos devedores.

Contudo, entre os próprios condôminos, que suportam solidariamente os efeitos da inadimplência, há legítimo interesse em saber quem está em débito e qual o período e valor devido.

Trata-se de informação necessária à fiscalização da gestão e à deliberação consciente em assembleia.

GESTÃO TÉCNICA EVITA PREJUÍZO COLETIVO

A omissão da administração diante da inadimplência pode agravar o rombo financeiro e comprometer serviços essenciais. Ausência de cobranças ou cobranças mal conduzidas também geram risco jurídico ao condomínio.

Uma assessoria jurídica especializada em direito condominial atua de forma estratégica, orienta sobre o dever de prestar informações, promove a cobrança dentro dos limites legais. Consiste numa anomalia proteger o devedor, como se este tivesse o direito de não pagar e permanecer invisível até perante aqueles que estão arcando com seus gastos para evitar o corte dos serviços do condomínio.

Transparência responsável é medida de justiça. Sem ela, o prejuízo se socializa de forma indevida, transformando o condômino que honra com os pagamentos em dia em financiador dos inadimplentes.



A minha escala é 7 X 0

Alfredo Cotait Neto

Presidente da Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil (CACB)

Sou de uma geração que ouvia, desde a infância, os mais velhos dizerem que o trabalho dignifica, engrandece e enobrece o homem. Ocupar um novo emprego era motivo de alegria para toda família. Galgar novos espaços no mercado de trabalho era o objetivo de todos, assim como ascender e ocupar postos mais altos, com mais carga de trabalho e de responsabilidade. Essas memórias têm permeado meus pensamentos sempre que ouço os argumentos daqueles que querem mudar a escala de trabalho no Brasil, reduzindo a jornada.



O debate é válido, claro. Os tempos são outros, muita coisa mudou, como processos, velocidade, equipamentos, rotinas.... Mas, isso deveria servir para aumentar a produtividade, melhorar as entregas e o resultado final. E não para se debater redução de jornada. Trabalho, para mim, é virtude. Minha escala de trabalho é 7 x 0. Não a vejo como castigo, pelo contrário.

Além disso, o debate sobre esse tema precisa ser técnico, e não político. Em um ano eleitoral, isso é impossível. Será um processo contaminado pela busca de votos, pelo “holofote” das redes sociais, sem que se discuta impactos na economia e na geração de empregos. Já dizia o economista Roberto Campos: o início do processo da distribuição da riqueza é respeitar quem produz. Os empreendedores precisam ser ouvidos quando essa temática realmente tiver contexto para surgir à mesa.

Outro aspecto que precisa ser levado em consideração é a produti-

vidade brasileira, baixa e ineficiente, ainda. Temos crises que precedem essa discussão da jornada de trabalho. Temos problemas fiscais, econômicos e, até uma crise moral que desvirtua a discussão. O trabalho é realização, fonte de renda, origem da prosperidade familiar, da sustentabilidade de um país e do crescimento da sociedade. É fato que o Brasil – hoje – tem uma baixa produtividade crônica, resultado de outra crise, a educacional. Dados atuais confirmam que 30% dos adultos brasileiros são analfabetos funcionais.

Ao defender o adiamento desse debate, a nossa ótica não é contra o trabalhador. É o inverso disso. Afinal, seguimos tudo que está previsto na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Ao exigir que a discussão ocorra com bases técnicas e profundas, estamos preocupados em não aumentar custos, o que levaria ao crescimento do desemprego e da inflação, em um ciclo que já vimos ocorrer na economia bra-

sileira. Por isso a defesa de que se siga o que já está estabelecido: o negociado prevalecendo sobre o legislado. Há diferentes e inúmeros processos de produção no nosso país. E os mais afetados com qualquer redução serão a base da economia, os pequenos e médios empreendedores, que já sofrem com mão de obra escassa e margem de lucro mínima, decorrente da crise fiscal, que sempre os prejudica.

Quem hoje defende a redução da jornada de trabalho é inimigo do Brasil e está agindo em busca de votos, sem pensar nas consequências da medida ao setor produtivo. É preciso serenidade, valorização do pequeno e médio empreendedor e discernimento para – no momento correto – iniciar o debate. O Brasil não está preparado para discutir esse tema agora e os parlamentares precisam ter esse entendimento e assumir essa responsabilidade. Impor uma mudança na jornada de trabalho será uma medida nefasta para o Brasil.

A televisão no Brasil

José Maria Couto Moreira

Advogado

O Brasil possui uma assistência radio-televisiva estimada em 200 milhões de ouvintes e espectadores. A instalação e distribuição dos produtos de uma emissora compõem a grade de uma empresa difusora de ondas de rádio e televisão, que passa a emitir seu sinal após autorizada por uma concessão obtida junto ao poder público, que é o fundamento jurídico-institucional de sua instalação. Este ato é, pois, constitutivo do direito do concessionário, ou autorizatário. A concessão é processada intuitu personae, qual seja, em razão da pessoa, avaliada legal e tecnicamente, por isso a posição de concessionário é intransferível, inegociável.

Assim diz a lei, mas a aplicação da lei no Brasil é uma deformação consuetudinária, varia com o tempo e as pessoas. Quem detém uma concessão é, enfim, o Estado, atuando na pessoa do particular. A lei presume que o concessionário opere de forma sempre a preservar a ordem, a ética e os bons costumes, contidos nos diplomas e estatutos legais, sob pena (teoricamente) da suspensão de programas considerados prejudiciais aos princípios sociais ou a divulgação de conceitos ou fantasias não compatíveis à legislação ou aos bons costumes, atingindo mesmo a cassação da concessão.

No início das atividades radio-televisivas, especialmente a televisão, eram levados aos cobiçosos telespectadores temas noticiosos, sempre aguardados, gravações importadas para o público infantil, programas de auditório ou mesmo dramaturgias inocentes. As apresentações, suas imagens e personagens que prendiam a atenção da reduzida plateia, eram apreciados, principalmente, nas residências, cujos possuidores ostentavam com orgulho seu televisor, responsáveis que foram pelos televisinhos, categoria que reunia os que não dispunham daquele aparelho mágico só então alcançado pelos ricos.

Este é o histórico da televisão no Bra-



sil, cujo sinal foi inaugurado, sob os auspícios de Assis Chateaubriand em 18 de setembro de 1950, pela TV Tupi de São Paulo, pioneira na transmissão na América Latina. Na escala técnica a TV evoluiu, não no ritmo americano, de onde proveio, e só alcançou a transmissão a cores em 1972, progredindo depois para um sistema digital de alta definição, secundando então a popularização das antenas parabólicas.

Uma emissora radio-televisiva é atividade de importância superlativa em uma nação. Ela não distribui somente entretenimento e informações. Ela entretém, sim, mas fundamentalmente apresenta o modelo desejável de Estado, no que ele possui de existência e valores que a coletividade deve adotar para uma vida civilizada e feliz. A supremacia comunicativa da televisão, especialmente, a ela ensina transmitir uma visão do país e do mundo exortando em suas produções o apreço aos postulados morais a que o brasileiro deve aderir, desprezando comentários tendenciosos, valorativos ou depreciativos de uma cena, não induzindo a conclusões de interesse pessoal ou de terceiros. A verdade está no fato e não na versão. A formação da opinião pública, quando se pratica o jornalismo opinativo, é tarefa de responsabilidade de segurança nacional, daí o poder da autoridade na fiscalização e imposição de advertências ou mesmo cassação do diploma na ocorrência de desvio manifesto de finalidade.

Nossa história televisiva tem assinalado episódios que mereciam intervenções e reparos do poder público. Os produtores responsáveis pela audiência de seus produtos (o grau de audiência é fundamental para os negócios da empresa), tentam acompanhar a evolução dos interesses, expectativas ou desejos de seus telespectadores, preferindo, ocasionalmente, introduzir os costumes dominantes nas cenas e diálogos, e muitas vezes se equivocando no que acabam transmitindo, e invariavelmente, ferindo a moral vigente. É verdade que posições antes criticadas e indesejadas foram assimiladas pela sociedade, e nesta esteira correm os criadores de diálogo e imagem e, frequentemente, introduzem e fazem circular jargões e expressões que se incorporam à linguagem da hora. A televisão tem avançado na licenciosidade de diálogos e imagens, o que traz receios e inquietude à sociedade. A fiscalização, ou a censura, obrigam-se à vigilância permanente para que o país prospere sempre. A moral, eleita como núcleo fundamental da sociedade concorre com a transmissão de valores igualmente indeclináveis na formação individual, como o respeito à vida e aos preceitos ético-religiosos. Só se forma uma nação com a valorização e aconselhamento de conceitos de enaltecimento e apreço aos princípios da liberdade, da honestidade, da lealdade, da irmandade, da compreensão, da tolerância, da dignidade e da decência.

É com eles que se constrói uma nação.

Juros altos derrubam valuations e mudam o jogo das startups

Alex Tabor

CEO da Tuna Pagamentos

Depois de um período marcado por juros baixos, abundância de capital e rodadas superavaliadas, o mercado de startups agora enfrenta um cenário de juros elevados e expectativa de retorno muito mais rigorosa. Essa mudança redefine a forma como fundos investem, como as startups captam e principalmente, como o mercado projeta os lucros futuros. Embora a turbulência assuste uma parte do ecossistema, especialistas enxergam um momento fértil para novas teses de investimento, especialmente no mercado secundário.

Nos anos de 2020 e 2021, com os juros praticamente zerados, o volume de capital de risco disparou. O Brasil acompanhou o movimento global. Os fundos correram para investir em empresas que cresciam rápido, ainda que operassem no prejuízo. Para esse mercado, o lucro futuro costuma ser o principal argumento de valorização. Investidores aceitam novas rodadas em múltiplos altos porque acreditam que, lá na frente, o retorno compensará o risco. Entretanto, essa lógica depende totalmente da taxa de juros.

Quando a inflação global subiu, os bancos centrais tiveram de reagir. Juros altos derrubam o valor presente da projeção futura de lucros. Em outras palavras, quanto maior a taxa, menor o valor que uma projeção de lucro daqui cinco ou dez anos tem hoje. Portanto, o investidor exige mais retorno para compensar essa espera. Quem pode aplicar em títulos públicos ou CDBs com rendimento alto pensa duas vezes antes de aceitar uma aposta longa em uma startup ainda deficitária.

Esse movimento derrubou as avaliações de empresas de crescimento acelerado. Cada ponto percentual a mais nos juros provoca, segundo especialistas, uma queda relevante no valor de companhias focadas em expansão. O efeito foi amplo e startups que antes recebiam aportes facilmente começaram a enfrentar roda-



das mais cautelosas, mais demoradas e com valores menores. Enquanto isso, os juros se mantêm elevados há anos, tanto no Brasil como nos Estados Unidos, onde a queda das taxas segue muito mais lenta que o esperado.

Dentro desse cenário, muitos fundos chegaram ao fim do seu ciclo natural sem conseguir liquidez. Um fundo tradicional dura entre 6 e 10 anos, período em que investe, acompanha e, finalmente, precisa realizar seus retornos. Entretanto, sem IPOs no Brasil, e com um mercado americano ainda tímido, vender participações se tornou muito mais difícil. Isso gerou uma pressão inédita e 'criou' fundos com ativos bons, mas travados, sem saída clara.

É nesse ponto que surge uma das tendências mais fortes para startups: o crescimento expressivo dos fundos de secundário. Esse tipo de fundo compra participações de outros fundos que estão no fim de vida e precisam liquidar posições. A base de investidores inclui grandes instituições, como fundos de pensão, seguradoras e patrimônios familiares de empresas tradicionais. São players que geram lucro constante e têm capital para investir mirando ciclos mais longos.

Esses fundos encontram hoje uma oportunidade rara que foi comprar participações de boas startups com desconto, justamente porque o fundo original não consegue esperar mais anos até uma liquidez estrutural. Desse modo, se o mercado está travado e as avaliações caíram muito por causa dos juros altos, então há espaço para comprar barato agora

é vender quando o ciclo virar.

Vários gestores já começam a reformular suas teses com base nesse movimento. Se antes o foco era apenas o crescimento acelerado, hoje há quem diga abertamente que a estratégia é aproveitar o prolongado período de falta de liquidez para adquirir participações atrativas. Quando os juros voltarem a cair, e o mercado retomar IPOs, fusões e aquisições, essas posições podem gerar retornos superiores ao que o investidor conseguiria em títulos públicos ou na bolsa.

O interesse é tão grande que, segundo análises publicadas recentemente, cerca de 60% do capital novo estaria sendo direcionado para fundos secundários. Os números mostram que a tendência não é pontual, mas sim uma mudança estrutural na forma como o capital será alocado nos próximos anos. O setor busca equilíbrio entre risco e retorno em um ambiente menos exuberante e mais racional.

Para as startups, essa dinâmica cria um novo mapa de oportunidades. Empresas precisam demonstrar métricas mais consistentes, controlar custos e apresentar caminhos reais para lucratividade. Ao mesmo tempo, ganham uma nova alternativa de liquidez: vender participações para fundos especializados em secundário, aliviando pressões internas e oferecendo saída parcial a investidores antigos.

O mercado segue longe da euforia de quatro anos atrás, mas os movimentos atuais revelam maturidade. O capital ainda existe, mas circula de modo mais estratégico. Os fundos buscam previsibilidade e preço, enquanto startups ajustam seus modelos para entregar valor real, e não apenas projeções. Nesse ambiente, quem entender a nova lógica dos juros, dos lucros futuros e da liquidez limitada terá vantagem competitiva no próximo ciclo de crescimento.



O hábito e o monge¹

José Anchieta da Silva

Advogado, Sócio da JASA Advocacia e ex-presidente da ACMinas



O “hábito” não faz o monge, reza a parêmia popular. Mas, “hábitos” fazem os monges. Não é a mesma coisa. A língua portuguesa adota, para o verbete, duas compreensões que partem da mesma grafia, conduzindo-as a dois significados distintos: hábito – vestimenta, e hábito – comportamento. Em Brasília, sede dos poderes, existem três palácios: o do Judiciário,

o do Legislativo e o do Executivo. O primeiro é o poder de contenção dos excessos, aplicando as leis na resolução das questões que lhe sejam submetidas mediante processos judiciais próprios. O segundo é incumbido de entregar à sociedade o sistema de leis, produzindo-o. Ao executivo, o terceiro, cabe administrar o país, contido, nas suas ações, exatamente,

pelos dois outros poderes. Tudo o que se passa em Brasília interessa à sociedade porque são os brasileiros, homens e mulheres, pessoas naturais e pessoas jurídicas, os destinatários daquilo que Brasília pensa, decide e faz. Nesta constatação geral se tem apenas o arcabouço do problema chamado Brasil, um país que necessita ser redescoberto, reconstruído

e reconstituído, o Brasil precisa ser devolvido aos brasileiros. Há muito o que fazer. As instituições precisam cada uma delas a seu título, desempenhar as competências que lhes cabem. O verbete “povo”, em sentido isolado, não existe: existem suas instituições. Povo, palavrinha de quatro letras, sozinha, acaba sendo apenas uma multidão de ninguém.

Desacreditado em face de acontecimentos recentes, tantos, a suprema corte brasileira está às voltas com a ideia de seu presidente, no sentido de (se) outorgar a corte, (a si própria), um código de ética, um instrumento deontológico incumbido de dizer o que podem e o que não podem fazer, para além das funções de magistrado, os seus juízes-togados (toga, no caso, é sinônimo de “hábito talar”). Sessão da corte, transmitida em rede nacional como de hábito, tratando o tema, expôs as vísceras do tribunal supremo e, portanto, expôs todo o sistema judiciário. Dispositivo constitucional expresso (artigo 101) exige de seus integrantes notável saber jurídico e reputação ilibada. Na abrangência do notável saber jurídico está compreendido, certamente, o conhecimento das regras de condutas que são tantas, de tantas origens e de leis próprias. Na reputação ilibada está compreendida a certeza de que ministros e juízes em geral sabem assentarem-se à mesa e manusear talheres de prata. Há, é fato, argumentos ponderáveis para dizer que o código pretendido por Fachin até seria dispensável. Um momento, no entanto, senhores! Vamos às conclusões, mas, sem precipitações. O problema não está no “hábito”, o problema está nos “hábitos” (nos hábitos dos monges). Foi ao mesmo tempo solene, deprimente e desolador, ver e ouvir de dois integrantes da corte suprema, numa visível re-

provação demográfica da proposta do código de comportamento (comportamento enquanto pessoas), numa distorção entre a realidade e a utopia barata, a tentativa de transferir para a sociedade a responsabilidade pelo que se passa na vida dos integrantes da corte. Dois ministros, fazendo uso de linguagem que beirava a ironia, transferiram para a sociedade, para a gente brasileira, a responsabilidade pelo que seria, difamação de ministros. Alto lá! Estariam, do lado de fora, na praça, uma turbamulta de brasileiros promovendo intrigas contra a dignidade dos “homens de hábito”. Não senhores ministros! Intriga não há. Há verdades que devem ser aclaradas. Afinal, ou há o que esconder (o que é grave) ou há, de fato, contas a serem prestadas. Esta é a questão. Do Instituto dos Advogados de São Paulo – IASP, em boa hora, vem a ideia de fazer integrar a constituição, dentre os princípios norteadores da ação de Estado (Estado no sentido amplo do termo), um princípio a mais, o princípio da transparência. A proposta merece acolhida com entusiasmo. Poderia ser dispensável o tal código. Poderia. Mas, as circunstâncias exigem comportamento diferente.

Do outro lado da praça, curiosamente, em votação simbólica, a câmara dos deputados concedia aumento a funcionários do legislativo, com um comportamento inusitado, sem se enrubescerem, venceram, no tema remuneração, o teto constitucional, instituindo um tipo de remuneração que traria ou trará, no título, a sua inconstitucionalidade (remuneração: “extra teto”). Se vier a ser promulgada a coisa (o jogo ainda não acabou), não seria mais piada, seria lei: quando se chegar ao teto se passa, adiante, para o “extra teto”. Tem virado “hábito” (comportamento), em Brasília,

a prática da conspurcação dos institutos jurídicos. No ponto, de se chamar a atenção para o universalmente consagrado instituto do “direito adquirido”. Criando-se determinado direito através de lei, a coisa vai, naturalmente, para o paraíso dos considerados direitos adquiridos. Mas, não há lei quando essa se choca contra o sistema. É preciso por cobro a este comportamento contumaz por parte dos habitantes daquele topo de colina brasiliense. Em Minas Gerais, em alentado projeto que tem o nome de “Reforma do Estado Brasileiro”, a centenária Associação Comercial e Empresarial de Minas – ACMinas, adota a “Reforma Administrativa” (cujo outro nome é “Transformação do Estado” como tema a ser debatido.

Fecho a visitação à praça dos três poderes, adentrando o Executivo, um poder cansado, que não entrega as reformas que promete. A título de exemplo, o arremedo de reforma tributária que mal-caminha, federaliza a receita; cria o estranho conselho dos algoritmos e não respeita a autoridade arrecadadora nem dos Estados e nem dos Municípios, (uma inconstitucionalidade na constituição). Há mais entre o céu e a terra do que percebe a nossa vã filosofia (Shakespeare redivivo). Então, senhoras e senhores, é preciso pregar a mudança dos “hábitos” a todo o agente do Estado, vestido de “hábito” (como de “hábito”), com máxima urgência.

É preciso construir um país que tenha futuro. Há muito o que fazer. Com a palavra, em nome do povo, as suas instituições, todas.

¹ Síntese do pronunciamento na Sessão da Federação dos Institutos de Advogados do Brasil, realizada em Goiânia – 27/fevereiro/2026.



Renoir na Casa Fiat de Cultura: o impressionismo em sua forma mais luminosa

Rachel Capucio

Advogada especialista em Cultura

Até 10 de maio, a Casa Fiat de Cultura recebe a exposição “Renoir na Casa Fiat de Cultura”, que apresenta ao público brasileiro um mergulho sensível na obra de um dos grandes nomes da pintura moderna. A mostra reúne 11 pinturas e uma escultura do artista francês Pierre-Auguste Renoir, pertencentes ao acervo do Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand, uma das mais importantes coleções de arte europeia da América Latina.

Reconhecido mundialmente como um dos principais representantes do Impressionismo, Renoir revolucionou a história da arte ao capturar a vida cotidiana com sensibilidade e luminosidade. Em suas telas, a luz vibra sobre a pele, os gestos cotidianos se transformam em poesia e os encontros humanos ganham uma atmosfera de intimidade e eternidade.

A exposição permite ao visitante observar de perto a riqueza técnica do artista, marcada por pinceladas soltas e vibrantes, que constroem volume e movimento. Renoir dedicou grande parte de sua obra à representação de pessoas comuns, cenas ao ar livre e momentos de convívio social. Temas que traduzem o espírito de uma época marcada por transformações urbanas e culturais na França do século XIX.

Além das obras originais, a experiência do público é ampliada por uma sala imersiva, concebida especialmente pela Casa Fiat de Cultura para esta exposição. O ambiente sensorial convida o visitante a mergulhar



ainda mais profundamente no universo do artista, ampliando a percepção das cores, da atmosfera e da poética que caracterizam sua produção.

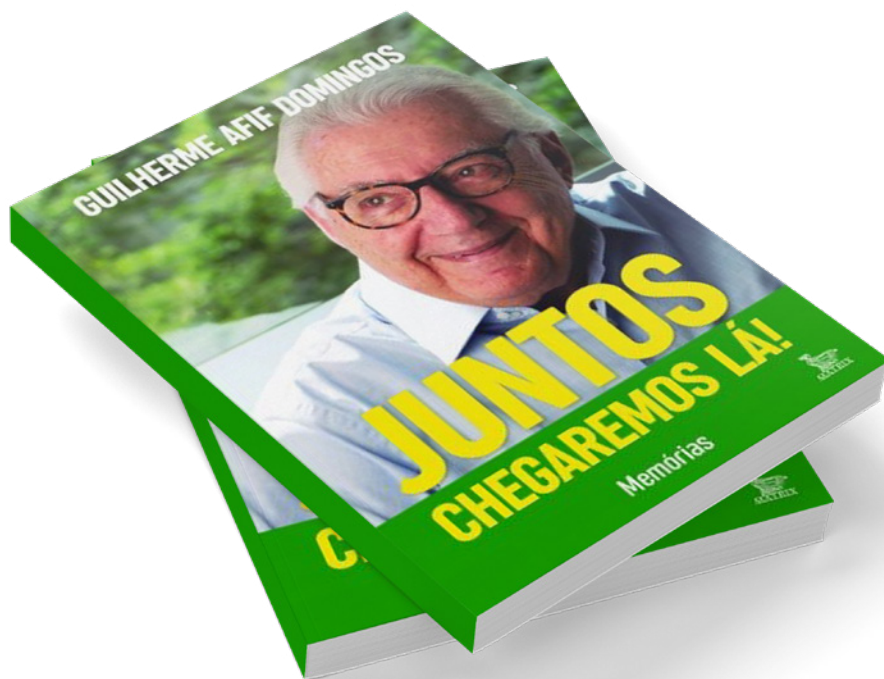
A realização da mostra também celebra um marco importante: os 20 anos da Casa Fiat de Cultura, instituição que se consolidou como um dos principais centros de difusão artística do país. A exposição reafirma ainda a histórica parceria entre a Casa Fiat e o MASP, iniciada em 2006, ano de inauguração do espaço cultural.

Esse encontro entre duas instituições de referência reafirma o compromisso com a excelência artística, a democratização do acesso à cultura e a formação de novos públicos.

Com visitação gratuita e programação tanto presencial quanto virtual, “Renoir na Casa Fiat de Cultura” oferece uma oportunidade singular de aproximar o público brasileiro da obra de um mestre do impressionismo. Um artista que soube transformar instantes simples da vida em imagens eternas.

Livro de memórias de Guilherme Afif revela bastidores da construção de um Brasil empreendedor

Autor do artigo 179 da Constituição, base que criou o Simples e o MEI, empresário e ex-ministro resgata detalhes de trajetória marcada pela defesa de quem empreende



Juntos chegaremos lá!, livro de memórias de Guilherme Afif Domingos, chega ao público como relato pessoal e político de quem viveu momentos decisivos da história recente do Brasil. Publicada pela Matrix Editora, a obra combina diversas lembranças do autor, bastidores do poder e reflexão sobre o desenvolvimento nacional a partir de um eixo central: o papel das micro, pequenas e médias empresas na construção do país.

Administrador, empresário e protagonista da vida pública brasileira desde a Constituinte de 1988. Afif foi deputado federal, entre 1987 e 1991, vice-governador de São Paulo, entre

2011 e 2014, ministro-chefe da Secretaria da Micro e Pequena Empresa da Presidência da República, entre 2013 e 2015, e presidiu o Sebrae Nacional, entre 2015 e 2018. Hoje, atua como Secretário de Projetos Estratégicos do Estado de São Paulo.

Ele revisita oito décadas de transformações políticas, econômicas e sociais por meio de sua própria trajetória. No centro do livro está a luta pela inclusão do artigo 179, de sua autoria, na Constituição Federal. A conquista garantiu tratamento diferenciado às micro e pequenas empresas e deu origem a políticas como o Simples e o MEI,

hoje pilares da economia empreendedora brasileira.

Com linguagem direta, Afif reconstrói as movimentações intensas da Assembleia Nacional Constituinte, o surgimento do Centrão, as articulações que redefiniram o equilíbrio de forças em Brasília e os embates ideológicos que marcaram o período. O autor também revisita a ousada decisão de disputar a Presidência da República em 1989, em uma campanha independente e inovadora, que resultou em mais de 3,2 milhões de votos e eternizou o jingle "Juntos chegaremos lá / Fé no Brasil / Com Afif juntos chegaremos lá."

O livro, prefaciado por Tarcísio de Freitas e Gilberto Kassab, percorre ainda sua atuação à frente da Associação Comercial de São Paulo, do Sebrae nacional e em diferentes funções executivas e ministeriais, sempre com foco na desburocratização, no estímulo à livre iniciativa e na defesa de quem gera emprego e renda. Afif narra, com franqueza, confrontos políticos emblemáticos e mostra como sua atuação atravessou governos, crises e mudanças de época sem perder coerência de princípios.

Estruturada a partir da ideia dos "trintênios" da vida, que contemplam formação, realização e sabedoria ativa, o texto apresenta reflexões sobre envelhecimento produtivo, legado público e a necessidade de manter projetos em movimento mesmo após décadas de atuação. Ao compartilhar experiências pessoais, familiares e

profissionais, Afif constrói um retrato do “Brasil real”, aquele vivido por comerciantes, produtores e pequenos empresários que sustentam a economia cotidiana do país.

Juntos Chegaremos Lá! é, ao mesmo tempo, livro de memórias, documento histórico e manifesto em defe-

sa do empreendedorismo como força de inclusão social e desenvolvimento econômico. Uma leitura fundamental para quem deseja compreender como as grandes decisões nacionais são tomadas e solidificar a crença no papel estratégico das pequenas empresas para a construção de um Brasil que produz, acredita e não desiste.

Ficha técnica

Título: Juntos chegaremos lá!

Autoria: Guilherme Afif Domingos

Editora: Matrix Editora

ISBN: 978-6556166537

Páginas: 179

Preço: R\$ 35,00



O AUTOR

Guilherme Afif Domingos é administrador de empresas, empresário e político. Tornou-se nacionalmente conhecido nas eleições presidenciais de 1989, quando surpreendeu a todos pela expressiva votação que recebeu, em razão de sua atuação como deputado constituinte. Desde sempre é defensor das micro, pequenas e médias empresas. É o autor do artigo 179 da Constituição, que foi a base que criou o Simples e o MEI – microempreendedor individual. Foi vice-governador de São Paulo, entre 2011 e 2014, ministro-chefe da Secretaria da Micro e Pequena Empresa da Presidência da República, entre 2013 e 2015, e presidiu o Sebrae Nacional, entre 2015 e 2018.

Apostar em novos talentos, formatos e leitores. Essa é a marca da Matrix Editora, desde a sua fundação em 1999. A Matrix é hoje uma das mais respeitadas editoras do país, com mais de 1.100 títulos publicados e oito novos lançamentos todos os meses. A editora se especializou em livros de não-ficção, como biografias e livros-reportagem, além de obras de negócios, motivacionais e livros infantis.

JK: LIVRO INÉDITO SOBRE EX-PRESIDENTE FOCA EM SUA VISÃO DE FUTURO E ESPÍRITO DESENVOLVIMENTISTA

Juscelino Kubitschek de Oliveira



A vida, obra e trajetória do ex-presidente Juscelino Kubitschek já rendeu livros, filmes, documentários, minissérie na TV e até podcasts. E a julgar pelas informações que não param de surgir, ainda vai render muito material para pesquisa. Que o diga o economista Carlos Alberto Teixeira de Oliveira, que acabou de lançar o livro "JK: Doutor em Desenvolvimento – Um Mineiro à Frente de seu Tempo".

O que transparece no livro de 704 páginas é a visão de grandeza de Juscelino e a sua antevisão do futuro. Haja visto o projeto da Pampulha, projetada quando ele foi prefeito de BH, e que significou o marco inicial de uma nova arquitetura, depois consolidada com a construção de Brasília. O autor do livro, Carlos Alberto Teixeira destaca um recorte do período de JK em Minas Gerais e selecionou alguns discursos da época em que ele esteve à frente da capital mineira, e depois, como governador do Estado. Nesse sentido, todo o material publicado é inédito e pouco conhecido.

Neste novo livro, o autor procurou desmitificar e derrubar algumas histórias e infundadas críticas, como a de que Juscelino teria sido o causador da inflação no Brasil. "Eu comprovo que ela já vigorava e prevalecia no país antes da sua posse, com percentuais elevados, e ele procurou combatê-la de forma coerente e prática. Nesse sentido, JK afirmava que a melhor forma de combater a inflação e o custo de vida era produzir mais, com mais qualidade e custos menores e defendia o aumento da produtividade industrial brasileira". Outra ficção, segundo ele, é a de que o custo da construção de Brasília levou ao endividamento do país. "Tal alegação também não procede. A capital brasileira, segundo o ex-ministro Roberto Campos, teria custado, no máximo 3,5%, do PIB nacional, o que equivaleria, nos dias de hoje, a cerca de US\$ 70 bilhões. "Esse valor, considerando-se o dólar atualmente cotado a R\$ 5,00 - equivale a R\$ 350 bilhões. Ora, esse montante representa apenas a metade de tudo quanto o setor público brasileiro – União, Estados e Municípios gastará, neste ano, no pagamento de juros sobre a dívida pública consolidada.

Carlos Alberto também é autor de outras obras, como a coletânea de livros e 2.366 páginas intitulada "JK: Profeta do Desenvolvimento – Exemplos e Lições ao Brasil do Século XXI".

O livro poderá ser encontrado, inicialmente, apenas junto a MercadoComum que o publicou.

Tel: 31 3281-6474 - revistamc@uol.com.br
Rua Padre Odorico, 128 - 10º Andar - 30.330-040
BELO HORIZONTE - MG - www.mercadocomum.com

VALOR DO LIVRO:

Retirada na sede de MercadoComum: R\$ 100,00
Envio: BH/Interior de MG: R\$ 120,00 - Outros Estados: R\$ 140,00

PAGAMENTO:

Via PIX: 70.954.383/0001-12
Crédito em C/C: A favor de MinasPart Comunicação, Ltda.
Banco Itaú (341) - Agência 3176 - Conta 05630-1

INFORMAR: Nome do adquirente, endereço postal e CEP

MERCADO COMUM®

HÁ 30 ANOS FORMANDO OPINIÕES!